



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA-UFSC**  
**CENTRO TECNOLÓGICO – CTC**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**

**A EVOLUÇÃO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO EM**  
**CACUPÉ – ILHA DE SANTA CATARINA**

**LEDENICE MARIA BURKOTH QUEIROZ**

Orientadora: Prof. Dra. Dora Maria Orth

**Área de Concentração: Gestão Ambiental**

Florianópolis, abril de 2003

**Ledenice Maria Burkoth Queiroz**

*Licenciada em Geografia*

**A EVOLUÇÃO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO EM  
CACUPÉ - ILHA DE SANTA CATARINA**

*Dissertação submetida ao Programa  
de Pós-Graduação em Engenharia  
de Produção, como parte dos  
requisitos para a obtenção do título  
de Mestre em Engenharia de  
Produção.*

Orientadora: Prof. Dora Maria Orth, Dra.

**Área de Concentração: Gestão Ambiental**

Florianópolis

2003

QUEIROZ, Ledenice Maria Burkoth. **A Evolução do uso e ocupação do solo urbano em Cacupé – Ilha de Santa Catarina.** Florianópolis/SC, 2003, 151p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Dora Maria Orth

Defesa: 04/04/2003

**Resumo da Dissertação:**

A Dissertação contribui na compreensão da evolução urbana no sul do Brasil através de um estudo de caso, onde se analisa a evolução histórica, bem como os instrumentos de controle do uso e ocupação do solo e se propõem melhorias na configuração do espaço.

*“Se em uma cidade tivermos seis lotes onde as crianças possam brincar, será desenvolvimento construir casas no primeiro lote, no segundo, no terceiro, no quarto e até no quinto. Mas se construirmos casas no sexto lote, nós estaremos esquecendo para que servem as casas”.*

(A Escravidão da Terra, 1949)

## **AGRADECIMENTOS**

Em homenagem à exuberância da Natureza, sem a qual este trabalho  
não teria sentido. Agradeço desde...

A aspereza das rochas,

Ao verde das plantas.

As gotas de orvalho,

Ao colorido das flores.

As partículas de areia,

Ao balanço das ondas do mar.

A luz da Lua,

Aos raios de Sol.

As estrelas do firmamento,

Ao raiar do dia, ao cair da noite ...

E, por fim, tenho muito a agradecer àqueles que, como a Professora Dora, ainda acreditam no

Poder do Ser Humano em transformar o mundo!

**SUMÁRIO:****pág.****LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS****LISTA DE ILUSTRAÇÕES****RESUMO****ABSTRACT****CAP.1 – INTRODUÇÃO**

1.1 – Tema e Problema.....	14
1.2 – Objetivos e Justificativa.....	15
1.3 – Métodos e Técnicas.....	16
1.3.1– Técnicas.....	17
1.3.2 – Fonte de Dados.....	17
1.4 – Resultados e Limitações.....	18
1.5 – Estrutura da Dissertação.....	18

**CAP.2 - AS BASES TEÓRICAS**

2.1 – Espaço Urbano.....	20
2.2 – Evolução Urbana.....	24
2.3 – Uso e ocupação do solo.....	26
2.4 – Instrumentos de controle.....	28
2.4.1 – Instrumentos Legais.....	29
2.4.1.1 – Constituição Federal e Estatuto da Cidade.....	30
2.4.1.2 – Planos Diretores Urbanos.....	31
2.4.2 – Instrumentos Técnicos.....	34
2.4.2.1 – Fotointerpretação.....	34
2.4.2.2 – Cartografia.....	35

**CAP.3 – A ILHA DE SANTA CATARINA – SUL DO BRASIL**

3.1 – Aspectos Humanos da Ilha de Santa Catarina.....	38
3.1.1 – Primórdios da ocupação.....	38
3.1.2 – Modo de vida Ilhéu.....	41

3.1.3 – Tempos atuais da ocupação da Ilha de Santa Catarina.....	44
3.1.4 – Situação econômica da Ilha de Santa Catarina.....	46
3.1.5 – Terras de uso comunal.....	47
3.2 – Aspectos físicos da Ilha de Santa Catarina.....	48
3.3 – Serviços urbanos.....	51
3.4 – Normas de controle do uso e ocupação do solo.....	59
3.4.1 – Códigos de Posturas e Obras de Florianópolis.....	59
3.4.2 – Planos Diretores Urbanos de Florianópolis.....	61
3.4.3 – Considerações gerais sobre o Plano Diretor dos Balneários.....	61
3.4.4 – Estatuto da Cidade.....	62
3.4.5 – Agenda 21 de Florianópolis.....	64
3.5 – Instituições responsáveis pelo Planejamento e Gestão do Espaço.....	65

#### **CAP.4 – ÁREA DE ESTUDOS: O BAIRRO DO CACUPÉ – ILHA DE SANTA CATARINA**

4.1 – Apresentação do Bairro.....	69
4.1.1 – Delimitação e características físicas.....	69
4.1.2 – Características sócio-culturais.....	73
4.1.2.1 – Caracterização em 1985.....	74
4.1.2.2 – Caracterização em 2001.....	75
4.2 – Atualização do Plano Diretor.....	76
4.2.1 – Experiência anterior.....	76
4.2.2 – Discussão do Plano no Distrito de Santo Antônio.....	77

#### **CAP. 5 - ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NO BAIRRO DE CACUPÉ**

5.1 – Ritmo de evolução do uso e ocupação do solo.....	79
5.2 – Alterações de uso e ocupação do solo.....	87
5.3 – Problemas de controle do uso e ocupação do solo.....	88
5.3.1 – Nas formas de controle do uso e ocupação do solo.....	91
5.3.2 – Nos instrumentos de controle.....	95
5.4 – Espaços Públicos.....	97

5.4.1 – Atividade comunitária.....	99
5.4.2 – Condições de circulação.....	100
<b>CAP. 6 – PROPOSTA DE SUGESTÕES</b>	
6.1 – Controle do uso e ocupação do solo.....	103
6.2 – Senso de comunidade.....	104
6.3 – Medidas pontuais.....	104
<b>CAP. 7 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....</b>	<b>106</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>108</b>
<b>ANEXO 1.....</b>	<b>113</b>
<b>ANEXO 2.....</b>	<b>118</b>
<b>ANEXO 3.....</b>	<b>119</b>
<b>ANEXO 4.....</b>	<b>122</b>



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**PMF** – Prefeitura Municipal de Florianópolis

**CECCA** - Centro de Estudos Cultura e Cidadania

**IPUF** – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis

**IPPUC** – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba

**SUSP** – Secretaria de Urbanismo

**FLORAM** – Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis

**CASAN** – Companhia Catarinense de Água e Saneamento

**CELESC** – Centrais Elétricas de Santa Catarina

**CODESUL** – Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul

**P.D** – Plano Diretor

**ELETROSUL** – Centrais Elétricas do Sul do Brasil

**FATMA** – Fundação de Amparo Tecnológico ao Meio Ambiente

**UTM** – Universal Transversa de Mercator (Sistema Cartográfico)

**UNILIVRE** – Universidade Livre do Meio Ambiente

**UDESC** – Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina

**UFSC** – Universidade Federal de Santa Catarina

**ETFESC** – Escola Técnica Federal de Santa Catarina

**TELESC** – Telecomunicações de Santa Catarina

**BNDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento

**SUS** – Sistema Único de Saúde

**OMS** – Organização Mundial de Saúde

**ETE** – Estação de Tratamento de Esgoto

**SDM** – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

## LISTA DE FIGURAS

	<b>pág.</b>
<b>FIGURA 1:</b> Mapa da Ilha de Santa Catarina .....	50
<b>FIGURA 2:</b> Detalhamento da Prefeitura Municipal de Florianópolis.....	66
<b>FIGURA 3:</b> Mapa de localização geográfica da área de Estudo.....	69
<b>FIGURA 4:</b> Foto Aérea do Bairro de Cacupé do ano de 1998.....	72
<b>FIGURA 5:</b> Mapa do Uso e Ocupação do Solo no Bairro de Cacupé-Florianópolis/SC - Fotointerpretação do ano de 1938 .....	80
<b>FIGURA 6:</b> Mapa do Uso e Ocupação do Solo no Bairro de Cacupé-Florianópolis/SC – Fotointerpretação do ano de 1957 do ano de 1957 .....	81
<b>FIGURA 7:</b> Mapa do Uso e Ocupação do Solo no Bairro de Cacupé-Florianópolis/SC - Fotointerpretação do ano de 1978 .....	82
<b>FIGURA 8:</b> Mapa do Uso e Ocupação do Solo no Bairro de Cacupé-Florianópolis/SC - Fotointerpretação do ano de 1994 .....	84
<b>FIGURA 9:</b> Mapa do Uso e Ocupação do Solo no Bairro de Cacupé-Florianópolis/SC - Fotointerpretação do ano de 1998 .....	85
<b>FIGURA 10:</b> Mapa do Uso e Ocupação do Solo no Bairro de Cacupé-Florianópolis/SC - Fotointerpretação do ano de 2000 .....	86
<b>FIGURA 11:</b> Mapa de acesso às Barreiras para o Centro de Cultura e Lazer em Cacupé.....	129

**LISTA DE FOTOS****pág.**

<b>FOTO 1:</b> Vista aérea de Cacupé .....	70
<b>FOTO 2:</b> Vista aérea da distribuição espacial do Bairro de Cacupé .....	71
<b>FOTO 3:</b> Vista aérea do relevo acidentado.....	73
<b>FOTO 4:</b> Local onde houve abertura de rua clandestinamente .....	89
<b>FOTO 5:</b> Servidão aberta em relevo exposto à erosão .....	90
<b>FOTO 6:</b> Local projetado para a Barreira 1 do Centro de Cultura e Lazer em Cacupé.....	94
<b>FOTO 7:</b> Estacionamento frente ao SESC – único existente .....	98
<b>FOTO 8:</b> Quiosque frente ao SESC – falta de espaços públicos e de lazer .....	98
<b>FOTO 9:</b> Rodovia Haroldo Soares Glavan – um dos trajetos sem a existência de passeio para pedestres.....	101
<b>FOTO 10:</b> Inadequação das condições de circulação em outro trecho da Rodovia Haroldo Soares Glavan .....	102

## RESUMO

A Dissertação analisa a evolução do uso e ocupação do solo no Bairro do Cacupé, na Ilha de Santa Catarina, Florianópolis, bem como a configuração de espaços inadequadamente utilizados. Os dados foram levantados através de pesquisa bibliográfica e documental, interpretação de fotos e observação direta com visitas de campo e participação em atividades comunitárias. Consta também de propostas, entre as quais, a criação de um Centro de Cultura e Lazer destinado a atender não somente à população do Bairro do Cacupé, mas à população da Ilha como um todo. A população urbana da Grande Florianópolis assistiu, sobretudo nas últimas duas décadas, a alteração acelerada do ambiente em função da extensão do tecido urbano. Em relação ao Bairro do Cacupé, será analisado o ritmo de evolução, as alterações de uso e padrões de ocupação, bem como os problemas com os instrumentos de controle. Para compreender a evolução urbana, é necessário primeiramente resgatar a visão sobre o espaço, enquanto “locus” de morada do homem, e sua interferência marcante nesse espaço. A questão do ordenamento territorial através de um Plano Diretor aparece como um instrumento técnico e institucional de planejamento e gestão que objetiva reduzir diferenças, e com isso, proporcionar à sociedade uma melhor qualidade de vida.

**PALAVRAS-CHAVE:** Evolução Urbana; Uso e Ocupação do Solo; Instrumentos de Controle.

## ABSTRACT

This study analyze the evolution of the use and occupation from the ground in the Quarter of Cacupé, Island of Santa Catarina, as well as the configuration of the inadequately used spaces. The adopted methods, was the documental and bibliographical research and, interpretation of photos and personal field visits and participation in communitarian activities. Also consists of proposals, between which, the creation of a Center of Culture and Leisure not only destined to the population of the Quarter of Cacupé, but also to the population of the Island. A urban population of that Great Florianópolis attended, over all in last the two decades, the sped up alteration of the environment in function of the extension of urban design. In relation to the Quarter of Cacupé, will be analyzed the evolution rhythm, the alterations of use and standards of occupation, as well as the problems with the control instruments. To understand the urban evolution, it is necessary first to rescue the vision on the space, while “locus” of dwelling of the man, and its leading interference in this space. The question of the territorial order through a Managing Plan appears as a technician and institucional instrument of planning and management that objective to reduce differences, and with this, to provide to the society better quality of life.

**KEY-WORDS:** Urban evolution; Use and Occupation of the Ground; Instruments of Control.

## CAPÍTULO Nº 1 – INTRODUÇÃO

### 1.1- Tema e Problema

Tendo em vista a crescente concentração populacional nos centros urbanos e a complexidade que isso gera, a presente pesquisa objetiva contribuir no conhecimento e compreensão do processo de evolução urbana no Brasil.

O tema em questão é a análise da evolução, em termos das formas e funções do espaço urbano, ou uso e ocupação do solo.

Quanto à **forma (ocupação)**: as cidades são formadas por áreas públicas e áreas privadas, divididas em bairros, quadras, lotes e ruas. Parte dessas áreas são edificadas, isto é, tem construções, as quais podem ser isoladas (residências de uma só família) ou agrupadas (edifícios, condomínios). As construções podem ainda ser horizontais e/ou verticais. As áreas públicas são as ruas, estacionamentos, largos, mercados, praças, parques, áreas de preservação ambiental, órgãos da administração pública, escolas, postos de saúde, postos de segurança, feiras e mercados populares, áreas de esporte e cultura, associações, igrejas, cemitérios. As áreas privadas são as propriedades individualizadas e reconhecidas legalmente. Podem ser grandes áreas ou lotes urbanos já parcelados segundo a Lei de Parcelamento do Solo e a Lei de Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo.

Quanto às **funções (uso)**: podem ser internas, ou seja, habitação, trabalho, lazer e circulação, sendo que a habitação ocupa a maior parte do território urbano e é a principal função. As outras funções servem para complementá-la de forma a garantir a satisfação das necessidades básicas dos habitantes. Paralelamente, uma cidade tem funções externas, servindo a populações do território vizinho (áreas rurais, cidades menores) e as vezes servindo também a regiões distantes. São cidades “pólos” e as funções podem ser cultural, comercial, política, industrial, médico-hospitalar, turística. ORTH (1994).

Um dos principais problemas que se verifica é o descompasso do planejamento em relação ao ritmo do crescimento urbano, resultando em um descontrole do uso e ocupação do solo, afetando negativamente a qualidade do ambiente urbano.

A partir da década de 80, Florianópolis recebeu um grande contingente populacional, devido ao incremento do aparelho estatal, resultando numa nova demanda por trabalhadores qualificados, que em sua maioria foram transferidos de outros centros para Florianópolis. Isso gerou uma elevação no preço da terra, fazendo com que aumentasse o interesse pelas áreas

vizinhas. Além do aumento no preço das terras, a acentuada demanda por habitações ocasionou a intensificação da ocupação do solo urbano. ROCHA (2001).

A autora considera ainda, que até a década de 50, a pequena capital do Estado de Santa Catarina conhecida como “atrasada” se comparada aos centros vizinhos como Porto Alegre e Curitiba, experimentou um acelerado crescimento populacional, que por sua vez trouxe problemas com os quais a administração local não estava preparada para lidar.

Florianópolis, além de sofrer uma evolução urbana com ritmo superior às demais cidades médias brasileiras, apresenta um relevo variado, isto é, boa parte da Ilha se apresenta com morros, encostas e enseadas, muitas vezes de difícil acesso para construção e ocupada de maneira inadequada. Sendo assim, é de fundamental importância um planejamento urbano que se adeque ao tipo e estrutura de relevo existente. Uma das reflexões feitas por FERRAZ (1996, p.66) mostra que

*“Antigamente, os acidentes geográficos constituíam autênticas barreiras opostas ao crescimento urbano – serras, rios, lagos, baías – e podia-se contar com eles para impor limites ao crescimento geográfico urbano. Hoje, porém, a tecnologia avançada dos transportes – túneis, pontes, viadutos, veículos potentes – transpõe com facilidade tais barreiras e incorpora ao meio urbano populações inteiras das cidades vizinhas que, para o bem da saúde urbana, deveriam manter-se afastadas, levando uma vida independente”.*

## **1.2 – Objetivos e Justificativa**

O objetivo geral da dissertação é analisar a evolução do uso e ocupação do solo urbano no Bairro de Cacupé, Ilha de Santa Catarina, sul do Brasil.

Os objetivos específicos, que viabilizarão a execução do objetivo geral, são compostos pelos critérios adotados para a análise do uso e ocupação do solo:

- O ritmo de evolução nos períodos entre 1938 a 2000.
- As alterações de uso e ocupação: ocorreram na última década (a partir de 1990) em função do crescimento populacional naquela área, tendo como fatores: a proximidade com o centro da cidade; o visual paisagístico e os terrenos pertencentes à população nativa sendo transformados em condomínios horizontais e residências de média a alta

classe.

- Problemas de controle: em algumas áreas onde não houve um ordenamento na ocupação do solo através das Leis Urbanísticas, ocorreu a ocupação clandestina, sendo que essas áreas são parcialmente desprovidas de equipamentos urbanos.
- Espaços públicos: é necessário disponibilizar áreas públicas para a prática de esportes, lazer e integração comunitária; estudar a possibilidade de utilização de áreas recreativas e esportivas de algumas associações existentes, disponibilizando-as para a comunidade residente; elaboração de projetos de revitalização das edificações públicas e a elaboração de equipamentos de apoio em praças.

A justificativa que se coloca, é a urbanização acelerada, o baixo nível de controle em muitas cidades e poucas pesquisas no Brasil sobre o tema em questão.

O conhecimento da realidade do Cacupé permite acompanhar as ações propostas pela administração pública, contribuir para que as pesquisas sobre o tema avancem, além de compreender o fenômeno do uso e ocupação do solo, não apenas em Cacupé, mas em todo o cenário urbano.

### **1.3 – Métodos e Técnicas**

Os métodos utilizados para o desenvolvimento dessa dissertação abrangem procedimentos básicos de levantamento, de análise e de apresentação de dados pertinentes a evolução urbana de Cacupé – Florianópolis/SC.

Para o levantamento de dados foram utilizadas as técnicas de revisão bibliográfica, observação direta e fotointerpretação. Em relação à observação direta foram feitas visitas de campo e atividades comunitárias (reuniões AMOCAPÉ e reuniões técnicas).

Para a análise de dados, foram usados os critérios especificados nos objetivos, item 1.2.

Para a apresentação dos dados, foi utilizada a cartografia temática, gerando os mapas de uso e ocupação do solo do Bairro Cacupé para os anos de 1938, 1957, 1978, 1994, 1998, 2000.

Na revisão bibliográfica estudou-se questões teóricas sobre espaço urbano, evolução urbana, uso e ocupação do solo, instrumentos de controle e cartografia.

Na segunda etapa, houve um acompanhamento das discussões feitas entre os técnicos do IPUF e membros da Associação de Moradores de Cacupé (AMOCAPÉ), no processo de atualização do Plano Diretor do Distrito de Santo Antônio. Em anexo, constam os relatórios



das reuniões feitas, bem como no decorrer dessa dissertação serão melhor detalhadas algumas análises sobre o andamento do referido Plano.

Em relação à parte técnica, foram elaborados estudos de fotointerpretação sobre a evolução do uso e ocupação do solo urbano em Cacupé.

A última etapa consta de análises sobre os problemas levantados na área de estudo – Cacupé e sugestões de intervenções.

### **1.3.1 – Técnicas**

As técnicas utilizadas nesse trabalho foram a revisão bibliográfica sobre as bases teóricas e contexto da Ilha de Santa Catarina, estudo de caso acompanhado de pesquisa bibliográfica e documental, análise da evolução urbana no Bairro do Cacupé através de fotointerpretação e observação direta. Alguns dos principais livros foram:

- A Questão do Território no Brasil, de MANUEL CORREIA DE ANDRADE;
- Terras Comunais na Ilha de Santa Catarina (Dissertação de Mestrado), de JOSÉ NAZARENO DE CAMPOS;
- O Desmatamento na Ilha de Santa Catarina, de MARILÉIA CARUSO;
- Filosofia Urbana e Cidade e Vida, de HERMES FERRAZ;
- O Banho de Mar na Ilha de Santa Catarina, de SÉRGIO LUIZ FERREIRA;
- Santa Catarina – A Ilha, de VIRGÍLIO VÁRZEA;
- Florianópolis: Memória Urbana, de ELIANE VERAS DA VEIGA, entre outros.

Além destes, a análise da evolução urbana em Cacupé foi feita através de mosaico de fotografias aéreas a partir do ano de 1938 a 2000.

Foram utilizados ainda computador, impressora HP, scanner, máquina fotográfica, materiais básicos para a elaboração dos mapas de fotointerpretação, bem como os programas básicos de computação (WINDOWS, Adobe Photoshop, Corel Draw e Microsoft Photo Editor), disponibilizados pelo Grupo Gestão do Espaço do Departamento de Engenharia Civil da Universidade Federal de Santa Catarina.

### **1.3.2 – Fonte dos dados**

Os dados para o referido trabalho foram adquiridos através de referências bibliográficas, textos, cartas topográficas, fotografias (inclusive fotografias aéreas concedidas pela SDM – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - Setor de

Cartografia), principais documentos que se referem a Leis Institucionais, como também algumas Instituições Governamentais como IPUF- Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, CASAN – Companhia Catarinense de Água e Saneamento, SUSP – Secretaria de Urbanismo, FLORAM – Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis, CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina que tratam da Gestão Urbana na cidade de Florianópolis.

#### **1.4 – Resultados e limitações.**

O referido estudo busca contribuir para o reordenamento urbano do bairro do Cacupé, destacando irregularidades observadas, e construindo sugestões para melhorar a qualidade de vida urbana para os cidadãos que ali vivem. Uma das dificuldades encontradas para efetivar a pesquisa, foi em relação à aquisição de dados oficiais, ou seja, houve a necessidade de ir a campo levantar a maioria dos dados necessários à pesquisa, além de apontar problemas e possíveis soluções.

Trabalhar com a questão urbana é muito complexo, pois envolve comunidades e instituições, que nem sempre conseguem se ajustar às reais necessidades do bairro. Esse entrave acaba dificultando a fluidez da pesquisa.

#### **1.5 - Estrutura da Dissertação.**

Esta dissertação consta de seis capítulos distribuídos da seguinte maneira:

O 1º capítulo, no qual se insere este tópico, introduz a pesquisa, tendo como demais tópicos o apontamento do tema e problema, os objetivos e justificativa, a metodologia (técnicas e fonte de dados), bem como os resultados e limitações.

No 2º capítulo, será desenvolvida a Fundamentação Teórica com base em experiências de diferentes autores. Neste capítulo, serão considerados os seguintes enfoques: análise histórica, a questão legislativa e a abordagem técnica.

O 3º capítulo vai tratar a situação da Ilha de Santa Catarina dentro do contexto histórico desde os primórdios da ocupação e os aspectos físicos.

Já no 4º capítulo, o destaque é para a Área de Estudos: Bairro do Cacupé-Ilha de Santa Catarina. A pesquisa faz um breve histórico, com suas características físicas e aspectos sócio-culturais, como também sua situação atual e perspectivas.

No 5º capítulo será analisado o ritmo de evolução do bairro de Cacupé, as alterações de

uso e padrões de ocupação, bem como os problemas com os instrumentos de controle. Busca-se neste capítulo, avaliar o crescimento populacional com base em aerofotocartas datadas de 1938, 1957, 1978, 1994, 1998, 2000, através de estudo de fotointerpretação.

O 6º capítulo oferece algumas propostas e sugestões que poderão ser aplicadas no processo de planejamento, no controle do uso e ocupação do solo e, nas normas urbanísticas. Vale ressaltar neste capítulo a proposta da criação de um Centro de Cultura e Lazer a ser implantado em uma área ambientalmente degradada.

As conclusões resultantes da pesquisa estão descritas no 7º capítulo, assim como as recomendações para os futuros trabalhos que possam vir a ser uma extensão deste, e certamente mais aprimorados.

Por fim, é apresentada a bibliografia consultada nesta dissertação juntamente com seus anexos.

## CAPÍTULO Nº2 – AS BASES TEÓRICAS

### 2.1 – Espaço Urbano

Não podemos analisar a temática da evolução urbana sem inserir o homem como agente da construção e evolução das cidades. A cidade é um fato irreversível na história da civilização humana e por isso devemos interpretá-la e percebê-la em suas diversas formas.

Para os planejadores urbanos do IPUCC da cidade de Curitiba/Paraná, a formação da cidade é um processo dinâmico decorrente de vários fatores. Seus componentes são: edificações, ruas, veículos e pessoas. Dessa maneira, para qualquer atuação no ambiente urbano, deve-se considerar seus aspectos físicos, seu contexto social, cultural, econômico e político. (IPUCC, 1996).

Contudo, entender a cidade de hoje e sua trajetória, exige uma volta às suas origens.

Segundo BENEVOLO (1997), mal podemos imaginar de maneira aproximada o mundo em que viveram, por dezenas de milhares de gerações, os homens paleolíticos. O ambiente construído não passava de uma modificação superficial do ambiente natural, imenso e hostil, no qual o homem começou a mover-se: o abrigo era uma cavidade natural ou um refúgio de peles sobre uma estrutura simples de madeira. O autor apresenta dados sobre os arqueólogos modernos que ao escavarem e estudarem os vestígios materiais dos primeiros homens, descobrem que os estabelecimentos mais antigos são os resíduos da atividade humana: as sobras de alimento, os fragmentos de pedras e madeira, e entre eles os produtos acabados, usados e depois abandonados ou enterrados. A distribuição desses objetos em torno do núcleo da fogueira – sinal específico da presença do homem, indica que ali seria o *locus* da habitação primitiva.

Antes do surgimento das cidades, o homem não tinha morada fixa, entretanto, já se relacionava com um lugar, o qual era ao mesmo tempo um local de encontro e de rituais religiosos.

Depois começaram a surgir as aldeias que viviam da caça e da agricultura. Estas aldeias foram as primeiras sementes para o aparecimento das cidades, sua origem não se explica exclusivamente pelo fator econômico, mas também pelo social e político. Contudo, a urbanização da cidade só foi assumir um papel relevante em nível mundial a partir do capitalismo. (SPOSITO, 1994).

A realidade nos mostra que os espaços não são apenas urbanos, existe a cidade e o

campo, e o modo de produção é articulado entre estes dois espaços. As cidades distinguem-se umas das outras pelas atividades que exercem, sejam elas industriais, administrativas, comerciais ou de serviços, e pela abrangência de sua influência na região circunvizinha. A cidade representa o lugar de gestão das decisões que norteiam o desenvolvimento do próprio modo de produção.

Ao longo do tempo, agentes passaram a produzir e influenciar distintos espaços urbanos. A ação destes agentes inclui práticas que levam a constantes processos de reorganização espacial feita mediante a incorporação de novas áreas ao espaço urbano. Os agentes que desempenham as principais ações e estratégias que modelam ou remodelam a cidade são os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

Os promotores imobiliários são agentes que realizam as seguintes operações: incorporação, financiamento, estudo técnico da obra, construção do imóvel e comercialização.

Os grandes proprietários industriais e as grandes empresas comerciais são também os grandes consumidores do espaço, pois necessitam de terrenos amplos e baratos que satisfaçam os requisitos pertinentes às atividades de suas empresas. Ao contrário destes, os proprietários de terras estão particularmente interessados na conversão da terra rural em terra urbana, ou seja, têm interesse na extensão do espaço da cidade na medida em que a terra urbana é mais valorizada que a rural. Mesmo os proprietários de terrenos em periferias sem amenidades e atrativos para os grupos sociais de maior poder econômico, resta a estratégia do loteamento de suas terras como meio de extrair alguma renda. Esses loteamentos, normalmente com padrão popular com o mínimo de infra-estrutura, são na maioria das vezes ilegais frente à legislação urbana em vigor. Em pouco tempo são legalizados, e por pressão popular conseguem serviços básicos de infra-estrutura por conta do Estado, gerando nova valorização fundiária.

O Estado atua na organização espacial das cidades de diversas maneiras como: implantação de infra-estrutura, prestação de serviços públicos e elaboração e aplicação de leis vinculadas ao uso e ocupação do solo.

É interessante ressaltar que o Estado dispõe de um conjunto de instrumentos que pode empregar em relação ao espaço urbano. Entre outros, podemos citar: regulamentação do uso do solo (através do Plano Diretor); controle e limitação do preço da terra; impostos que variam segundo a dimensão do imóvel, uso da terra e localização; taxaço de terrenos livres;

investimento público na produção do espaço, através de obras de drenagem, desmontes, aterros e implantação de infra-estrutura; organização de mecanismos de crédito à habitação.

Na sociedade de classes existem diferenças sociais no que se refere ao acesso aos bens e serviços produzidos socialmente. A habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo, isto é, parcela da população não tem acesso a uma moradia decente, por não possuir renda para pagar um aluguel e, muito menos, comprar um imóvel.

Os grupos sociais excluídos têm como possibilidades de moradia, os cortiços densamente ocupados, a casa produzida pelo sistema de auto-construção em loteamentos periféricos, os conjuntos habitacionais e a favela. É na produção da favela que os grupos sociais excluídos tornam-se agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, sem interferências diretas de loteadores e/ou Governo.

Os diferentes usos do solo definem áreas como o centro da cidade, áreas industriais, áreas residenciais, de lazer e aquelas usadas para futura expansão. A este complexo conjunto de usos do solo, denominamos de organização espacial da cidade. (CORRÊA, 1989)

Uma das temáticas mais marcantes no contexto urbano brasileiro, é a desigualdade social. Sendo o espaço urbano reflexo da sociedade que ali vive no Brasil, vai reproduzir socialmente um espaço desigual.

De acordo com a reflexão de FERRAZ (1998), os urbanistas devem estar atentos para não abusarem dos poderes tecnológicos que condicionam e permitem ao homem agrupar-se exageradamente, poluindo o ambiente humano com o próprio homem e levando este ao rompimento de seu equilíbrio mental interno. Este mesmo autor, afirma ainda, que as neuroses, a agressividade, a violência, as depressões psíquicas constituem o estágio anterior ao colapso da sociedade urbana, onde o homem começa a ultrapassar os limites de sua capacidade de adaptação ao ambiente, tornando-se vítima de transtornos psíquicos e sociais. Isto vem acontecendo e com uma velocidade cada vez maior, porque até agora a cidade foi cresceu ao sabor de interesses não sociais, gerando um crescimento sem limites e desordenado. A sobrevivência da sociedade sadia depende de sua capacidade de dominar o ambiente urbano, adaptando-o às reais necessidades de todas as camadas sociais.

Recentemente, um novo processo migratório vem sendo percebido no Brasil, a fuga das metrópoles industrializadas e a valorização dos ambientes naturais, aliada à oferta de terras desocupadas, o que vem possibilitando a ocupação das terras litorâneas. Essa densificação exagerada de certas metrópoles brasileiras deve-se a dois aspectos: a concentração de capitais

e possibilidades nestas metrópoles, atraindo as populações das cidades menores, e o êxodo dos trabalhadores e pequenos proprietários de várias regiões agrícolas brasileiras.

Ocorre então, uma migração bem peculiar, em que existe um deslocamento de pessoas das metrópoles para as cidades médias e pequenas, fixando residências com moldes diferenciados dos nativos.

Uma das características destes novos moradores, que fogem da metrópole, é a busca de uma relação mais harmoniosa com o ambiente físico e cultural. Segundo Bica et. al. in ENEPEA, (2001, p.122) é interessante destacar que:

*“ A casa do novo morador também revela relações diferentes com a paisagem. Se para os moradores nativos, a paisagem era de uso secundário, para estes ela passa a ser extremamente valorizada, casas com aspectos formais e funcionais diferentes dos de tradição luso-açoriana, e mesmo que o uso de materiais busquem uma maior interação com a natureza, a aparência e volumetria se destaca das antigas.”*

LOPES (1996), considera que o Poder Público tem interesse no adensamento urbano com limites, podendo proporcionar maior rentabilidade social dos equipamentos públicos já instalados, evitando despesas com a urbanização de regiões que seriam ocupadas pelo aumento da população.

O autor acrescenta que “cabe ao Poder Público, propiciar através dos planejadores urbanos, o equilíbrio da relação: população *versus* áreas de circulação, parques e equipamentos urbanos”.

Para SORRE e MEGALE (1998), um tipo de limitação do direito de uso da propriedade imóvel é aquele que, por força da lei, impõe o respeito ao direito de uso dos imóveis vizinhos, como as servidões, sem direito de indenização, e a obrigação de entregar o imóvel ao Estado mediante compensação, como no caso das desapropriações. Os antigos códigos de edificações limitavam a altura dos edifícios de acordo com a largura das ruas, tendo em vista assegurar a estas um determinado grau de luminosidade. É importante salientar que o direito de adquirir um terreno urbano não implica o direito de usá-lo de acordo com o livre-arbítrio de cada possuidor. Se o lote urbano faz parte da estrutura física da cidade, e esta é o abrigo de uma sociedade, os interesses sociais devem prevalecer sobre os interesses individuais, daí ser lícito disciplinar o uso da propriedade imobiliária para os interesses da

coletividade, concentrados no bem comum. Este objetivo social justifica a imposição de limites ao uso da propriedade, estabelecendo coeficientes de ocupação do solo, que definem a intensidade máxima em que o solo deve ser utilizado e a espécie de atividade a ser exercida em cada uma. A fixação dos coeficientes de ocupação do solo, representa o ponto de equilíbrio entre a máxima densidade populacional e a melhor qualidade de vida para a população.

Os problemas de densidade populacional excessiva para uma determinada zona, provoca deficiências de congestionamentos de veículos e pessoas, valorização exacerbada dos imóveis, além da massificação das pessoas, as quais passam a perder o vínculo afetivo com o local, utilizando-o apenas como local de dormitório.

## **2.2 - Evolução Urbana**

O Brasil, foi descoberto oficialmente pelos portugueses em 1500, mas a sua ocupação se deu somente a partir do século XVI. É necessário que façamos uma viagem no tempo para resgatar alguns conhecimentos que muitas vezes se perdem com o passar dos anos.

Conforme ANDRADE (1995), com a Revolução Comercial, a Europa estava ávida tanto de produtos tropicais como de minerais que estimulavam o movimento comercial, a expansão da utilização da força de trabalho e, conseqüentemente, o desenvolvimento urbano.

À época do descobrimento, os portugueses estavam ainda muito envolvidos pelo comércio das riquezas da Índia e da África - as famosas especiarias, braços escravos e ouro. A costa brasileira era considerada área de reserva para exploração, caso os produtos da África e do Oriente comessem a escassear. Daí a demora em definir sua ocupação.

Mas, de acordo com SILVA, o fenômeno urbano no Brasil está ligado à política de ocupação e povoamento da colônia e sua evolução acompanha os ciclos econômicos brasileiros, além do que a exploração dos recursos naturais (pau-brasil) deu origem a alguns agrupamentos humanos. Com a expedição colonizadora, Martim Afonso funda São Vicente, dando início à formação de vilas e povoados. Em 1549, o litoral brasileiro abrangia 16 povoados e vilas.

A exploração da nova colônia se faria a partir da quarta década do século XVI, quando os colonizadores dividiram o território brasileiro em capitânicas hereditárias e estimularam os donatários a iniciar o povoamento em cada um dos seus lotes. O sistema de capitânicas, que fora adotado com êxito nas ilhas do Atlântico, desabitadas por ocasião da descoberta e ocupação, não teria no Brasil o sucesso esperado, em virtude da grande extensão territorial, da



resistência indígena e das dificuldades de adaptação dos colonizadores ao mundo tropical. As quinze capitanias tiveram destinos bem diferentes, e um grupo delas não chegou a ter iniciada a sua ocupação, como Maranhão, Ceará, Rio Grande e Santana; um outro grupo, formado por Itamaracá, Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo, Paraíba do Sul e Santo Amaro, teve um início de povoamento com a implantação de vilas e de engenhos de açúcar.

Enquanto o açúcar determinou a ocupação da faixa litorânea, o gado e o ouro determinaram a ocupação do interior; a cana-de-açúcar estava localizada próximas ao litoral onde dominava um clima quente e úmido com duas estações bem definidas.

A penetração para o interior foi feita a partir dos núcleos coloniais próximos à costa - Pernambuco, Bahia e São Vicente, visando a redução dos índios e sua escravização e a procura de pastagens para o gado no Nordeste, e de ouro, prata e pedras preciosas, no sul do país.

No sul, os paulistas penetraram para o interior devassando terras e rios à procura de indígenas para escravizar e trazer para as áreas agrícolas, de vez que estes eram bem menos caros que os africanos; a descoberta de minas de ouro e de diamantes provocou o povoamento de grandes áreas dispersas dando origem a três novas capitanias - Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

Com isso, os portugueses dos séculos XVI e XVII, obtiveram o controle do imenso território em que se transformaria o Brasil, sem dispor de grandes recursos.

Segundo ANDRADE (1995), o processo geopolítico se caracterizou pela ocupação de pontos esparsos, a princípio no litoral e, em seguida, nos eixos fluviais e nos caminhos, utilizando estes pontos como áreas de apoio à difusão do povoamento e da exploração do território. E o processo, iniciado no século XVI, tem tido continuidade até os dias atuais, no início do século XXI.

Até 1800, a aquisição de terras era feita através do parcelamento e concessão a quem quisesse explorar, bem como ajudar a manter a Igreja, a qual estava ligada ao Estado.

A maioria dos aglomerados da época colonial era constituída por arraiais de pequenos povoados que residiam em casarios em torno de uma igreja com poucas ruas e alguns becos. Já as freguesias eram maiores e mais densas, pobres, com casas e lotes irregulares, ruas tortuosas e com larguras variadas. Essas freguesias cresciam e se tornavam cidades.

No início dos anos 1800, o lote passa a fazer parte da estruturação das cidades. Em 1850, com a chamada Lei de Terras, a apropriação deixa de ser por concessão do Estado ou da Igreja e passa a ser pela Compra e Venda.

A partir de então, as cidades começam a ter uma forma mais regular e geometrizada, com distinção entre áreas públicas e áreas privadas.

Com o fim do século XIX, houve uma nova maneira de entender e disciplinar o domínio da terra só pelo Estado, ao invés da Igreja. Aparecem os loteamentos destinados para a expansão urbana; a imposição de Códigos de Posturas; o poder público passa a cobrar impostos, demarcar lotes, nivelar vias, largos e jardins, cuidar dos arruamentos; fala-se em plantas cadastrais.

SORRE (1984), argumenta que o problema das fronteiras é o mais complexo, visto que, por uma tendência explicável, procuram-se nos acidentes físicos próprios a servirem de obstáculos, os limites entre os quais tendem a encerrar-se os Estados. O autor salienta que, a fronteira é um *fato humano*. Ela é determinada no curso da história de um povo e se desloca conforme variam o poder de expansão do grupo em função de interesses econômicos, assim como, o estilo de vida e a prática da liberdade. A fronteira se define por retoques, avanços e recuos em uma zona de contato.

Para o início do século XX, aparece o Primeiro Código Civil Brasileiro (ano de 1917) em relação aos Assuntos Municipais, o qual visa: cidades com nova classe de moradores aspirando uma vida urbana; início das desapropriações, as cidades começam a se preocupar ainda mais com ruas, calçadas, praças, bibliotecas e a Igreja não é mais o único centro; aparecem as grandes renovações urbanas e o embelezamento de praças e jardins, iniciadas no Rio, seguidos por Manaus, Belém, Curitiba e Porto Alegre, objetivando melhor circulação e adequada partilha do solo.

Nas últimas décadas vemos despontar os chamados condomínios verticais e os condomínios horizontais que mais recentemente aparecem com o intuito de inverter o modelo de aglomerado urbano.

Daí a necessidade de se conhecer um pouco sobre o processo de produção do território brasileiro desde o início da sua colonização, e a sua continuidade, quando se desenvolve uma política de internacionalização da economia e de esvaziamento da noção de fronteiras. (ANDRADE, 1995).

### **2.3 – Uso e ocupação do solo urbano.**

Os conceitos e objetivos de uso e ocupação do solo foram adotados por SILVA (...), da seguinte maneira: o **uso** do solo destina-se ao cumprimento das funções urbanas de habitar,

trabalhar, circular e recrear. Ele resume estas quatro funções, dizendo que o solo de qualificação urbanística se destina ao uso residencial, ao uso comercial, ao uso de serviços, ao uso institucional, ao uso viário e a usos especiais.

Quanto à ocupação do solo, esta se refere ao modo de povoamento do território. No sentido urbanístico, diz respeito à relação entre a área do lote e à quantidade de edificação que se coloca dentro dele e que tem o objetivo de realizar o equilíbrio da densidade urbana, que considera dois problemas: a densidade populacional e a densidade de edificação.

A primeira consiste na distribuição da população no solo urbano, relacionando habitante com área urbana. A segunda consiste na quantidade de edificação (m<sup>2</sup> de área construída) relacionada à área do terreno (taxa de ocupação). O controle da ocupação do solo visa garantir à cidade uma distribuição equitativa e funcional de densidade, tanto das edificações quanto das populações compatível com a infra-estrutura e equipamentos de cada área considerada.

Acrescente-se ainda que, o uso do solo se refere às atividades (residenciais, turísticas, institucionais) permitidas, incentivadas ou inibidas, e a ocupação do solo diz respeito aos limites para a construção em lotes urbanos e são regulados pelos parâmetros ou índices urbanísticos (valores máximos ou mínimos). Esses dois aspectos, associados com as dimensões dos lotes, permitem calcular as densidades populacionais para cada área. As densidades máximas são dados importantes para a estimativa de demanda em relação aos serviços públicos como abastecimento de água, transporte, circulação, lazer, etc. ORTH (2001).

Portanto, a ocupação do solo urbano, integrado ao ambiente natural, é a maneira indicada para a preservação da paisagem, tanto quanto para o controle da poluição visual resultante da desconfiguração do meio urbano. Áreas de valor paisagístico devem ser ocupadas de forma planejada, fazendo-se valer de suas características naturais. Na falta de planejamento, a preservação destas áreas, pode ser conseguida através do controle de sua ocupação. (MOTA,1981).

O modo de ocupação de determinado lugar da cidade se dá a partir da necessidade de uma ação, seja de produzir, consumir, habitar ou viver.

O uso do solo ligado a momentos do processo de produção das relações capitalistas é o modo de ocupação de determinado lugar da cidade, sendo que o ser humano necessita para viver, ocupar um determinado lugar no espaço. O ato de ocupar uma parcela do espaço,

envolve também, o ato de produzir o lugar. CARLOS (1997, p.46).

Quanto à forma de uso e ocupação, a referida autora citada argumenta que

*“A produção espacial realiza-se no cotidiano das pessoas e aparece como forma de ocupação e/ou utilização de determinado lugar num momento específico. (...) Assim, a diferenciação dos usos será a manifestação espacial da divisão técnica e social do trabalho, num determinado momento histórico. A forma com que se apresenta é decorrente do grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais da sociedade, das condições em que se dá a produção e do desenvolvimento do processo de humanização do homem. O uso do solo urbano será disputado pelos vários segmentos da sociedade de forma diferenciada, gerando conflitos entre indivíduos e usos. Esses conflitos serão orientados pelo mercado mediador das relações que se estabelecem na sociedade capitalista”.*

#### **2.4 – Instrumentos de controle**

As cidades dispõem de instrumentos de controle que são facilitadores no processo administrativo. O Plano Diretor Urbano é um documento técnico e legal que resulta de um processo de planejamento, ao mesmo tempo em que orienta esse processo e as atividades da gestão urbana. No Plano Diretor são registradas as diretrizes básicas que devem ser seguidas pela administração pública, visando o desenvolvimento integrado e sustentável de toda a comunidade. O Plano Diretor constitui-se basicamente da Lei do Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo, incluindo as Normas de Parcelamento do Solo e de Preservação Ambiental. Este conjunto de Leis tem como finalidade definir as regras para organizar um território, com seus habitantes e atividades.

Um outro enfoque é trazido por ZIMMERMANN (1993), que elenca os principais ordenamentos que tratam de zoneamento: *Lei do Zoneamento, Lei de Parcelamento do Solo* e os que tratam de obras: *Código de Obras ou Lei de Edificações e o Código de Posturas ou Lei de Política Administrativa.*

FERRAZ (1998), alerta para o fato de que as populações urbanas tendem a atingir elevados índices de crescimento, portanto, os governos de todos os países têm de se preocupar seriamente com a instituição do uso privado do solo, condicionado pelas pressões do mercado e pelos regulamentos municipais. Segundo esse mesmo autor, o controle sobre o uso da terra é um problema que poucas cidades até então conseguiram solucionar de maneira satisfatória. Há poucos estudos aprofundados sobre o tema. As exigências do zoneamento, em suas partes fundamentais, tem seus efeitos inibidos devido a pressões vindas dos poderosos interesses particulares, e acabam alteradas, e por fim revogadas pelos poderes públicos municipais. Por outro lado, esses mesmos governos municipais estimulam o crescimento de suas cidades, em geral por meio da industrialização e mais recentemente pelo turismo, sem atentarem para as mudanças do uso do solo, que se processam de forma desordenada, e a cidade passa a fragmentar-se, perdendo sua unidade e seu espírito associativo.

#### **2.4.1 – Instrumentos Legais**

Uma postura mais democrática da administração pública viabiliza a participação da comunidade nas decisões de gestão e, contribui de maneira eficaz no trato das questões urbanas. Se não há soluções completas e imediatas, ao menos garante à população o direito de poder participar das decisões, o que já aponta para um grande avanço. Para isso, devem ser elaborados estudos, pesquisas e projetos técnicos pautados na legislação vigente, que subsidiarão as discussões com a comunidade sobre os rumos do seu bairro.

Do ponto de vista do Direito Urbanístico, SILVA (...), aborda a questão do ordenamento do uso e ocupação do solo como sendo um dos aspectos substanciais do planejamento urbanístico, visando conferir uma estrutura orgânica para as cidades, com uma adequada densidade populacional, bem como das edificações nos aglomerados urbanos.

Os instrumentos legais de controle de uso e ocupação do solo se traduzem em instituições jurídicas de Direito Urbanístico e são responsáveis pelo zoneamento do solo e utilizados pelo poder público, para controlar o uso da terra.

A relação entre o uso e a ocupação do solo, em sentido urbanístico, é intensa, sendo que, só se ocupa o solo, no sentido indicado, para nele exercer uma função urbana e efetuar determinado uso. O termo zoneamento foi reservado somente para abrigar as regras relativas ao uso. Um mesmo tipo de uso permitirá diferentes modelos de assentamento urbano.

A reflexão de FERRAZ (1998, p.184) sobre essas situações conflitantes entre as funções (uso) urbanas, enfatiza que

*“... antes de se pensar no zoneamento, é necessário estabelecer o tamanho da cidade, seu máximo populacional e, depois disto, colocar em ação as técnicas adequadas, seja por meio do controle da tecnologia, pelos ordenamentos jurídicos, pela educação, conjugados para a obtenção do resultado de levar a cidade a um nível de densidade populacional aceitável e mantê-la nesse nível. Nestas condições, pode-se pensar em estabelecer um zoneamento para a execução básica das tarefas urbanas”.*

#### **2.4.1.1 – Constituição Federal e Estatuto da Cidade**

ZIMMERMANN (1993), lembra que a Carta Constitucional, em seu conjunto, proporciona autonomia municipal, criando novas obrigações, ampliando o campo de atuação dos municípios, dando-lhe novas competências e fortalecendo-os o nível de governo. Ao salientar as competências dos municípios, a Constituição Federal inclui a de promover um adequado ordenamento territorial, mediante o planejamento e controle do uso do solo, do parcelamento e da ocupação do solo.

Com base no Estatuto da Cidade, SILVA (2002, p.31), Arquiteta urbanista da cidade de Curitiba, traz alguns critérios para a elaboração de um Plano Diretor, que é importante noticiar

*“O Estatuto da Cidade contempla vários instrumentos que permitem melhor articular as políticas habitacionais, fundiárias e ambientais com o objetivo de garantir o uso socialmente justo e ecologicamente equilibrado do território. Vários destes instrumentos devem ser previstos no Plano Diretor e possuir aplicabilidade na cidade “legal” para reverter em acesso à terra, mais recursos de infra-estrutura, mais justiça social”.*

Contudo, a nova Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, estabelece que, a partir dessa data, o Plano Diretor é um instrumento obrigatório para municípios com população acima de 20 mil habitantes; para aqueles situados em regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas; em áreas de interesse turístico; ou em áreas sob influência de

empreendimentos que causem qualquer tipo de impacto ambiental.

Ainda segundo a Lei, o Plano Diretor deverá explicitar de maneira clara qual o objetivo da política urbana. Deve partir de um processo de leitura da realidade local, envolvendo os mais variados setores da sociedade, podendo então, estabelecer o destino específico que se quer dar às diferentes regiões do município, embasando os objetivos e as estratégias. A cartografia dessas diretrizes corresponde a um macrozoneamento, isto é, a divisão do território em unidades territoriais que expressem o destino que o município pretende dar às diferentes áreas da cidade.

A Lei do Estatuto da Cidade, aprovada em julho de 2001 e em vigor a partir de 10 de outubro do mesmo ano, juntamente com o capítulo de política urbana da Constituição de 1988, dão as diretrizes para a política urbana do país, nos níveis federal, estadual e municipal.

Vale salientar que, durante a década de 90, enquanto se discutia o Estatuto, vários municípios não esperaram a consolidação desta lei federal para instaurar e adotar práticas já expressas na Constituição. O documento aprovado e sancionado, acaba incorporando esta experiência local, que mostrou-se positiva em favor da política urbana.

ARENDT (1989 p.31), contextualiza a idéia de pensamento e ação coletivos quando afirma que

*“Todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato de que os homens vivem juntos; mas a ação é a única que não pode sequer ser imaginada fora da sociedade de homens. (...) Só a ação é prerrogativa exclusiva do homem e só a ação depende inteiramente da constante presença de outros”.*

O Estatuto da Cidade, após 11 anos de tramitação, passa a ser um instrumento que a sociedade dispõe juntamente com o poder público, para gerenciar e administrar o desenvolvimento territorial.

#### **2.4.1.2 – Planos Diretores Urbanos**

Para BOURSCHEID (1993), Plano Diretor é o conjunto de documentos e leis que regem a organização do espaço urbano do município nos aspectos de uso e ocupação do solo, equipamentos de serviços urbanos, sistema viário, segurança, conforto das edificações, etc.. Este plano deve assegurar uma determinada permanência e capacidade de prever os possíveis problemas urbanos, criando condições para a resolução dos mesmos.

OLIVEIRA (1991), traz um outro conceito sobre o Plano Diretor, como sendo um instrumento voltado ao desenvolvimento físico e sócio-econômico dos núcleos urbanos de um município com ênfase na habitação, trabalho, comércio, indústria, serviços, transporte, educação, saúde e recreação.

Os municípios brasileiros, na visão de FERRARI (1984), de modo geral possuem estruturas administrativas ultrapassadas, que necessitam de reformas profundas para permitir a adoção do planejamento como processo político-administrativo de governo, mesmo que seus insucessos não se devam apenas aos problemas administrativos, mas é uma das causas principais.

ZIMMERMANN (1993), diz que a questão da elaboração do Plano Diretor é de responsabilidade da Prefeitura, já que se trata de um documento que orienta as ações do Executivo Municipal. Com a ressalva de que a participação popular, através de associações representativas, é de extrema importância, tanto no planejamento quanto na preparação e implementação do Plano Diretor.

Esse autor enfatiza que alguns processos e perspectivas caracterizam a circunstância político-institucional atual e apontam para uma descentralização do aparelho do Estado, que deverá atribuir maiores encargos aos Municípios, assegurando-lhes, mais recursos. Essa situação deverá propiciar uma maior autonomia ao Governo local para o desempenho de sua missão principal, isto é, a gestão do uso e ocupação do espaço da cidade. Essa descentralização pode contribuir para que não se elaborem planos que desconsiderem as especificidades de cada lugar, de cada cidade.

Na escala intra-urbana há necessidade de metodologias específicas para a elaboração de planos diretores para as cidades, bem como a presença dos movimentos sociais urbanos com força política habilitada pelo saber popular para discutir os problemas e apresentar soluções para os seus ambientes construídos.

Para ZIMMERMANN, ao conhecer uma realidade urbana sobre a qual irá se intervir, deve-se buscar informações que contemplem as leis que regem o lugar específico, a produção, o funcionamento e a utilização do espaço urbano:

- Conhecer o processo histórico de cada realidade urbana;
- utilizar técnicas qualitativas para a construção de hipóteses sobre essa realidade;
- confrontar estas hipóteses com a percepção das principais instituições da cidade e aqueles que vivem e produzem na mesma;



- evidenciar os vários interesses envolvidos na produção do espaço e as limitações da Administração Pública para atendê-los.

Segundo GONDIM et al (1991), conhecer a realidade urbana consiste em um processo contínuo de troca de informações e negociação entre as partes.

Com relação à concepção de soluções técnicas, sugere-se os seguintes aspectos:

- é preciso pensar e propor intervenções na cidade em várias escalas, com tratamentos técnicos. Isto significa discutir, pensar e desenhar alternativas para a rua, o quarteirão, o vazio urbano, etc.

- na definição das propostas de uso do solo, é necessário considerar a identidade dos bairros e seus papéis na cidade; definir prioridades de intervenção no conjunto, tendo em vista a dinâmica político-econômico-social global, enfim contribuir com a própria construção da cidadania;

- a questão ambiental, isto é, a busca da salubridade dos ambientes construídos, a proteção das encostas, das margens de cursos d' água e dos mananciais, o equacionamento da drenagem pluvial e a preservação do patrimônio histórico-arquitetônico deve ser prioridade na construção de um Plano Diretor.

É fundamental considerar que qualquer solução proposta, mesmo sendo produzida por processo participativo e descentralizado, deve ser compatível com os recursos locais, não apenas os recursos financeiros, mas também os recursos tecnológicos, humanos e institucionais.

A utilização de uma combinação das sugestões anteriormente apresentadas minimizaria as dificuldades de implantação das medidas sugeridas pelo planejamento urbano, não devendo ser impositivas, pois é de interesse de toda a sociedade, sendo assim, as adequações na estrutura administrativa e a capacitação do pessoal técnico envolvido na implantação do plano devem facilitar a consecução do que foi pensado. Na visão dos autores, as soluções elaboradas seriam coerentes com a dinâmica social e espacial do lugar e limitadas apenas pela disponibilidade de recursos.

Pode-se concluir através dos referidos autores, que há uma unanimidade em torno de um conceito adequado no que se refere aos Planos Diretores. Ambos levam em consideração as leis que regem o uso e ocupação do solo.

Vale salientar que as críticas são evidentes quanto à incoerência daquilo que se propõe, com a realidade presente.

## **2.4.2 – Instrumentos Técnicos**

Para analisar-se a evolução do uso e ocupação do solo em Cacupé, a partir de fotografias aéreas desde os anos de 1938, 1957, 1978, 1994, 1998, 2000, deve-se entender melhor os fundamentos técnicos utilizados para a pesquisa em foco.

### **2.4.2.1 – Fotointerpretação**

A fotografia aérea tem sido usada, intensivamente, como um sensor remoto passivo (que capta a energia solar) na identificação e mapeamento de elementos visíveis da superfície terrestre. Pelo seu potencial, as fotografias aéreas prestam-se como ferramenta de trabalho nos mais diversos campos de pesquisa como: Geografia, Hidrologia, Ecologia, Agronomia, Engenharia, Urbanismo, etc...

As fotos aéreas são obtidas por sensores fotográficos a partir de aeronaves variando muito em escala e com isso permitindo trabalhar com análises detalhadas até estudos de grandes áreas territoriais.

As aerofotos isoladas ou em pares estereoscópicos, dentre outras aplicações, servem como importantes fontes de informação para a identificação da ocupação do espaço, seja rural ou urbano.

A comparação de aerofotos recentes com antigas permite o estudo da expansão urbana, mostrando as áreas de maior dinamismo. As áreas de preservação, ou mesmo servindo de base para estimativas de população (LOPES, 1996).

Segundo o referido autor, a acuidade visual do intérprete, seu grau de conhecimento e prática no assunto estão ligados à qualidade da interpretação fotogramétrica, pois é fato conhecido que uma das condições para a acurácia da interpretação, além da qualidade e precisão do equipamento, é a habilidade individual de quem realiza as avaliações fotográficas.

Conforme ANDERSON (1982), fotointerpretação é o ato de examinar imagens fotográficas com o fim de identificar objetos e determinar seus significados. Contudo, as fotografias aéreas convencionais são apenas um dos vários tipos de produtos resultantes do sensoriamento remoto, no seu sentido amplo. A grande maioria dos trabalhos de fotointerpretação é feita com técnicas simples, isto é, exame de fotografias tiradas por aviões. Deve-se considerar alguns aspectos diferentes, como: contrastes nas fotografias, a escala das fotos, tipos de câmaras aéreas usadas, recobrimento entre fotografias para possibilitar a visão

estereoscópica, que pode ser obtida de várias maneiras, inclusive com a ajuda de um aparelho chamado estereoscópio. Vale salientar que a visão estereoscópica não é obtida somente com a utilização deste aparelho, mas é facilitada por este.

Ainda segundo o mesmo autor, qualquer pessoa pode fazer identificações a partir de uma foto aérea, sempre complementado por trabalho de campo. Este processo depende de algumas noções básicas de fotointerpretação, que inclui o conhecimento comum do observador. Para se caracterizar como uma técnica desenvolvida, a fotointerpretação deve ser mais exata e capaz de extrair maior quantidade de informações da fotografia aérea. Essa técnica compreende três outros níveis: o nível técnico, o nível profissional e o nível especializado.

O nível técnico é atingido quando o fotointérprete aprende a fazer medições, identificações de vários tipos de objetos e a manipular fotografias aéreas, aproveitando o máximo das características da fotoimagem, sem ter conhecimento profundo em qualquer disciplina. O nível profissional surge com a manipulação das técnicas aprendidas no nível técnico e aplicadas a um determinado campo de atividade. O nível profissional está ligado às diversas profissões, como por exemplo: Engenharia Florestal, Geografia, Agronomia, etc. O último, é o nível especializado, onde a pessoa usa a base teórica da fotointerpretação e das outras áreas no campo do *Sensoriamento Remoto* para o desenvolvimento de novas técnicas e aplicações para as imagens aéreas espaciais.

#### **2.4.2.2 – Cartografia**

A Associação Cartográfica Internacional adotou a definição de Cartografia como sendo “o conjunto de estudos e operações científicas, artísticas e técnicas, baseado nos resultados de observações diretas ou de análise de documentação, com vistas à elaboração e preparação de cartas, planos e outras formas de expressão, bem como sua utilização”.

DUARTE (1994, p. 15) considera historicamente que

*“ a Cartografia sempre representou grande utilidade em todas as sociedades, desde as épocas mais antigas, e, pelo papel exercido no mundo moderno, quando chega a ser indispensável sua utilização nos diversos campos do conhecimento humano. Os homens se preocuparam, desde muito cedo, em fixar os limites de seu território, ou mesmo de seu itinerário. Houve*

*sempre a preocupação de representar seu meio ambiente de forma duradoura, seja em paredes de gratas, casca de árvore ou outros materiais disponíveis, com o intuito de informar o segredo das rotas de caça, das fontes de água, das áreas de segurança e das zonas de perigo”.*

Para o autor, a Cartografia é ciência e arte. Ciência, porque constitui-se num campo de atividade humana que requer conhecimentos específicos, aplicação de técnicas e conhecimentos de outras ciências, visando a obtenção de um documento de caráter técnico. O mapa objetiva representar os aspectos naturais e construídos da superfície terrestre. Portanto, a organização do espaço é mostrada através de mapas. Quanto à arte, considera-se que um mapa deve seguir alguns aspectos estéticos por tratar-se de um documento que ao ser utilizado, precisa ser visivelmente agradável. Dependendo de sua finalidade, o mapa poderá ser mais complexo ou não. Mesmo quando contém grande número de informações, deve ter clareza, simplicidade e harmonia entre seus componentes.

Entretanto, OLIVEIRA (1988, p.14), afirma que a Cartografia

*“não é uma ciência nem uma arte, mas é , sem dúvida, um método científico que se destina a expressar fatos e fenômenos observados na superfície da Terra, e por extensão, na de outros astros, como a Lua, Marte, etc. através de simbologia própria”.*

Este mesmo autor afirma que os dados representados pela cartografia para a representação da realidade física e humana da crosta, são dispostos metodicamente no sentido de traduzir, com fidelidade, fatos e fenômenos tais como eles se apresentavam no momento da coleta dos referidos dados. Por exemplo: as migrações ocorridas num município ou num estado do Brasil, são um fenômeno que o geógrafo observa e interpreta, e cujos dados o cartógrafo distribui metodicamente num mapa.

É oportuno salientar ainda, que a cartografia compõe-se de alguns elementos que necessitam ser especificados e esclarecidos, são eles: Mapas, Cartas, Plantas, Coordenadas, etc.

**Mapa:** é a representação gráfica, sobre uma superfície plana e numa determinada escala, de acidentes físicos e culturais da superfície da Terra, de um planeta ou mesmo de um satélite natural.

**Escala:** É a relação entre a distância de dois pontos quaisquer do mapa com a correspondente distância na superfície da Terra. Significa dizer que sua fração representa a relação entre as distâncias lineares da carta e as mesmas distâncias da natureza. Nessa fração, o numerador representa uma distância no mapa, e o denominador a distância correspondente no terreno, tantas vezes maior na realidade, quanto indica o valor representado no denominador. Se por exemplo, a escala é 1:20 000, concebemos que qualquer medida linear na carta é, no terreno, 20 000 vezes maior. Se na mesma carta, tomarmos uma distância, por exemplo, de dois centímetros, esta corresponderá, no terreno, a 40 000 centímetros, que são iguais a 400 metros.

**Projeção Cartográfica:** As projeções cartográficas servem para representar a superfície curva da Terra sobre uma superfície plana, controlando as deformações inevitáveis.

Conforme ROCHA (2000) explica, a projeção UTM – Universal Transversa de Mercator, foi usada pela primeira vez pelo Instituto de Cartografia do Exército Americano, durante a Segunda Guerra Mundial. Sua principal vantagem é representar grandes áreas da superfície terrestre, sobre um plano, com poucas deformações. É um sistema de coordenadas retangulares amplamente aplicado na Cartografia Mundial e Brasileira.

**Mapa Base:** De acordo com CHIAPETTI et al (1994), a base cartográfica se constitui num mapa base que contém informações planimétricas e altimétricas, numa mesma escala compatível com a finalidade a que se destina. Dependendo das condições econômicas do município e do tipo de uso (rural ou urbano), esta base pode ser obtida por restituição aerofotogramétrica, ou elaborada por compilação a partir de outras bases existentes.

LOPES (1996), considera que um mapa construído dentro de critérios cartográficos precisos, a base cartográfica, ou mapa base, desempenha importante função no planejamento, nos estudos, projetos e análises, fornecendo ao usuário a localização espacial precisa.

**Mapa temático:** conforme OLIVEIRA, o mapa temático trata-se de um documento em qualquer escala, em que, sobre um fundo geográfico básico, ou mapa base, são representados os fenômenos geográficos, geológicos, demográficos, econômicos, agrícolas, etc., visando ao estudo, à análise e à pesquisa dos temas, no seu aspecto especial. Como exemplo de mapa temático podemos citar o geológico, pedológico e de uso da terra, fitogeográfico, etnográfico, oceanográfico e outros.

## CAPÍTULO Nº 3 – A ILHA DE SANTA CATARINA – SUL DO BRASIL

### 3.1 – Aspectos humanos

PAMPLONA (1999, p.45), noticia a respeito da colonização na Ilha de Santa Catarina, acentuando que

*“a consolidação definitiva do processo de colonização acontece com a imigração de colonos açorianos e madeirenses na segunda metade do século XVIII, em número aproximado de 6 mil pessoas. Os colonos agruparam-se em pequenas povoações denominadas freguesias e ao longo das estradas. Até o final do século XIX, a Ilha serviu apenas para atender as necessidades estratégicas e administrativas de Portugal, mesmo com o aumento da população, não se conseguiu ainda estabelecer uma atividade que propiciasse um comércio para a região. Com a proclamação da independência, em 24 de fevereiro de 1823 é elevada à categoria de cidade tendo seu perímetro urbano definido. A administração deixa de ser feita por militares e passa às mãos da classe mais abastada, a dos comerciantes. A expansão urbana se dá não só por Florianópolis concentrar a sede do governo, mas também por ter o principal porto do estado”.*

A evolução urbana do interior da Ilha aconteceu no momento do surgimento de uma classe média nacional assalariada, especialmente nas capitais, que valorizava o lazer praiano como um bem sócio-cultural, difundido a partir de modelos cariocas e paulistas, bem como o acesso a direitos trabalhistas e a descoberta, por parte da sociedade, do turismo balneário como atividade econômica e uma nova forma de lazer. Estas condições de vida diferenciadas que se apresentavam ao cidadão, incentivou moradores do centro da cidade a buscar um local para se ter a “casa de fim de semana”. (ENEPEA, 2001).

#### 3.1.1 – Primórdios da ocupação

De acordo com MENESES (1984): "O homem *pertence* a um espaço. *Ser de um certo lugar* não expressa vínculo de propriedade, mas uma rede de relações".

Nessa perspectiva, pode-se dizer que o lugar é o vínculo que nos une uns aos outros indivíduos e a esse complexo vínculo, chamamos de sociedade.

Fazendo um breve resgate através da arqueologia, pode-se conhecer melhor o processo de ocupação na Ilha de Santa Catarina. De acordo com dados disponíveis hoje, a Ilha vem sendo ocupada desde 4.500 anos atrás (datação de um nível de ocupação de Sambaqui do Pântano do Sul escavado pelo Pe. João Alfredo Rohr em 1974. Com isso, há evidências concretas que outras sociedades humanas ocuparam a Ilha muito antes de nós. Foram registrados até 1989 mais de uma centena de sítios arqueológicos encontrados nos mais diversos recantos da Ilha de Santa Catarina.

A potencialidade dos recursos naturais da Ilha como: praias, rios e lagoas piscosas, a vegetação e a caça abundantes foi mais intensa no passado, influenciando o assentamento de grupos humanos nesta terra.

Partindo do século XVI, quando a Ilha de Santa Catarina, já então, habitada pelos índios Carijós distribuídos em várias aldeias, começa a receber outras levas humanas, vindas da Europa.

Entre as datações relacionadas a assentamentos mais recentes contamos com uma estimada em 1415, século XV, obtida através do C 14 . Estava associada ao sítio da Tapera escavado pelo Padre Rohr(1966), o qual teria sido ocupado durante aproximadamente 1000 anos. Não se tem certeza se foram 1000 anos ininterruptos.

A ausência do índio, que vinha desaparecendo da costa catarinense antes mesmo de 1600, facilitava a ocupação um tanto pacífica da posse das terras, principalmente das ilhas. Em 1635 o missionário Inácio Sequeira declara a Ilha totalmente deserta, segundo PAULI (1973).

Os primeiros registros do povoamento europeu na Ilha datam do início do século XVI com a ocupação dos exploradores de madeira, aventureiros e degredados provenientes das primeiras expedições portuguesas.

A fundação efetiva do povoado de Nossa Senhora do Desterro ocorreu por iniciativa do paulista Francisco Dias Velho, que partiu de São Paulo por volta de 1662 acompanhado da família, uns quinhentos índios domesticados, uma segunda família e dois padres jesuítas. Em 1678, Dias Velho ergueu uma cruz dando início à construção da capela Nossa Senhora do Desterro.

A partir da fundação do núcleo do povoado, foi se processando uma ocupação litorânea lenta e espontânea, por meio da concessão de Sesmarias, que se fixaram com seus

estabelecimentos agrícolas e pastoris. VEIGA (1993).

A ocupação da Ilha no século XVII foi um tanto privilegiada em relação ao continente devido à preocupação com a defesa e a busca de condições geográficas favoráveis para que a ocupação ocorresse. Além de oferecer maior segurança em caso de ataques indígenas, a ilha oferecia as facilidades de apresentar um excelente porto, uma mata menos densa onde os córregos eram abundantes e a topografia favorecia a instalação da comunidade, protegida por morros e colinas VEIGA (1993).

Segundo relatos da autora citada, até 1726, Desterro era uma localidade pouco expressiva do ponto de vista político e econômico, apenas a posição geográfica e as vantagens físicas do porto, justificavam a criação da Capitania da Ilha de Santa Catarina.

Por volta de 1748, a imigração açoriana começou a ocupar o interior da Ilha, entretanto, já estavam iniciadas as ocupações da Lagoa e Santo Antônio.

Com a criação de Fortalezas e posteriormente de alguns Fortes, a afluxo da população tomou impulso, proporcionando novas doações de Sesmarias. A criação de cargos públicos promoveu a vinda de titulares graduados com suas famílias estimulando o reerguimento da Vila.

Os imigrantes açorianos e madeirenses (aproximadamente 6.000), representaram o maior movimento organizado de transferência de colonizadores para o sul do país, principalmente no período de 1748 a 1756.

A cada família foi prometido então, um pequeno lote de terras, armas, instrumentos de trabalho agrícola, sementes e outras provisões. Mas vários impedimentos reduziram o imigrante às condições que a própria Ilha oferecia.

Ao Governador cabia fazer a distribuição e a concessão de Sesmarias pelo litoral catarinense incluindo-se portanto, a Ilha de Santa Catarina.

A cada casal, segundo Veiga (1993), era oferecido pela Coroa "1/4 de légua em quadro", porém, muitos se contentaram com bem menos, por quererem ficar mais perto uns dos outros.

Esse fato resultou numa planificação territorial, de corte minifundiário e implantação linear, baseada em lotes próximos ou vizinhos, com testadas exíguas, e caracterizada pela cultura de subsistência com o método rotativo de uso do solo agrícola.

O processo de urbanização de uma cidade depende, como acabamos de ver, da forma como ocorre o adensamento da população alterar a fisionomia de uma cidade tanto étnica



quanto cultural.

Da imigração açoriana não só resultaram as vilas do interior da Ilha de Santa Catarina, Lagoa e Santo Antônio, como no Continente foram formadas São José, Enseada de Brito e São Miguel.

Quanto à fixação na Ilha, teve início em torno da Vila Capital, com sede na Lagoa. O Morro do Antão foi ocupado por alguns açorianos, que lhe deram o nome. Antão Lourenço Rebelo, natural da Ilha Terceira. Dali o povoamento segue para Trás do Morro (atualmente o bairro da Trindade). A ocupação se deu em direção ao Córrego Grande, de onde se atinge a já mencionada Lagoa.

No norte da Ilha se instalaram os açorianos em Santo Antônio de Lisboa, de onde ganharam Rio Ratores, Canasvieiras e Rio Vermelho. Os dois núcleos iniciais, como já mencionado, foram Lagoa e Santo Antônio. No sul os açorianos ocuparam o Ribeirão da Ilha. Portanto, o sul da Ilha era um só distrito (o de Ribeirão), o norte também um único distrito (o de Santo Antônio), o centro um só, na área rural (o da Lagoa) e na área urbana o chamado distrito do centro. PAULI (1973).

Não é propósito único dessa pesquisa aprofundar no conhecimento histórico de toda a gênese do povoamento da Ilha de Santa Catarina em seus inúmeros detalhes.

Entretanto, se faz necessário conhecer um pouco do processo para que se possa compreender melhor a realidade atual.

A partir do início da colonização, um outro enfoque será abordado sobre a ocupação da Ilha de Santa Catarina, um pouco de sua história, seus costumes, enfim, como vivia a povo Ilhéu no início do século.

### **3.1.2 – Modo de Vida Ilhéu**

A prática do banho de mar começou na Europa por volta dos séculos XVII e XVIII, não somente como diversão, mas também com a concepção medicinal.

No Rio de Janeiro, a gênese do banho de mar foi semelhante ao da Europa. Em Florianópolis, o mesmo costume teve um percurso específico, com uma temporalidade diferente daquela do Rio de Janeiro ou da Europa.

É interessante observar que a prática do banho de mar mudou a configuração da cidade, sua área de expansão, modificou a arquitetura e as direções das fachadas das casas, ditou novas modas e novos trajes, transformou mentalidades e hábitos. Logo que tal prática

chegou em Desterro/Florianópolis, o banho de mar foi encarado como "abuso ao Código de Posturas", depois como "tratamento médico", "refrigério contra excessivo calor", também serviu de "divertimento das famílias" e, por fim, como turismo. Hoje sabemos que o banho de mar continua com os mesmos benefícios do passado, entretanto, conseguimos transformar esses benefícios em lucratividade através do turismo. (FERREIRA, 1994).

A constituição do centro urbano da nova povoação estava condicionada à existência de fontes d'água e à orla marítima. As casas iam se alinhando nos caminhos que, partindo do Largo da Matriz, se dirigiam às fontes d'água. Localizavam-se também nas picadas que contornavam a orla marítima e nos trilhos que levavam às Igrejas e Fortes. (VEIGA, 1993).

A autora aponta uma notável mudança no direcionamento da cidade a partir do surgimento de uma pequena burguesia ligada ao transporte de mercadorias. Portanto, se as casas até o século XVIII acompanhavam os caminhos que levavam às fontes, passaram a partir do século XIX a seguir para o mar, em direção ao porto, conduzindo para um novo traçado das ruas da cidade.

Várzea (1985) diz que Santo Antônio de Lisboa tinha um comércio marítimo maior que de todas as outras freguesias, pelo fato de seu porto ser manso e movimentado e estar próximo do ancoradouro de Santa Cruz e Sambaqui.

Basicamente no século XIX todas as praias próximas à cidade e às vilas acumulavam detritos da população vizinha. Praia era lugar de despejo das vasilhas de material fecal. A preocupação pela higiene foi surgindo aos poucos e Desterro iria discutir e implementar políticas de saneamento e higiene em momento mais tarde que o Rio de Janeiro, por exemplo.

A população não sabia qual destino dar ao lixo e excrementos, nem a Câmara tinha outra alternativa para o problema. A solução mais prática era o mar, tanto que as casas que substituíam os ranchos de canoa, foram erguidas com seus fundos voltados para a praia, facilitando assim o despejo de dejetos.

As mudanças econômico-sociais estavam contribuindo para o empobrecimento da sociedade, onde as classes mais abastadas perdiam prestígio e os pobres tinham suas condições de vida cada vez pior.

Em meados do século XIX são pouquíssimos os urbanos que se aventuram a passear pelo interior da ilha: a maioria da população da cidade sequer conhecia as praias e lagoas do interior da ilha. Foi somente no século XX que o cidadão passa a gozar a natureza e estar em contato com o mar, usufruindo dos seus benefícios. Foi o banho de mar que fez com que a

cidade se expandisse em direção ao interior, em busca daquilo que ela não podia oferecer a seus habitantes. Será sobretudo na segunda metade do século XX que o habitante da cidade irá entrar em contato com o interiorano, comprando suas terras, desalojando seus ranchos de pescaria, e restringindo-lhe a passagem à praia.

Dentre os habitantes da cidade que se interpuseram entre o pescador e o mar, os que mais se destacaram foram os comerciantes, e à medida que iam enriquecendo, iam mudando seus hábitos e o lugar de moradia.

Os comerciantes trabalhavam e viviam no centro da cidade. Normalmente o sobrado abrigava o comércio no andar térreo e a moradia no andar superior. Com o passar do tempo, um novo costume surgiu, o de possuir uma chácara fora do perímetro urbano. Somente os ricos podiam ter residência separada de sua empresa.

No interior da ilha, o Balneário de Canasvieiras foi por muito tempo destinado ao veraneio, principalmente de uma elite ainda que reduzida.

Ferreira (1994), aponta a década de 1930 como marco para o florianopolitano descobrir as praias do continente que ficavam mais próximas do centro da cidade do que as do interior da Ilha, como Canasvieiras.

O autor descreve que na década de 1910 o poder público em Santa Catarina dava mostras da intenção em possibilitar e controlar a exploração das riquezas da Ilha de Santa Catarina para fins de turismo, em especial as praias de banho.

Muitas obras importantes na Capital foram realizadas durante os três períodos em que o Governador Hercílio Pedro da Luz passou pelo executivo estadual, uma dessas obras foi a construção da ponte ligando a ilha ao continente, que segundo sua vontade, se chamaria "Independência", mas acabou levando o seu nome por ter falecido antes da obra ser concluída.

Um artigo publicado em 1918, comenta FERREIRA (1994), narrava a conferência entre os Governador Hercílio Pedro da Luz e o Sr. João de Oliveira Carvalho (Superintendente Municipal um ano após). As promessas feitas nesta conferência não passaram de projetos nunca realizados pelo Governo. Dizia que um grande ideal iria se realizar. Seria possível, em breve..." em alguns minutos ir a Santo Antônio e Canasvieiras, à Lagoa da Conceição e dar a volta ao Morro da Cruz, de bonde elétrico". Dentre as linhas, uma se "estenderá pelo admirável noroeste da ilha, percorrendo o lindo arraial de Cacupé, e passará pela amena vertente de Santo Antônio em rumo a Canasvieiras e praias dos Ingleses... Isso quer apenas dizer que toda essa zona, agora pobre, vai transformar-se, da noite para o dia, na prosperidade

e na riqueza..."

### **3.1.3 – Tempos atuais da ocupação da Ilha de Santa Catarina**

A cidade de Florianópolis, nestes últimos anos tem demonstrado que, devido a sua estrutura física, não comporta um adensamento maior do que o atual, é bem visível e sentido os problemas sérios dos congestionamentos, o que reflete em sua tranquilidade já bastante conturbada. O bairro de Cacupé com seus recortes geográficos bem acentuados, tende a estimular seu crescimento, diminuindo assim, o bem-estar da população ali estabelecida.

A promessa do Bonde elétrico em 1919 até a Praia dos Ingleses, não vingou obviamente, sendo que as estradas que chegavam ao interior da ilha eram meras picadas para carros de boi. Não existiam nem postes de energia elétrica, quanto mais bonde elétrico. A energia elétrica só chegaria ao Norte da ilha na década de 1960, quando o poder público já dava mostras de que gostaria de controlar a exploração das potencialidades turísticas e planejava empreendimentos turísticos para a ilha, pois era preciso construir lugares chiques para pessoas elegantes desfrutarem dos banhos de mar. O autor pondera, que a novidade não está na realização, e sim nos projetos.

No início da década de 1970 a Praia dos Ingleses continuava sendo uma colônia de pescadores. O afluxo de veranistas ainda era mínimo. Foi com a construção e asfaltamento das SC-401 e 403, que se deu no Governo Colombo Salles (1973) que os veranistas passaram a procurar aquela praia com mais frequência.

As estradas sempre foram consideradas as maiores vilãs da falta de interesse turístico para com as praias da ilha. De fato, somente com a construção de estradas estaduais houve um crescimento no movimento das praias do interior da ilha. Antes delas, como foi dito, eram trilhas para carruagens. Foi no Governo Celso Ramos (1961-1966) que se iniciou a abertura do leito da SC-401, ligando a cidade a Canasvieiras. Mas somente no Governo Colombo Salles (1971-1977) que estas estradas receberam asfalto. Além da SC-401, foi construída a SC-402, que a partir do quilômetro 13 da SC-401 leva a Jurerê, a SC-403 que liga Canasvieiras aos Ingleses e a SC-404, que liga o Itacorubi à Lagoa da Conceição.

Antes da década de 1970, os veranistas freqüentavam no máximo, Cacupé e Sambaqui ao Norte e Ribeirão da Ilha ao Sul. Com a abertura e asfaltamento das estradas estaduais, aliada à poluição das praias das baías Norte e Sul para as praias oceânicas. Isto fez com que estes pioneiros balneários, localizados nas baías, passassem por uma estagnação.

De acordo com estudo feito pelo CODESUL - Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul, em 1970, sobre a evolução da ocupação das praias da Ilha de Santa Catarina, diz que

*"tem crescido bastante ultimamente a valorização dos terrenos de praia, aparecendo várias empresas loteadoras, principalmente nas áreas de Canasvieiras, Jurerê e Lagoa da Conceição. De modo geral, a ocupação dessas áreas é posterior à ocupação de outras mais próximas ao centro urbano, como Sambaqui, Saudade, Itaguaçu, Bom Abrigo, os três últimos ligados já ao perímetro urbano de grande densidade habitacional, e o primeiro já intensamente ocupado por proprietários residentes em Florianópolis. (...) As praias da Ilha de Santa Catarina são esmagadoramente objetos de ocupação pelos próprios residentes da Capital. A aquisição de terrenos, entre as diversas imobiliárias que operam no setor, acusa um percentual de 88% de compradores residentes em Florianópolis, 8% de compradores de outros Estados e 4% de áreas do interior do Estado".*

Temos traçada a evolução da ocupação das praias, sendo que, da cidade partiu-se para o continente, depois às baías Norte e Sul, e por fim às praias oceânicas.

Constata-se também que as aquisições de lotes não se restringe a um lote para cada comprador, ou seja, freqüentemente, o comprador é proprietário de vários lotes, objetivando assegurar os lotes excedentes para posterior comercialização.

Extensas áreas de terra foram compradas por empresas locais. Fazendeiros da família Ramos, provenientes de Lages, foram os primeiros a adquirir e a formar verdadeiros "latifúndios" na Ilha de Santa Catarina. É de conhecimento comum, que a área onde hoje localiza-se o bairro "Jurerê Internacional" que foi urbanizado na década de 1980, pertencia a Aderbal Ramos da Silva, e que a Praia Brava pertencia a Celso Ramos, praia que há pouco tempo não possuía estrada, foi recentemente urbanizada. Esta questão provocou uma mudança considerável na distribuição e valorização da terra na Ilha de Santa Catarina. As terras da ilha, antes pouco valorizadas, passaram a ser super valorizadas.

A abertura e duplicação da BR-101 foi o grande fator que impulsionou o turismo na

Ilha de Santa Catarina, aliado à instalação das Centrais Elétricas do Sul do Brasil (ELETROSUL) e da Universidade Federal de Santa Catarina, que fizeram com que um grande contingente de pessoas de classe média provenientes sobretudo do Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro, viesse aqui se estabelecer. Este fato, foi definitivamente propulsor para o rumo da história dos moradores da Capital catarinense (FERREIRA, 1994).

Atualmente a Ilha de Santa Catarina pode ser apresentada geograficamente de maneira um tanto didática, de modo que, possamos conhecer um pouco mais sobre nossa Ilha, só que, nos dias atuais.

### **3.1.4 - Situação Econômica da Ilha de Santa Catarina**

Com toda esta beleza, a ilha capital não crescia economicamente. Havia um entrave no transporte das mercadorias para um bom comércio e uma exploração turística.

O porto de Florianópolis foi o grande propulsor do progresso da vila do Desterro.

Em 1918, Hercílio Luz toma uma iniciativa acertada. Era preciso que se construísse uma ponte, que viria facilitar o movimento entre a ilha e o continente. Talvez assim a cidade pudesse crescer, pensava ele. Era então iniciada a construção da famosa ponte metálica, uma das maiores pontes pênsil do mundo.

Hercílio Luz com a saúde abalada, não resistindo à doença, veio a falecer, não tendo o prazer de inaugurar sua obra, o que coube ao então senhor Bulcão Vianna, no dia 13 de maio de 1926, cortar a fita inaugural com a presença dos florianopolitanos. Com a inauguração da ponte, o crescimento aconteceu de imediato. O comércio foi ativado, o transporte coletivo também foi implantado, e o movimento trouxe o progresso bem como o turismo que se tornou uma das maiores fontes de renda do município.

Tamanho foi o crescimento da cidade que em 8 de março de 1975 era inaugurada uma segunda ponte de concreto, paralela à Hercílio Luz, que, devido ao seu desgaste, foi interditada e tombada pelo Patrimônio Histórico. Mas uma segunda ponte viria obrigar as autoridades competentes a aterrar praias fronteiras ao centro da cidade. Dezesesseis anos após a inauguração da ponte Colombo Salles era inaugurada ao lado desta, a terceira ponte, a Pedro Ivo Campos.

O comércio florianopolitano é considerado bom. A população conta com uma diversificação nos serviços prestados. Há *shoppings* com grande número de lojas e praças de alimentação. A cidade possui muitos restaurantes e churrascarias, cozinhas nacionais e

internacionais e bares, além de hotéis, pousadas, lojas de eletrodomésticos, hipermercados, enfim, o necessário para uma capital sem pretensão de ser um grande centro.

### **3.1.5 – Terras de uso comunal**

A Ilha de Santa Catarina foi talvez a área do Estado onde as terras de uso comum ocorreram com maior frequência. Toda localidade possuía alguma área comunal que podia utilizar, mas que não se localizava necessariamente junto a ela. Isto quer dizer que duas ou mais localidades poderiam se utilizar de um mesmo campo ou área comunal. Esta forma de ocupação da terra ocorreu com frequência entre o pequeno produtor açoriano e durou até algumas décadas atrás. A existência de terras comunais por toda a ilha foram usadas não só como pastagem para o gado, mas também para o abastecimento de lenha, madeira, fonte d'água, agricultura, coleta de frutos e plantas medicinais.

CAMPOS (1989), afirma que a utilização de áreas comuns na Ilha era intensa até a década de 40. A partir de então se acelerou o processo de apropriação de tais áreas, tanto por interesses privados quanto do próprio Estado. Essa questão gerou muitos conflitos e discussões, especialmente entre os usuários e pessoas interessadas em apropriar-se das áreas.

Segundo este mesmo autor, os interesses que ocasionavam o processo de apropriação das terras comunais não incluem apenas aqueles ligados às classes mais abastadas, mas também entre os pequenos produtores, usuários ou não, havia aqueles que tentavam se apoderar de parte das áreas comunais. Uma das formas de apropriação era a seguinte: como as terras comunais, em geral faziam fundos com as propriedades, muitos proprietários (tanto os pobres quanto os mais abastados) "esticavam" suas cercas para dentro delas, aumentando assim sua terra. Apesar das queixas e reclamações de muitos dos usuários, alguns daqueles que "esticavam" suas cercas deixavam o tempo passar (como uma maneira de fazer os queixosos esquecerem), cercavam e se apoderavam em definitivo.

Os mais poderosos conseguiam, através da Câmara, das Intendências, etc., documentos de posse ou escritura definitiva, muitas vezes ilicitamente.

O autor admite que, a partir das suas pesquisas, a maior parte das regiões que possuíram terras de uso comum foram transformadas em áreas de interesse imobiliário, o que, aliás, já se inicia com a expropriação do próprio produtor. Essas áreas são então transformadas em grandes fazendas de uns poucos donos (políticos, empresários, comerciantes, altos escalões do poder público) que geralmente não moram e pouco produzem nas mesmas; em loteamentos

ligados a grandes empreendimentos imobiliários, principalmente relacionados à expansão turística (como em Canasvieiras, Jurerê Internacional e Santinho); ou mesmo apropriadas pelo Estado.

Após a década de 60, confirma CAMPOS (1989), alguns órgãos estaduais possibilitaram a concessão de milhares de lotes por todo o Estado de Santa Catarina. Consideravam as terras públicas como sendo terras de apropriação original, concedendo títulos sem muitas exigências, sob pagamento em dinheiro.

Este tipo de concessão terminou em 1982, por interferência da Procuradoria Geral do Estado, que as considerava ilícitas.

O avanço sobre as terras públicas da Ilha de Santa Catarina continuava subsistindo, como as áreas de dunas, costões e praias que se apresentavam como grande alvo do processo de apropriação.

Os interesses partem tanto do empresariado local quanto de fora. O objetivo é a criação de infra-estrutura que leve ao desenvolvimento do turismo em toda a costa da Ilha de Santa Catarina. Esses interesses afloraram a partir da década de 80, quando houve um surto de descoberta da cidade como polo turístico, as mudanças na política foi um passo decisivo para que a imobilidade do desenvolvimento urbano avançasse, juntamente com os acontecimentos que vinham ocorrendo a nível de país.

Em seus relatos, o referido autor afirma que a utilização das terras comunais na Ilha e Litoral de Santa Catarina, foi parte integrante da formação sócio-espacial açoriana, arraigado ao costume e cultura do pequeno produtor.

### **3.2 – Aspectos físicos da Ilha de Santa Catarina**

O município limita-se a leste com o Oceano Atlântico, a oeste com São José, as águas da baía sul se limitam com Palhoça e as águas da baía norte se limitam com Biguaçu e Governador Celso Ramos.

A Ilha de Santa Catarina, paralela ao continente, do qual está separada por um estreito canal de 28 metros de profundidade e 500 metros de largura, forma duas baías: a Baía Norte e a Baía Sul. Para fazer a ligação Ilha-Continente foram construídas sobre este estreito três pontes: Ponte Governador Hercílio Luz, Ponte Colombo Salles e Ponte Pedro Ivo Campos .

Pequena parte do território pertencente ao Município de Florianópolis está situada no continente. É o sub-Distrito do Estreito que já pertenceu ao vizinho município de São José, e



abrange os bairros de Coqueiros, Abraão, Itaguaçu, Capoeiras, Bairro de Fátima, Jardim Atlântico, Balneário, todos bem estruturados.

Os Distritos de Florianópolis são: Lagoa da Conceição (talvez o mais antigo núcleo da ilha de Santa Catarina); Distrito de Canasvieiras; Distrito de Cachoeira do Bom Jesus; Distrito de Santo Antônio de Lisboa; Distrito de São João do Rio Vermelho; Distrito do Ribeirão da Ilha; Distrito do Pântano do Sul; Distrito de Ratonés; Distrito de Ingleses.

O Município de Florianópolis está situado na Ilha de Santa Catarina e pequena parte no continente fronteiriço. Ocupa uma área de 451 quilômetros quadrados.

O relevo da Ilha de Santa Catarina é plano ondulado com montanhas de formação rochosa. O solo é de baixa fertilidade com textura arenosa. O ponto mais alto da ilha é o Morro do Ribeirão com 532 metros.

No seu litoral de 172 km, encontram-se muitas praias, alguns costões, restingas, manguezais, promontórios e dunas, e ainda, seis bacias hidrográficas: Itacorubi, Rio Tavares, Ratonés, Peri, Saco Grande e Lagoa da Conceição.

O clima segundo Koppen é mesotérmico sem estação seca, e os verões quentes com uma temperatura média de 19°.

A precipitação média é de 1.406 mm e a temperatura média anual fica em torno de 20°. Os ventos mais freqüentes são o nordeste e o sul.

Outro aspecto característico de clima da Ilha são os altos índices de umidade, em torno de 80%. Isto se explica por sua posição geográfica e o elevado teor de umidade da parte inferior da Massa Tropical Atlântica (MTA), que é o sistema atmosférico predominante na circulação da região CARUSO (1991).

Por isso, conforme a autora, apesar da precária natureza dos solos da maior parte da Ilha, são as condições térmicas e pluviométricas que facilitam e geram um ambiente favorável tanto ao desenvolvimento florestal como o agrícola.

Em relação à hidrografia, a Ilha de Santa Catarina é servida de rios de pequena extensão: Vermelho, Ratonés, Tavares, Itacorubi, Pau-de-Barro, da Tapera e Cachoeira.

**FIGURA 1:** Mapa da Ilha de Santa Catarina



Florianópolis é uma das capitais brasileiras que possui as mais belas praias. São 42, sendo que algumas delas ainda continuam nativas. Possui também lagoas, entre as quais, a mais conhecida e freqüentada é a Lagoa da Conceição, seguidas da Lagoa do Peri, Lagoinha e Lagoa Pequena.

As ilhas que rodeiam a de Santa Catarina são: do Badejo, Moleques do Norte, Mata-Fome, das Aranhas, do Xavier, do Campeche, das Pedras Tipitingas, das Laranjeiras, das Três Irmãs, Papagaio, Ratonas Grande e Ratonas Pequeno, do Francês, dos Guarás, das Vinhas, do Abraão, da Fortaleza de Araçatuba e outras bem menores.

O município conta com três áreas de preservação: Parque Florestal do Rio Vermelho com 1.100 hectares, Parque Municipal Lagoa do Peri com 2.000 hectares, Parque Horto Florestal de Canasvieiras com 170 hectares e ainda as Dunas da Lagoa da Conceição com 100 hectares.

### **3.3 – Serviços urbanos**

A cidade atualmente conta com uma rede viária praticamente saturada, por onde trafegam os meios de transportes em geral. Da estação rodoviária do município partem diariamente ônibus de diversas empresas, para as cidades do interior e outros estados. A capital faz conexões com países do Mercosul, como Uruguai, Argentina e Chile.

O Sistema de Esgoto Sanitário da parte central de Florianópolis é constituído de diversas unidades que incluem ligações domiciliares, uma extensa Rede Coletora, Interceptores de grande capacidade, Emissários, Estações elevatórias e uma Estação de Tratamento de Esgotos (ETE). Este Sistema abrange toda a área Central da cidade e os bairros: Agrônômica, Trindade, Saco dos Limões, Prainha e José Mendes.

Nesse Sistema central de Esgoto Sanitário, os dejetos residenciais, comerciais e hospitalares captados na área de abrangência, são conduzidos para a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), onde passam por um tratamento biológico, físico e químico, removendo os sólidos. Depois é lançado ao mar um líquido com até 98% de pureza, como determina a legislação ambiental. Inicialmente, esta Estação tinha capacidade para tratar dejetos produzidos por uma população de 150.000 habitantes, sendo que no futuro poderá atender até 225.000 habitantes, sem ocupar novas áreas.

Segundo a CASAN- Companhia Catarinense de Água e Saneamento, as Redes, Emissários e Interceptores não interferem na paisagem, pois são unidades implantadas no

subsolo. Quanto às Estações elevatórias e Estação de Tratamento, são edificações modernas e toda a área destas unidades é arborizada.

O projeto biológico de tratamento é semelhante à autodepuração feita pela natureza nos corpos hídricos, porém, de maneira concentrada e acelerada. Foram utilizadas técnicas modernas, objetivando aumentar a eficiência da remoção de poluentes, e o processo aeróbico de tratamento projetado não produz odores agressivos.

Em 1996, deu-se o início dos testes de pré-operação da ETE – Estação de Tratamento de Esgoto, através do recebimento da contribuição de esgotos sanitários proveniente da área central da cidade.

Quanto ao período de tempo de despoluição das praias, a CASAN relata que a ETE entrou em operação antes mesmo que todo o Sistema estivesse implantado, para antecipar o início da despoluição da orla marítima. À medida que vão sendo eliminados os dejetos existentes, no corpo do receptor, nesse caso o mar, o impacto do tratamento é imediato. As águas das Baías na área de influência do lançamento de efluentes tratados são monitorados continuamente, para detectar qualquer anormalidade com relação aos parâmetros estabelecidos pela FATMA – Fundação de Amparo Tecnológico do Meio Ambiente.

Existem ainda os Sistemas de Tratamento de Esgoto de Canasvieiras, Lagoa da Conceição, Jurerê Internacional e Praia Brava.

Conforme dados da CASAN (fevereiro/2003), fornecidos pelo Engenheiro Adilson, o abastecimento de água na Ilha de Santa Catarina compõem-se de três Sistemas:

#### **1. Sistema de Abastecimento de Água da Costa Norte:**

O Sistema de Abastecimento de Água da Costa Norte tem água captada de manancial subterrâneo através de 22 poços artesianos, localizados na região do Sítio de Capivari, no Distrito de Ingleses e Distrito do Rio Vermelho, ao norte da Ilha de Santa Catarina. Além dos poços, o sistema também é constituído por uma Estação de Tratamento de Água, localizada no Distrito de Ingleses, a Estação Recalque de água tratada, junto da estação e reservatórios localizados nos Distritos de Ingleses, Canasvieiras, Jurerê e Daniela.

Sendo o Norte da Ilha uma região balneária, a vazão média é de 111 l/s, atendendo aproximadamente 64.000 habitantes. No verão, a vazão média é de 300 l/s, atendendo a uma população aproximada de 130.000 habitantes.

O Sistema de Abastecimento de Água Costa Norte atende os Distritos de Rio Vermelho, Ingleses, Santinho, Ponta das Canas, Canasvieiras, Jurerê, Daniela e Ratonés.

## **2. Sistema de Abastecimento de Água da Costa Leste/Sul:**

A Estação de Tratamento de Água da Lagoa do Peri faz parte do Sistema de Abastecimento de Água Costa Leste, que atende aos Distritos da Barra da Lagoa, Lagoa da Conceição, Campeche, Morro das Pedras, Armação e Ribeirão da Ilha. A Estação está localizada dentro do Parque Municipal da Lagoa do Peri.

A captação da água é feita através de uma barragem de elevação de nível com um canal adutor até a Estação de Recalque de água bruta de onde é bombeada para a Estação de Tratamento de Água. A vazão média de captação é de 200 l/s.

Na estação, a água é tratada, passando primeiramente pelo processo de coagulação. Nesse processo é adicionado na água bruta o sulfato de alumínio que serve para quebrar a partícula coloidal, retirando as impurezas da água.

Após esse processo, a água passa por uma bateria de filtros descendentes que são formados por camadas de areia e pedra (seixos). Durante a filtração são retirados os flóculos formados no processo de coagulação. A limpeza dos filtros é feita por lavagem a contra corrente e o efluente é tratado antes de ser devolvido ao canal que leva ao mar.

Após a filtração, para completar o processo de tratamento, são adicionados à água, o cloro para a desinfecção e o flúor para a prevenção de cáries. A água já tratada é então bombeada para os diversos reservatórios localizados na Região da Costa Leste/Sul, para ser distribuída à população.

A produção da estação varia de acordo com a demanda, sendo no inverno a média de 178 l/s, atendendo até 102.000 habitantes, e no verão, a média é de 197 l/s, atendendo aproximadamente 113.000 habitantes.

## **3. Sistema de Abastecimento de Água Cubatão/Pilões:**

Os demais Distritos, incluindo o Centro de Florianópolis, são abastecidos pelo sistema Cubatão/Pilões que possui a Estação de Tratamento de Água José Pedro Horstmann, localizada no Morro dos Quadros no Município de Palhoça e a captação de água bruta, nos Rios Vargem do Braço e Cubatão, localizados no Município de Santo Amaro da Imperatriz.

As ligações de água residenciais totalizam 120.100, abastecendo uma população urbana de aproximadamente 700.000 habitantes nos municípios de Santo Amaro da Imperatriz, Palhoça, São José, Biguaçu e Florianópolis.

**Energia Elétrica** - Centrais Elétricas de Santa Catarina, que se preocupa além dessa distribuição, com a preservação do meio ambiente, como a descontaminação de lâmpadas

queimadas recolhendo-as e enviando para São Paulo para a retirada do mercúrio. A reciclagem do papel é também uma das realizações da CELESC que o recolhe, recicla e destina o lucro da venda deste papel à Promenor, que trabalha com menores carentes.

No centro histórico da cidade, as ruas contam com uma rede elétrica subterrânea, e os postes do início do século foram novamente colocados, trazendo uma beleza especial à cidade. Em breve, a CELESC estará utilizando a energia solar em seus geradores.

Um dos fatores positivos que Santa Catarina oferece a todos os empreendedores interessados em investir no Estado são os bons serviços de energia elétrica aliados ao baixo custo. No ano de 1998, o mercado estadual de energia elétrica consumiu 10.824 GWh, dos quais 98,6% servidos pela CELESC, empresa de economia mista, principal concessionária distribuidora.

O segmento industrial é o que corresponde à maior parcela do consumo de energia elétrica, 44%, o que mostra a forte vocação industrial do Estado.

O sistema de transmissão de grande porte, que cobre o Estado de norte a sul e faz a interligação com os Estados vizinhos, pertence a ELETROSUL.

A eficiência dos serviços prestados se reflete nas tarifas de energia elétrica praticadas no Estado, das mais atrativas do mercado brasileiro e mundial, oferecendo excelentes condições de competitividade, principalmente para os segmentos empresariais.

**Comunicações** – O Estado de Santa Catarina dispõe de um eficiente sistema de comunicações que permite contatos com qualquer localidade do país e do exterior por meio de som e imagem, texto, dados e voz. Além disso, o Estado está interligado ao serviço móvel marítimo, permitindo contato por telefone ou envio de mensagem para qualquer ponto do planeta.

As concessionárias dos serviços de telecomunicações de Santa Catarina, TELESC S.A., atende os 293 municípios do Estado operando o sistema de telecomunicações. No âmbito nacional, o atendimento é feito através da EMBRATEL – Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.

Em abril de 1994, Santa Catarina passou a se interligar com La Plata, na Argentina, e Maldonado no Uruguai, através do lançamento de um cabo submarino de fibras ópticas (UNISUR), com 1.741 quilômetros. Trafegarão por este cabo todos os meios de comunicação, como televisão, telex, telefonia, dados, etc.

Em 1997 ocorreu a inauguração dos cabos terrestres de fibra ópticas, em técnica

OPGW, interligando Florianópolis a Curitiba e Porto Alegre

A telefonia no Estado, está administrada pela TELESC - Telecomunicações do Estado de Santa Catarina em parceria com a Global Telecom.

**Saúde** - Atualmente a cidade tem um programa intensivo de vacinação em parceria com o Governo Estadual e com o SUS, e o atendimento gratuito ao cidadão, que apesar de ser precário atende a todos. Conta com maternidades, hospitais militares, particulares, do Governo do Estado e do Governo Federal, num total de 11 estabelecimentos bem aparelhados, diversas clínicas e ainda no vizinho município com o Hospital Regional de São José.

Segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde, no processo de constituição do SUS, várias propostas e projetos se sucederam na discussão da questão dos recursos humanos e a tendência reformadora que se manifestava nesta área apontava a necessidade de integração entre os dois sistemas – utilizador e formador de recursos humanos.

Em fevereiro de 1997, um convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de Florianópolis e Universidade Federal, criou o Programa Docente - Assistencial Universidade Sistema de Saúde. Este Programa entende que a necessidade de formação de Recursos Humanos para os serviços públicos de saúde requer modelos estratégicos de programação, e representa neste sentido, uma mudança de paradigma na formação e preparação de profissionais para o modelo de saúde da família.

O modelo assistencial referencial desenvolvido até março de 2000 se caracterizava por práticas de saúde comunitária em um sistema local de saúde, e a partir daí, o Programa assume o modelo da saúde da família incorporado pela rede municipal. O projeto vem se desenvolvendo na organização de uma área – modelo, o Distrito Docente – Assistencial, entendendo-a como o espaço mais adequado para a formação e capacitação destes profissionais, através de aprendizagem em serviços de saúde organizados em um sistema local de referência e contra referência de serviços.

Configuração do Modelo: Organização dos Centros de Saúde e suas referências locais em um sistema local de saúde.

No 1º nível de atenção (atenção básica): existem 11 centros de saúde que atendem 14 bairros. Funcionam atualmente 8 Centros de Saúde como locais de formação de alunos da Universidade Federal. Os demais Centros são constitutivos do Programa, e potenciais locais de capacitação. O número de famílias da área de abrangência dos Centros de Saúde Docente – Assistenciais é de 32.000.

2º nível de atenção (especialidades): os alunos acompanham os casos encaminhados pelo 1º nível, conforme sua disponibilidade. A central de marcação de consultas também funciona como referência destes Centros de Saúde.

3º nível de atenção (internação hospitalar): internação geral e maternidade do Hospital Universitário (não são exclusivos do Distrito). Os alunos acompanham seus pacientes internados conforme disponibilidade.

**Educação** - Segundo CASTELUCCI (2003), o Estado de Santa Catarina ocupa uma posição de destaque no contexto brasileiro por sua pungente economia e altos níveis de qualidade de vida, refletindo na área da Educação o mesmo sucesso. Em relação ao Município de Florianópolis, que segundo o Ministério de Educação é o responsável pela promoção do ensino fundamental e educação infantil. Também repete o sucesso do Estado.

Florianópolis ocupa o 4º lugar em nível nacional no índice de desenvolvimento humano (IDH), entretanto, ocorre uma má distribuição dos equipamentos de educação na Ilha como um todo, onde existe uma grande concentração destes equipamentos na região do Distrito Sede em detrimento dos demais bairros.

Este mesmo autor relata que o Município de Florianópolis possui 215 unidades escolares. Destas, 140 unidades pertencem a rede pública e 75 unidades à rede particular, sendo que, 173 unidades estão distribuídas na Ilha. Das 172 unidades, 88 estão no Distrito Sede, correspondendo a um percentual de 51,16%. Cabe ressaltar que 3 unidades são de competência Federal, 56 unidades, de competência Estadual e 81 unidades, de competência Municipal.

Conta atualmente com algumas Universidades particulares, um Sistema de Universidades Comunitárias (único no Brasil) espalhadas por toda região de Santa Catarina, segundo informações do Diretor de Ensino à Distância da UNISUL – Universidades do Sul, e a Universidade Federal de Santa Catarina, sendo 11 centros divididos em 55 departamentos, que oferecem 35 cursos de graduação e 60 diferentes habilitações, além de 28 cursos de mestrado e 9 de doutorado, atendendo a uma comunidade de 20.000 pessoas.

O município conta ainda com a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – UDESC, instalada no bairro de Itacorubi com uma diversidade de cursos.

**Cultura** - A capital conta com o centenário Teatro Álvaro de Carvalho - TAC, fundado em 1857, atualmente em reforma. Há também, o Centro Integrado de Cultura – CIC, neste



Centro está instalada a Academia Catarinense de Letras. Além destes, temos o Teatrinho da UFSC e o recém inaugurado Centro de Convenções.

O folclore da Ilha merece destaque, pela criatividade de suas histórias e casos contados pelas pessoas mais idosas, mais precisamente no interior da ilha. Deve ser preservado pela cultura do povo ilhéu e resgatado por aqueles que possuem interesse pelo patrimônio histórico cultural.

De acordo com relatos de OLIVEIRA (2001), a Ilha de Santa Catarina teve influência cultural portuguesa, particularmente do emigrante açoriano, onde observa-se essas características através da arquitetura de algumas construções antigas da cidade e bairros, até hoje preservadas, as festas tradicionais, a cultura dos negros africanos e os nativos indígenas, assim como nas técnicas utilizadas na agricultura.

Não podendo desenvolver os seus tradicionais cultivos de trigo e linho, os açorianos tiveram que se adaptar ao cultivo agrícola herdado dos índios. A mandioca se tornaria a base alimentar dos açorianos e em trinta anos, já existiam 300 pequenos engenhos, alguns de cana-de-açúcar.

Dentre as atividades exercidas na nova colônia destacavam-se a construção naval e a marinheira, as técnicas de construção de engenho e de carros-de-boi, a olaria de cerâmica utilitária e decorativa, a renda-de-bilro, a manufatura de tecidos e um conjunto de festividades religiosas e profanas. A influência cultural dos negros é percebida através das técnicas de pesca com a atração do peixe pela luz e o uso de físgas e covos, das celebrações de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, dos ritos como o Candomblé e Umbanda, das danças como o Catumbi e o Boi-de-Mamão, e a musicalidade expressa no Carnaval, no samba, nos batuques e na capoeira.

Ainda segundo o autor acima citado, os açorianos assimilaram dos índios, além das técnicas de pesca, o desmanchamento da mandioca para fabricação da farinha e bebidas, o uso de ervas medicinais, utensílios de cerâmica e trançados feitos com fibras naturais.

E foi assim que ocorreu o povoamento da Vila Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis), essa vila prosperou e continuou sendo bela, um tanto pequena para comportar o crescimento demográfico que vem ocorrendo de forma acelerada, principalmente na última década. Foi preciso nesse século que findou, que se aterrasssem praias, construíssem pontes e viadutos e com isso a natureza quase intacta teve o seu aliado: o progresso. (SIQUEIRA, 1999, p.134-147).

**Transporte** – Na cidade de Florianópolis, o aumento do volume de automóveis *per capita* tem sido dramático, atingindo a marca de um veículo para cada dois habitantes. A situação foi agravada pela obsolescência dos equipamentos urbanos de transporte, incluindo vias sub-dimensionadas para os volumes de trânsito atuais, equipamentos de sinalização e controle antigos e inoperantes, terminais de ônibus sub-dimensionados e mal localizados e excesso de centralização no atendimento ao público pelas autoridades municipais, estaduais e federais. Com o objetivo de melhorar a situação da cidade de Florianópolis, o Estado de Santa Catarina assumiu algumas responsabilidades como a duplicação da SC/401 entre o Trevo do Itacorubi e Canasvieiras e a construção da Via Expressa Sul. No intuito de resolver o problema a Prefeitura elaborou um projeto completo de modernização da circulação de veículos que inclui os seguintes serviços:

- Melhoria geral da estrutura viária com a construção dos elavados do CIC e do Rita Maria e de obras de pavimentação de vias;
- Instalação de sistema de monitoramento de semáforos inteligentes, sistema de controle da circulação dos ônibus por computador, lombadas eletrônicas, radares e veículos de fiscalização dos sistemas, construção de terminais urbanos de integração, sistema de sonorização dos ônibus e terminais, catracas eletrônicas fixas e circuitos internos de TV nos terminais.

O valor total do investimento para implantar estas obras atingiu uma cifra muito além da capacidade de endividamento da Prefeitura, de acordo com análise feita por parte do BNDES.

Mesmo que fosse viável ao Município conseguir o financiamento para construir, administrar e explorar diretamente os terminais de integração, o sistema integrado seria inviabilizado pela falta de estrutura administrativa e recursos financeiros para gerenciamento desses equipamentos. Assim sendo a PMF optou por deixar a construção e a operação dos terminais urbanos por conta da iniciativa privada através do regime de concessão.

Segundo informações obtidas da Prefeitura, na data de 19 de março de 2003, o Sistema Integrado de Transporte foi construído através da iniciativa privada, e será administrado também pela iniciativa privada. Apenas os dois Terminais do Continente foi financiado e será administrado pela PMF. Ainda está em discussão a questão das tarifas, embora já foi definido que não será tarifa única.

A previsão da inauguração seria para o dia 23 de março de 2003 (aniversário de

Florianópolis), mas por problemas estruturais, não se tem definição da data correta.

### **3.4 – Normas de controle do uso e ocupação do solo**

Entre as normas que regulamentam o uso e a ocupação do solo em Florianópolis, todas incidem sobre o bairro de Cacupé, mesmo que de forma parcial.

- Código de Posturas do Município - 1974
- Código de Obras e Edificações de Florianópolis- Lei Complementar nº060/2000.
- Leis Municipais nº 2.193/85 e 001/95 - Planos Diretores Urbanos de Florianópolis.
- Lei Federal nº 10.257/2001 - Estatuto da Cidade
- Agenda 21 do Município de Florianópolis nº 246/97

#### **3.4.1 – Códigos de Posturas e Obras de Florianópolis**

Sobre o **Código de Posturas - 1974**, a parte especial em relação ao tratamento da propriedade, das vias e logradouros públicos, diz o seguinte:

**Art. 27** - A ninguém é lícito abrir rua, travessas ou praças sem prévio alinhamento e nivelamento fornecido pela Prefeitura.

**Art. 54** - Os terrenos não construídos na zona urbana, com testada para logradouro público, loteados ou não, serão fechados no alinhamento.

**Art. 55** - O fechamento será feito por um muro de alvenaria com altura mínima de 1,80 metros.

**Art. 61** - Os terrenos não construídos fora da zona rural deverão ser mantidos limpos, capinados e drenados.

Parágrafo 1º - Não é permitida a existência de terrenos cobertos de matos, ou servindo de depósito de lixo nos limites da cidade.

Este documento é importante, pois é através dele que a sociedade terá respaldo para saber o que é ou não correto fazer em relação ao tratamento da propriedade, vias e logradouros públicos. Como o próprio nome já diz, Código de Posturas vem a ser uma espécie de manual de condutas em relação à propriedade, em que o cidadão terá acesso para fazer valer os seus direitos e deveres.

Pode-se dizer também que o Código de Posturas contém normas tecnicamente estabelecidas que orientam as atitudes dos cidadãos a fim de adequar suas necessidades à benefício da coletividade.

É um instrumento valioso e fundamental para orientar o convívio urbano. No entanto, o Código de Posturas do Município de Florianópolis, por estar em vigor há quase 30 anos, deveria ser revisto. A cidade mudou rapidamente e suas necessidades também, como exemplo: pode-se salientar o muro de 1,80 m de altura (Art. 55) que além de esconder o terreno baldio, esconde a vista da paisagem, vândalos, depósitos de lixo, etc.. Devido a peculiaridade paisagística da Ilha, essa observância na Lei não compete, particularmente aqui.

Outro instrumento de que dispomos é o **Código de Obras e Edificações de Florianópolis, este, revisto recentemente, datado de - 2000**. Destacamos alguns artigos que se aplicam mais especificamente ao uso e ocupação do solo:

**Art. 1º** - Este código disciplina, no município de Florianópolis, os procedimentos administrativos e executivos e as regras gerais e específicas a serem obedecidas no projeto, licenciamento, execução, manutenção e utilização de obras.

**Art. 3º** - INCISO IV - Alinhamento: linha legal que limita o terreno e a via ou logradouro público.

L - Muro de arrimo: muro destinado a suportar desnível de terreno superior a 1,00 metro.

LXII - Perfil original do terreno: aquele constante de levantamentos aerofotogramétricos anteriores ou do loteamento aprovado, refletindo a realidade topográfica existente antes de qualquer movimento de terra do imóvel.

XLIV - Local de reunião de público: ocupação ou uso de uma edificação ou parte dela, onde se reúnem mais de cinquenta pessoas, tais como auditórios, assembleias, cinemas, teatros, tribunais, clubes, estações de passageiros, igrejas, salões de baile, museus, bibliotecas, estádios desportivos, etc.

XLV - Logradouro público: espaço de domínio público e de uso comum do povo.

**Art. 4º** - Visando exclusivamente a observância das prescrições

edilícias do Município, das leis de parcelamento, zoneamento, uso e ocupação do solo e legislação correlata, a Prefeitura licenciará e fiscalizará a execução, utilização e manutenção das condições de estabilidade, segurança e salubridade das obras, edificações e equipamentos, não se responsabilizando por qualquer sinistro ou acidente decorrente de deficiências dos projetos, execução ou utilização.

### **3.4.2 – Planos Diretores Urbanos de Florianópolis**

**Leis municipais nº 2.193/85 e 001/95 - Planos Diretores Urbanos de Florianópolis:** Especificamente sobre o zoneamento, o uso e a ocupação do solo nos Balneários da Ilha de Santa Catarina, temos à disposição a **Lei Municipal nº 2.193/85 do Plano Diretor dos Balneários da Ilha de Santa Catarina e referente ao Distrito Sede, a Lei nº 001/95**. As duas Leis englobam todo o Município. Foram elencados alguns artigos que tratam do zoneamento, uso e ocupação do solo, particularmente, porque é o enfoque da pesquisa.

### **3.4.3 – Considerações gerais sobre o Plano Diretor dos Balneários**

#### Sistema de Controle de Decisões

O sistema de controle de decisões é composto basicamente de dois itens, que são a legislação e a administração.

→ **Legislação:** O controle do uso e ocupação do solo nos Balneários e interior da Ilha de Santa Catarina é feito, em grande parte, com o auxílio da Legislação Estadual e Federal sobre a proteção ambiental, entre eles o Código Florestal, Código de Águas, Código de Minas, Lei de Parcelamento do Solo e Leis Estaduais de proteção ao Meio Ambiente. O Plano Diretor dos Balneários e Interior da Ilha, objetivando disciplinar o crescimento e a ocupação dos demais distritos da Ilha dispõe sobre a organização do território em termos de macro e micro zoneamento, definindo as atividades e usos, permissíveis e proibidos;

→ **Administração:** a região de abrangência do Plano Diretor dos Balneários e Interior da Ilha abrange sete Distritos. Os Distritos são ligados à administração municipal através de Intendências, que por sua vez são divisões da Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

### Diretrizes Gerais

São basicamente centradas em torno da noção de que o interior da porção insular de Florianópolis apresenta condições naturais e paisagísticas excepcionais, o que lhe confere um potencial turístico extraordinário, e de que o processo de ocupação do solo nos balneários tem-se dado de forma, em geral, desordenada e desprovida de qualquer planejamento.

#### As diretrizes gerais para os Balneários da Ilha são os seguintes:

- Promover a utilização racional do potencial turístico na Ilha, criando zonas específicas de interesse turístico onde é incentivada a instalação de hotéis e equipamentos turísticos;
- Estabelecer o limite máximo de urbanização dos balneários considerando as tendências históricas e as barreiras naturais ou não que condicionam a ocupação;
- Compatibilizar os limites de ocupação com a capacidade de infra-estrutura básica prevista para a Ilha;
- Criar um zoneamento que ordene uma ocupação adequada das áreas urbanas dos balneários e garanta a localização de equipamentos urbanos e comunitários;
- Utilizar os controles de uso do solo para a preservação, recuperação e aproveitamento compatível do patrimônio natural, paisagístico, histórico e cultural dos balneários;
- Manter como rurais as áreas de maior potencial agrícola;
- Promover a criação de uma rede viária integrada que ligue os balneários de interesse turístico e recreacional ao núcleo urbano;
- Buscar o acesso fácil da população em geral à orla marítima, etc.

#### **3.4.4 – Estatuto da Cidade**

Na lista dos Documentos e Leis que orientam os indivíduos na aquisição e uso de imóveis urbanos, temos outro documento à disposição dos cidadãos, a fim de dar suporte a qualquer de suas ações. Estamos falando do **Estatuto da Cidade** na forma de **Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001**.

Este documento regulamenta **os artigos 182 e 183 da Constituição Federal**, estabelecendo diretrizes gerais da política urbana.

**Art. 1º-** ...A Lei denominada Estatuto da Cidade, estabelece

normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, bem como do equilíbrio ambiental.

**Art. 2º** - A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante diretrizes:

I - garantia do direito a cidades sustentáveis, à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II - gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas;

III - cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização;

IV - planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

VI - ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar:

a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos;

b) a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes;

c) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infra-estrutura urbana;

d) ...

f) a deterioração das áreas urbanizadas;

g) a poluição e a degradação ambiental.

XIV- regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por populações de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da

população e as normas ambientais;

XV- simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e das normas edilícias, permitindo a redução dos custos e o aumento da oferta dos lotes.

**Art. 3º** - Compete À União:

I - legislar sobre normas gerais de direito urbanísticos;

II- cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios em relação à política urbana, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar;

III- promover em conjunto com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

O Estatuto da Cidade aponta que o controle da cidade e da expansão urbana estabelece uma contradição entre ordem urbanística e gestão. O Planejamento por meio de Planos Diretores e de zoneamentos, propõe uma cidade virtual, que não se relaciona com as condições reais de produção da população da cidade pelo mercado, ignorando que a maior parte das populações urbanas tem baixíssima renda e capacidade de investimento, dificultando o acesso ao espaço construído. O planejamento urbano e o zoneamento, definem padrões de ocupação do solo baseados na prática de investimento dos mercados de classe média e de alta renda e destina o território urbano para estes mercados.

Sendo assim, o que sobra para a classe mais pobre, é a situação da ilegalidade.

O modelo de crescimento urbano atual, pode ser identificado não pela ausência de planejamento, mas pelas opções de planejamento e de políticas urbanas, que construíram um modelo excludente em que muitos perdem e pouquíssimos ganham.

### **3.4.5 – Agenda 21 de Florianópolis**

**O Fórum Agenda 21 local, do Município de Florianópolis**, foi criado através do Decreto Municipal nº 246/97, de 09 de junho de 1997. É um documento que aborda as especificidades de cada região, expressando uma preocupação local mais abrangente, bem como a adequação e a sustentabilidade desse local.

A avaliação do controle do uso e ocupação do solo segundo a Agenda 21 do



Município, propõe um desenvolvimento sustentável da Região II que integra Sambaqui, Santo Antônio, Cacupé, João Paulo, Saco Grande II e Monte Verde. Com destaque para alguns dos objetivos e projetos que incidirão sobre o uso e ocupação do solo:

1. Preservação ambiental para evitar desmatamentos, queimadas e ocupação de áreas não habitadas;
2. Implantação de infra-estrutura básica para o desenvolvimento do turismo;
3. Implantação de sistema de esgotamento sanitário, ampliação da rede de esgotamento pluvial, coleta de lixo e implantação da coleta seletiva;
4. Preservação permanente no litoral e encostas situadas entre a Ponta da Luz e o mangue do rio Ratoles, com a criação de um Parque Ecológico com finalidades turísticas e pedagógicas;
5. Manutenção das encostas dos morros em toda a área entre Cacupé e Sambaqui, com definição da cota máxima de construções nessas encostas;
6. Definição de alturas máximas de construção em faixas delimitadas paralelamente à linha de maré e sua efetiva implantação;
7. Projeto de urbanização da orla entre Cacupé e Sambaqui, visando a construção de obras de calçadas, logradouros, serviços públicos, quiosques, belvederes, áreas de lazer;
8. Expansão do comércio.

### **3.5 – Instituições responsáveis pelo Planejamento e Gestão do Espaço**

Cabe ao poder executivo garantir a prestação de serviços públicos, entre os quais está o controle do uso e ocupação do solo. O quadro abaixo, apresenta um detalhamento parcial da Prefeitura Municipal de Florianópolis e sua estrutura:

**Figura 2** – Detalhamento parcial da Prefeitura Municipal de Florianópolis

<b>Órgão</b>	<b>Diretoria ou Depart.</b>	<b>Competência principal</b>
IPUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis	Planejamento	Executar pesquisas e levantamentos para o planejamento de Florianópolis, elaborar planos e projetos.
	Operações	Estabelecer a articulação entre o IPUF e os demais órgãos da Administração Municipal, para viabilizar os planos.
FLORAM – Fund. Municipal do Meio Ambiente	Operações	Implantar, fiscalizar e administrar Unidades de Conservação e Áreas protegidas.
	Estudos Ambientais	
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Apoio administrativo	Assuntos administrativos internos.
	Recursos Humanos	
GABINETE DE PLANEJAMENTO	Planej. organizacional	
	Planej. orçamentário	
SECRETARIA TRANSP. OBRAS	Projetos e Obras	Existem 12 Intendências Regionais na Ilha, Ligadas a esta Secretaria.
	Manutenção Viária	
SUSP – Secretaria De Urbanismo e Serviços Públicos	Arquitet. e Urbanismo	Permissões de construção e fiscalização.
	Serviços Públicos	

Fonte: [www.pmf.sc.gov.br](http://www.pmf.sc.gov.br) ( 15/05/2001)

A Prefeitura Municipal de Florianópolis é regida pela Lei Orgânica do Município datado de 1990. Serão destacados alguns Artigos e Capítulos que são de interesse para essa pesquisa.

#### CAPÍTULO I – Dos Dispositivos Gerais

Art. 8º - O Município de Florianópolis poderá participar da organização, do planejamento e da execução de funções públicas de interesse regional, mediante associações e convênios com os demais municípios limítrofes, desde que em defesa de interesses comuns.

#### CAPÍTULO II – Da Competência Municipal

Art. 9º - Compete ao Município prover o que é de interesse local e do bem-estar de sua população como, dentre outras, as seguintes atribuições:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

III – elaborar planos de desenvolvimento;

VII – criar, organizar, fundir e extinguir Distritos, segundo as diretrizes da legislação estadual;

VIII – organizar e prestar serviços de interesse local , incluindo o de transporte coletivo;

XI – elaborar o PLANO DIRETOR do Município e promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, integrando os valores ambientais;

XII - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural, paisagístico, arquitetônico e ecológico local e sítios arqueológicos, observadas as legislações federal e estadual;

XIV – dispor sobre a administração, utilização, aquisição e alienação dos bens públicos;

XVII – sinalização das vias urbanas e das estradas municipais;

XVIII – regulamentação e a fiscalização do uso das vias urbanas e estradas municipais.

O Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF, foi criado através da Lei Municipal nº 1.494 de 24 de março de 1977. Nasceu da necessidade de se criar uma estrutura que permitisse tornar o planejamento urbano de Florianópolis um processo integrado e contínuo. A história da administração do município mostra que os documentos destinados a orientar o seu desenvolvimento, como é o caso do Plano Diretor da Cidade, foram documentos isolados e estáticos, muitos dos quais não chegando sequer a ser implantados. O IPUF foi criado para executar esse planejamento contínuo e dinâmico e realimentar o processo à medida que uma nova realidade for se apresentando no decorrer do desenvolvimento da cidade.

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FLORAM, fundada através do Decreto Municipal nº 4.645 de 21 de junho de 1995, tem desenvolvido importante trabalho voltado

para a conservação dos ecossistemas e a educação ambiental em Florianópolis. Suas principais finalidades são:

- ✓ Implantar, fiscalizar e administrar as unidades de conservação e áreas protegidas, tais como dunas, restingas, manguezais, recursos hídricos, visando a proteção de mananciais, encostas e outros bens de interesse ambiental;
- ✓ Serviços de jardinagem e arborização nas áreas públicas e de lazer;
- ✓ Fiscalização e controle das atividades causadoras de agressão ao meio ambiente;
- ✓ Promover a conscientização da proteção do meio ambiente através de ações conjuntas no âmbito da educação ambiental;
- ✓ Operacionalizar e coordenar o horto municipal;
- ✓ Implantar atividades relacionadas ao turismo ecológico.

As ações da FLORAM têm influenciado positivamente os diversos aspectos da vida na capital.

A Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos – SUSP, é uma secretaria do governo municipal encarregada de emitir alvarás, habite-se, consultas de viabilidade para a construção civil no município de Florianópolis conforme os Planos Diretores da PMF/IPUF. Efetua a fiscalização de obras, embora não apresenta e não tem nenhuma gerência e/ou departamento específico de meio ambiente. O controle do Uso e Ocupação do Solo é um serviço público, feito pela SUSP.

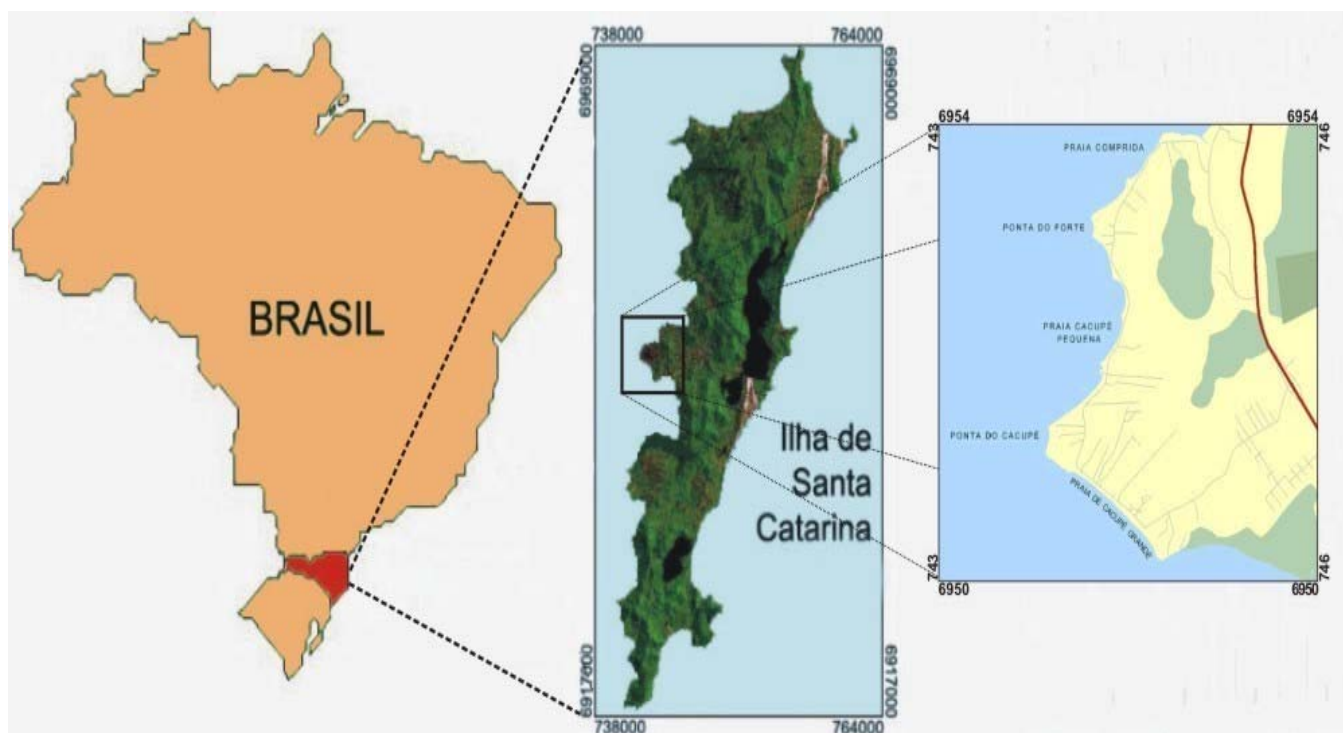
## CAPÍTULO Nº 4 – A ÁREA DE ESTUDOS: O BAIRRO DO CACUPÉ – ILHA DE SANTA CATARINA

### 4.1 – Apresentação do Bairro

#### 4.1.1 – Delimitação e caracterização física

Ao sul de Santo Antônio de Lisboa, tiveram origem dois pequenos núcleos conhecidos como Cacupé Pequeno, que abrange quatro trechos de praias contornando a Ponta de Cacupé, num total de 1.800 metros de extensão e Cacupé Grande com 650 metros de extensão, ficando junto à Ponta de Cacupé Grande. (IPUF,2000).

**FIGURA 3:** Mapa geográfico de localização da Área de Estudo



Fonte: Adaptado de Sérgio Domingos de Oliveira (2001)

**Foto 1**

Vista aérea de Cacupé mostrando um trecho de suas praias, vendo-se ao centro da foto, a ponta de Cacupé. Florianópolis/SC

**Fonte:** Arqtº Joel Pacheco – IPUF

**data:** junho/2001

A praia de Cacupé se caracteriza pelo seu sítio acidentado, com elevações entrecortadas por vales e longeando o mar calmo existente entre a Ilha e o Continente. Sua praia, dividida em duas partes - uma ao norte, outra ao sul - por uma elevação rochosa que avança até o mar, possui estreita faixa de areia em parte acompanhando a Estrada Geral de Cacupé. De modo geral, as praias situadas no lado oeste da ilha são de pouca expressão, visto que, se encontram em áreas de baixa energia ambiental, e representam apenas o entulhamento em pequenas reentrâncias de sedimentação, com uma expressiva parcela relacionada à ação das marés. (CARUSO, 1991).

**Foto 2**

Vista aérea da distribuição espacial do Bairro de Cacupé – Florianópolis/SC

**Fonte:** Arqtº Joel Pacheco – IPUF

**data:** junho/2001

Vinculados à colonização de Santo Antônio de Lisboa, estes dois núcleos tiveram alguma expressão, acomodando pequenos aglomerados de habitações cujos colonos subsistiam da pesca artesanal e da agricultura de subsistência. Estes dois modestos arraiais surgiram nos séculos XVIII e XIX, ao tempo dos fazendeiros e armadores como José Correia e Costa Melo. Faziam vizinhança e mantinham intercâmbio com o arraial de Saco grande, comunidade de desenvolvimento agrícola e pesqueiro, em contraponto com o núcleo da capital.

A ocupação do solo da praia de Cacupé é bastante antiga. Originou-se de grandes sítios partindo da Estrada Geral até os divisores d'água. Alguns desses sítios continuam com atividades ligadas a produção agrícola, embora sem grande expressão. A maioria desses sítios se subdividiu em terrenos com testadas estreitas e de grande comprimento, que aos poucos vão sendo transformados em condomínios horizontais. (ORTH, 1994).

**Foto 3**

Vista aérea do relevo acidentado em Cacupé – Florianópolis/SC

**Fonte: Arqtº Joel Pacheco - IPUF**

**data: junho/2001**

A densidade de ocupação do solo vem se acentuando de forma significativa na última década. Atualmente a população característica da praia de Cacupé são habitantes recentes da Ilha, oriundos principalmente da região sul do Brasil e do Estado de São Paulo. Os habitantes nativos ainda mantêm alguma atividade econômica em Cacupé ligada à sua propriedade e de forma bem tradicional.

Segundo dados recentes da FATMA (30/01/03), as condições de balneabilidade da praia de Cacupé se encontram bastante comprometidas, isto é, os únicos locais próprios para banho, são o ponto 09, próximo ao nº 4.000 da Rodovia Haroldo Soares Glavan e o ponto 10, que é o meio da praia.

#### **4.1.2 – Características sócio-culturais**

A população que reside em Cacupé, tem suas atividades de lazer, trabalho, educação e demais necessidades de comércio e serviços, satisfeitas por núcleos urbanos maiores.

Apesar de serem belas, suas praias não são muito atrativas para banho devido à dificuldade de acesso público em alguns pontos da praia como também a estreita faixa de areia a beira-mar. Em alguns locais, o acesso à praia é inexistente, em outros são criados acesso à



praia de uso privado.

Entretanto, as praias de Cacupé, Santo Antônio de Lisboa e Sambaqui atraem cada vez mais praticantes de esportes aquáticos, em especial a canoagem e vela. A região também é procurada para a pesca em alto mar, já que dali se chega em poucos minutos na cidade vizinha de Governador Celso Ramos, núcleo pesqueiro tradicional.

Quem passar por Cacupé certamente terá uma vista deslumbrante da orla da Beira-Mar Norte e Ponte Hercílio Luz, sem contar com o contorno paisagístico e bucólico da região continental que se descortina à frente.

Outro atrativo é a Colônia de Férias do SESC que atende comerciantes da capital e do interior do Estado, e até associados do país inteiro. Na colônia, os associados têm apartamentos equipados, piscinas, sauna, campo de futebol, quadras de tênis, biblioteca, parquinho infantil e recreacionistas que fazem programações especiais para as crianças e os amigos.

As atividades sócio-culturais em Cacupé têm um crescimento e diversificação um tanto lento, ou seja, não acompanhou a acelerada expansão da ocupação do solo que vem ocorrendo nos últimos cinco anos, mais precisamente, desde 1998.

Contudo, locais como Cacupé são escolhidos por conta de algumas combinações favoráveis como a proximidade com o centro da cidade, a vasta extensão de áreas verdes, e a beleza paisagística. O principal atrativo para que as populações ali se instalem, é a associação das combinações que o lugar oferece com a satisfação de suas aspirações humanas.

#### **4.1.2.1 – Caracterização em 1985**

À época do Diagnóstico dos Balneários, documento datado de 1985, o histórico sobre Cacupé era restrito e estava atrelado a Santo Antônio de Lisboa. Neste documento, Cacupé é apresentado como:

→ Formado por dois pequenos núcleos, Cacupé Grande e Cacupé Pequeno, com uma população residente de 50%, desenvolve uma vida comum com o centro de Florianópolis, a outra metade da população de origem nativa, desenvolve suas atividades no próprio local, seja na pesca ou nos pequenos comércios;

→ A ocupação se deu nas proximidades das praias, ao longo da via que contorna a orla marítima;

→ Conta com apenas 2 armazéns de pequeno porte, uma escola de 1ª a 4ª séries do 1º grau e iluminação pública apenas nos locais mais densamente habitados.

Segundo o Diagnóstico dos Balneários, que contempla Cacupé, Santo Antônio de Lisboa e Sambaqui, mostra que essas comunidades não dispunham de sistemas públicos de abastecimento de água, contando com alguns sistemas particulares que abastecem várias casas, aproveitando-se de pequenas nascentes nos morros. Desses sistemas, o mais importante era o representado por um poço raso, tipo Amazonas, existente na localidade de Santo Antônio de Lisboa, junto à rua Padre Lourenço. Este poço era utilizado pela população em geral, pertencente à Prefeitura Municipal de Florianópolis e era mantido pela Intendência local. O poço tinha vazão de 1,0 l/s (medido na época das chuvas), tendo um diâmetro de 1,20 m e profundidade de 1,50 m.

O primeiro sistema de abastecimento feito pela CASAN passou a operar a partir do ano de 1910 na localidade de Quilombo, servido pelo manacial Itacorubi/Saco Grande (antigo Ana Dávila) juntamente com o sistema da Lagoa da Conceição. Atualmente o sistema de Itacorubi/Saco Grande ocupa uma área de drenagem de 1,05 km<sup>2</sup> com vazão média de estiagem de 7,05 l/s e vazão média de captação de 4,0 l/s, para uma população de 1.700 habitantes.

Até recentemente, a ocupação urbana ocorria de forma linear ao longo dos caminhos de acesso. Nos últimos anos, a urbanização de novas áreas se fez em Cacupé na forma de condomínios fechados horizontais, que se ligam à via pública principal.

#### **4.1.2.2 – Caracterização em 2001**

Sabe-se que a economia basicamente agrícola até a década de 70 foi o principal motivo de manter a Ilha e continente próximos com baixas concentrações populacionais. Mas com o desenvolvimento da rede viária, facilitando o fluxo de transportes entre a capital e cidades vizinhas, houve não só um incremento das indústrias, como o adensamento urbano nesses municípios. Este fator originou a expansão imobiliária, geral, reforçada na Ilha pelo turismo.

A partir da última década, o processo de ocupação vem ocorrendo de forma mais acelerada, transformando a localidade de Cacupé, numa extensão dos bairros residenciais da Capital. À atratividade que essa região exerce soma-se à duplicação da SC-401 vindo facilitar a ligação com o centro urbaniza.

## 4.2 – Atualização do Plano Diretor

O Plano Básico de Desenvolvimento Ecológico Econômico de Florianópolis, elaborado em 1996 pelo IPUF/PMF, propôs uma série de medidas, entre as quais citamos aquelas que dizem respeito ao Bairro de Cacupé:

- Estímulo ao turismo pelas estradas com relevante importância paisagística por seus acervos de bens com valor arquitetônico, histórico e cultural: Estrada entre Cacupé e Sambaqui, passando por Santo Antônio de Lisboa.
  - Quanto ao Transporte Urbano, foi proposto um Sistema Integrado de Transporte Urbano.
  - No que diz respeito aos aspectos institucionais, o Plano recomenda a adoção de algumas ações complementares, dentre elas:
  - Elaboração de Planos Diretores, Planos de Desenvolvimento Municipal e Legislação de Uso e Ocupação do Solo para os municípios que, ainda não os possuem e, atualização dos já existentes;
- Realização de levantamento aerofotogramétrico da Região, com a respectiva recuperação cartográfica dos dados, como instrumento básico para a atualização da legislação municipal e para o planejamento do seu território e das ações a serem implementadas.

### 4.2.1 – Experiência anterior

Em 29/09/1997, iniciou-se o trabalho de atualização do Plano Diretor do Distrito Sede, aprovado em Lei Complementar 001/97. A participação popular na discussão do novo Plano Diretor para o Distrito Sede de Florianópolis ocorreu devido ao esforço de setores organizados da sociedade civil, num prazo de seis meses, no qual o plano foi apresentado e debatido com as comunidades. Entretanto, o Plano já estava pronto. Algumas das emendas apresentadas pelas entidades populares que discordavam das concepções básicas do Plano não foram aceitas. O IPUF incorporou, total ou parcialmente, apenas metade destas emendas. Uma das vitórias mais significativas desta participação foi a derrubada da proposta de permitir a construção de prédios de 18 andares, o que acarretaria um adensamento excessivo para as possibilidades de expansão da infra-estrutura já deficiente, comprometendo a qualidade de

vida da cidade.

Uma das emendas apresentadas pelo movimento popular, a que previa a consulta e a participação popular para a realização de modificações no Plano Diretor foi rejeitada pela Câmara. Um ano e meio depois, na primeira gestão da atual prefeita Ângela Amim, a regulamentação da lei restringiu a participação pública no planejamento urbano, permitindo apenas a participação de representantes das associações legalmente constituídas, os quais deverão manifestar-se apenas quanto aos problemas referentes ao seu bairro.

Para o CECCA (2001, p.201) a experiência acumulada na discussão do Plano Diretor para o Distrito Sede deram mais qualidade para a participação das comunidades na discussão do Plano Diretor da Planície Entremares (Campeche e entorno) e do Plano de Urbanização Específico de Ingleses Sul e Santinho. A mobilização comunitária foi ampla e o processo de discussão já dura mais de dois anos, tendo estas comunidades elaborado Planos Diretores alternativos para suas respectivas regiões. Entretanto, o próprio CECCA faz críticas ao executivo municipal, aos órgãos de planejamento e à Câmara Municipal devido a má vontade em relação a adotar um planejamento participativo e estabelecer fóruns participativos onde todos os segmentos da população tenham acesso.

Contudo, não é o intuito dessa pesquisa, pelo menos nesse contexto, fazer julgamentos, apenas confrontar a teoria estudada com a realidade expressa.

Conforme foi dito no início, o que ocorre aqui em Florianópolis, mostra algumas contradições quanto à participação efetiva da comunidade nas discussões da elaboração de qualquer Plano Diretor que venha a ser estruturado. Esta análise fundamenta-se na observação das discussões que ocorrem entre a instituição responsável pela elaboração do Plano Diretor e os representantes da comunidade interessada.

#### **4.2.2 – Discussão do Plano no Distrito de Santo Antônio**

Os trabalhos para a elaboração e acompanhamento do Plano tiveram início através do Decreto nº 1045 de julho de 2001.

A elaboração de tal Plano está baseada no princípio do estabelecimento de parcerias com entidades comunitárias, institucionais e privadas e tem uma metodologia definida por fases sucessivas:

**1ª Fase:** Execução de Levantamento de Dados e Elaboração de Diagnóstico

→ reunião da equipe técnica da PMF com as associações comunitárias de Cacupé em 27/08/2001;

→ complementação do levantamento pelas Associações Comunitárias de problemas baseado nos resultados da Agenda 21 Local.

→ Solicitação da ampliação do limite da área do Bairro de Cacupé até à SC-401.

**2ª Fase:** Elaboração de Proposta Preliminar com a realização de reuniões temáticas com instituições públicas e entidades comunitárias, versando sobre Meio Ambiente, Uso e Ocupação do Solo e Sistema Viário.

➤ Estímulo ao turismo pelas estradas com relevante importância paisagística por seus acervos de bens com valor arquitetônico, histórico e cultural: Estrada entre Cacupé e Sambaqui, passando por Santo Antônio de Lisboa.

➤ Quanto ao Transporte Urbano, foi proposto um Sistema Integrado de Transporte Urbano.

➤ No que diz respeito aos aspectos institucionais, o Plano recomenda a adoção de algumas ações complementares, dentre elas:

➤ Elaboração de Planos Diretores, Planos de Desenvolvimento Municipal e Legislação de Uso e Ocupação do Solo para os municípios que, ainda não os possuem e, atualização dos já existentes;

Realização de levantamento aerofotogramétrico da Região, com a respectiva recuperação cartográfica dos dados, como instrumento básico para a atualização da legislação municipal e para o planejamento do seu território e das ações a serem implementadas.

**3ª Fase:** Até o momento da finalização dessa dissertação, março de 2003, o Plano Diretor do Distrito de Santo Antônio encontra-se em fase de discussão de diagnósticos, inclusive com a participação da comunidade, para fechamento. Após deverá ser criado um Projeto de Lei para finalmente ir para aprovação na Câmara de Vereadores. Existe uma previsão para estes trâmites serem concluídos até julho de 2003.

## **CAPÍTULO Nº 5 – ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NO BAIRRO DO CACUPÉ**

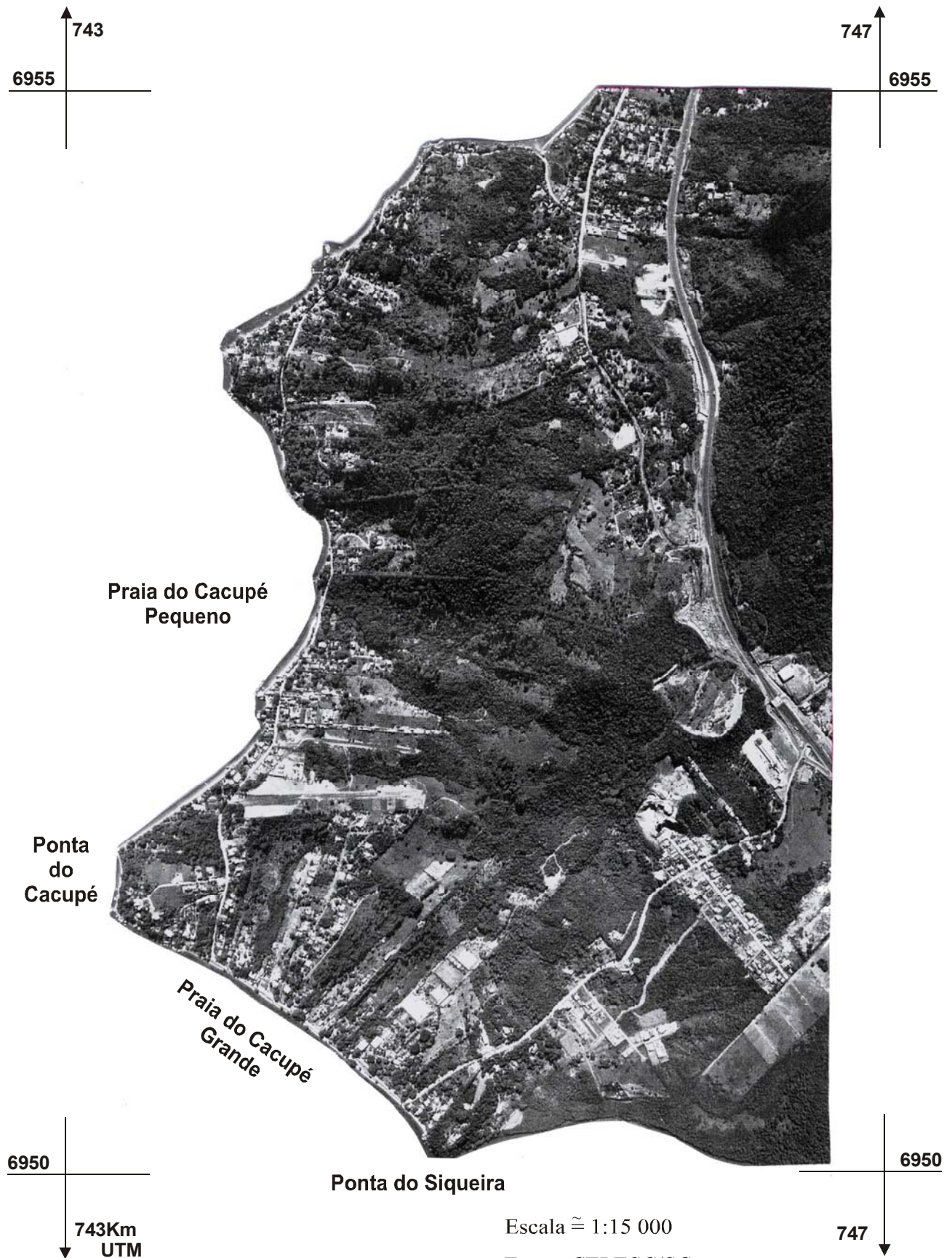
### **5.1 – Ritmo de evolução do uso e ocupação do solo**

O processo de ocupação e uso do solo do Bairro de Cacupé vem apresentando um crescimento expressivo nos últimos anos. De acordo com os Censos Demográficos do IBGE, em 1991, a população de Cacupé era de 427 habitantes, passando para 527 habitantes em 2000.

Outros dados relevantes sobre o crescimento populacional foram estimados com base em fotografias aéreas na escala de 1: 30 000 no ano de 1938, na escala de 1:25 000 nos anos de 1957 e 1978, os anos de 1994, 1998 e 2000 estão em escala aproximada de 1: 10 000.

Em análises feitas nas aerofotocartas de 1938, o número de residências era de aproximadamente 18. Em 1957, isto é, em vinte anos, houve um acréscimo de apenas 12 residências. Já em 1978, este número chegou em torno de 41 edificações.

**FIGURA 4:** Foto aérea do Bairro Cacupé no ano de 1998



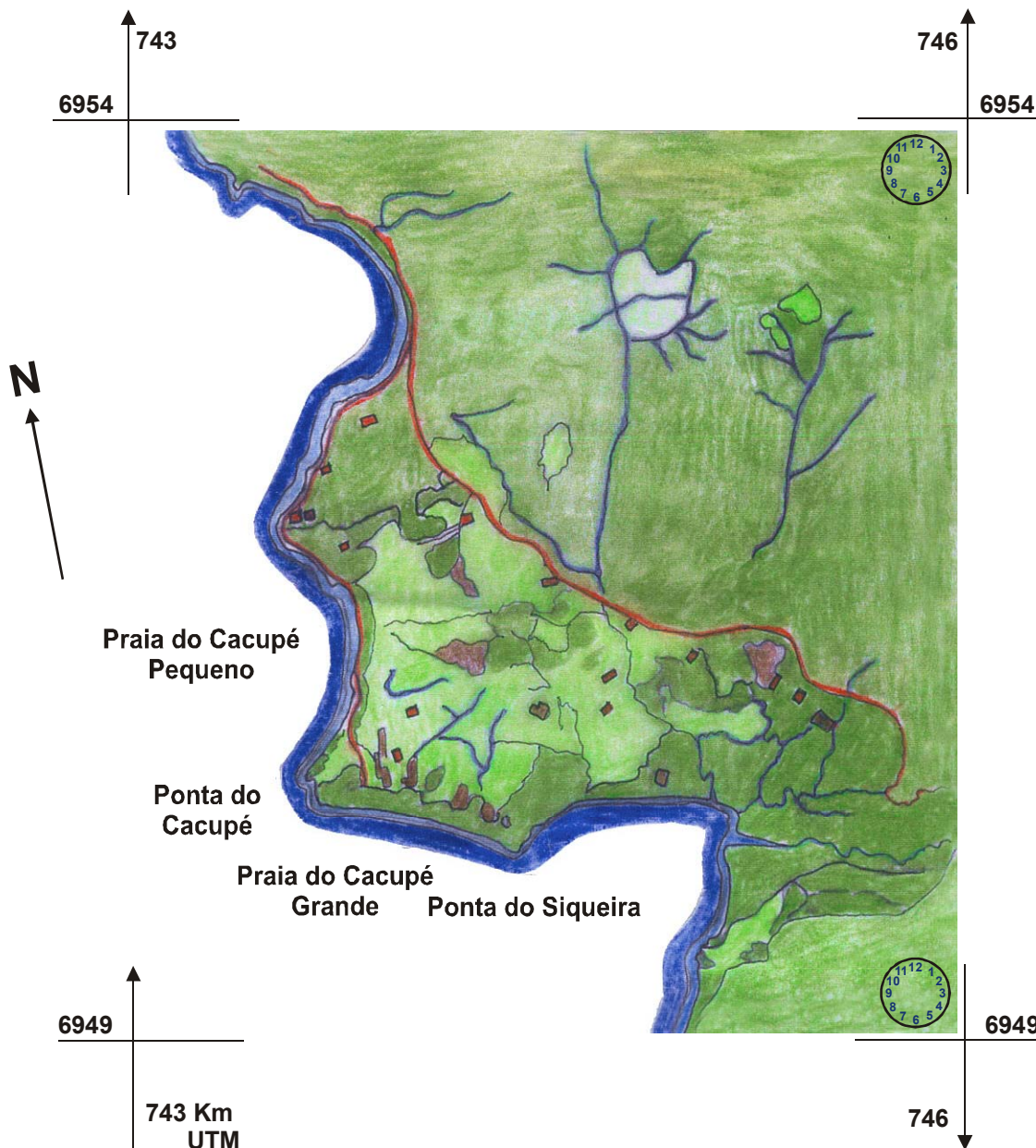
Escala  $\approx$  1:15 000

Fonte: CELESC/SC

Vôo: Setembro/1998 Aeroconsult S.A.

Mosaico: Fx: 09-foto 09 e 11

**FIGURA 5:** Mapa de Uso e Ocupação do Solo no Bairro de Cacupé-Forianópolis/SC - Fotointerpretação do ano de 1938



### LEGENDA:

- Edificações e Estradas
- Vegetação Nativa
- Espécies Arbustivas de baixo porte
- Solo utilizado para plantio e criação
- Faixa Litorânea com profundidade de 0 a 200m
- Faixa Litorânea com profundidade de 200 a 500m
- Canais naturais de drenagem

\* Número de Edificações: = 18 unidades

### FOTOINTERPRETAÇÃO

Escala  $\cong$  1:25 000 (Foto Original)

Fonte: Marinha do Brasil

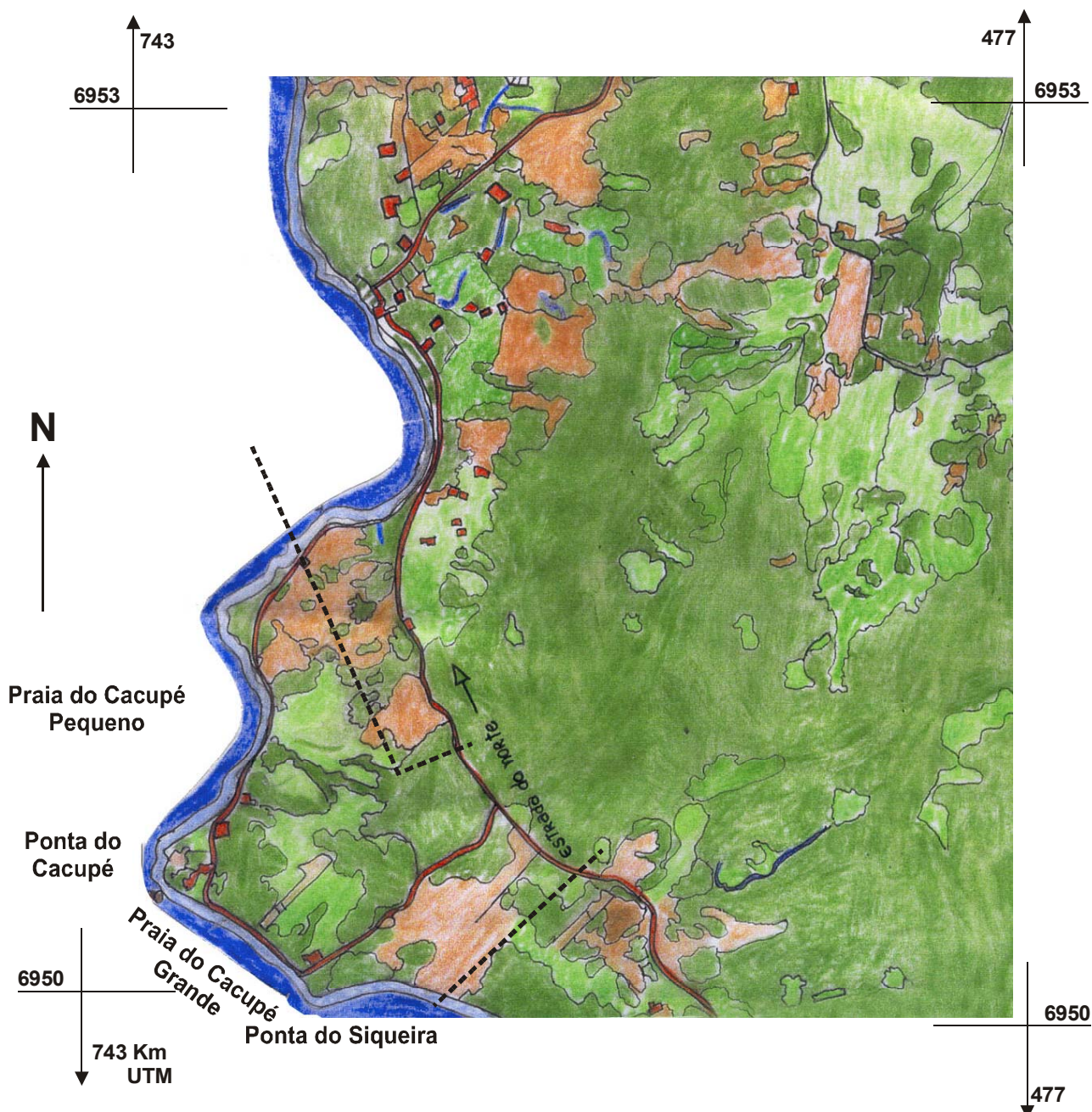
Departamento de Hidrografia

Elaboração: Ledenice M.B. Queiroz

**Obs:** Até essa data não havia acesso para as praias do norte. O único acesso à Cacupé era feito pela Estrada Geral que ligava Sto. Antônio. A estrada chegava até a Ponta do Cacupé.



**FIGURA 6:** Mapa de Uso e Ocupação do Solo no Bairro de Cacupé-Forianópolis/SC - Fotointerpretação do ano de 1957



### LEGENDA:

- Edificações e estradas
- Vegetação nativa
- Espécies arbustivas de baixo porte
- Solo utilizado para plantio e criação
- Faixa Litorânea com profundidade de 0 a 200m
- Faixa Litorânea com profundidade de 200 a 500m
- Canais naturais de drenagem

----- Limites de bairro

\* Número de Edificações: = 30 unidades

### FOTOINTERPRETAÇÃO

Escala = 1:25 000 (Foto Original)

Fonte: Levantamento aerofotográfico  
do Estado de Santa Catarina

Governo Jorge Lacerda

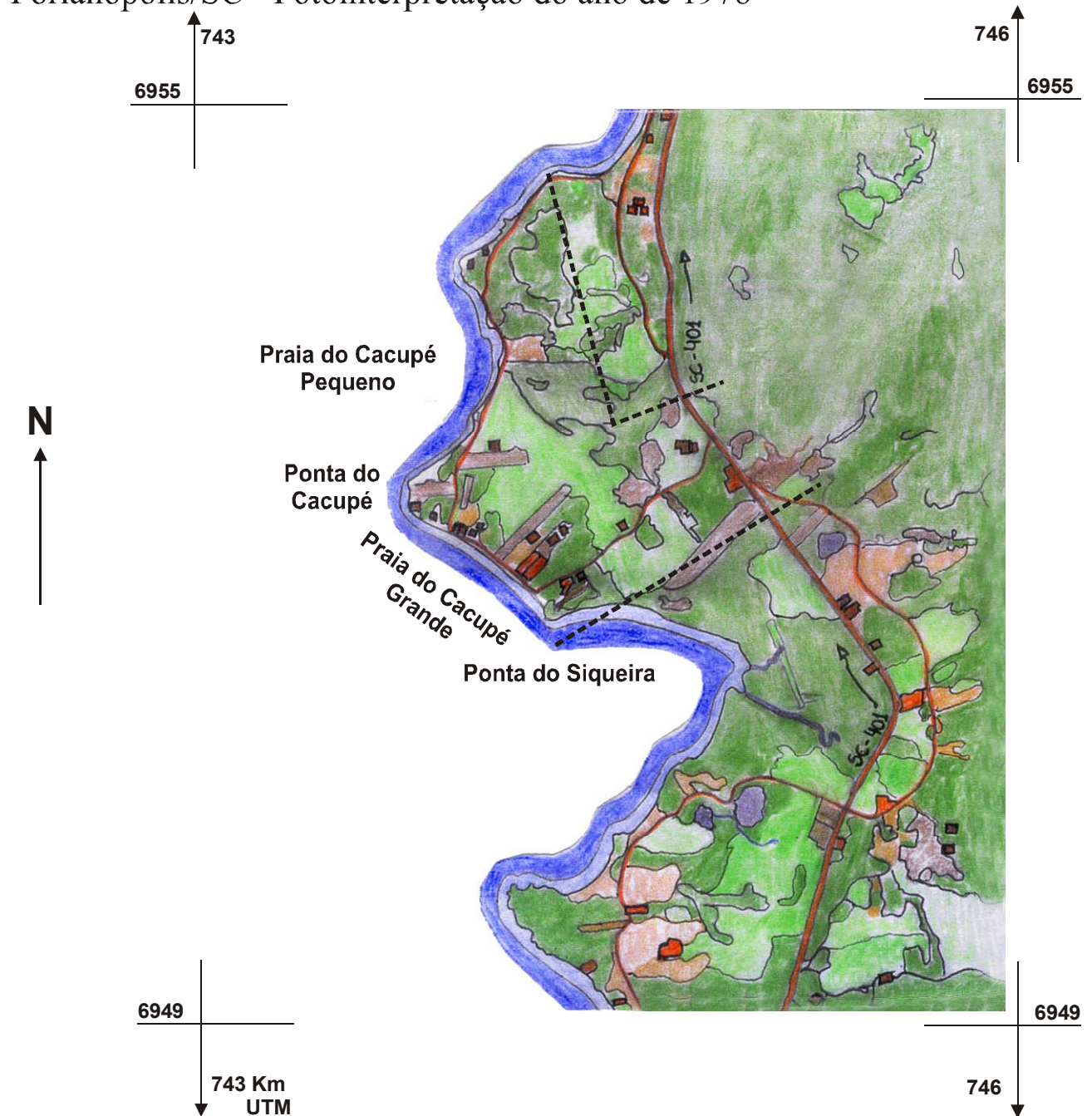
Vôo: Executado por Cruzeiro do Sul

Elaboração: Ledenice M.B. Queiroz

**Obs:** Aparece a continuidade da Estrada Geral à Norte. A entrada de Cacupé passa a ser feita onde hoje é a atual Rod. Haroldo Soares Glavan.

Em 1994, o número de edificações era de 136 aproximadamente. Em 1998, esse número subiu para 147, representando um acréscimo de no número de edificações. Passados dois anos apenas, houve novo acréscimo de , isto é, o número de edificações chegou em torno de 525 no ano de 2000. Mesmo que estes números não sejam exatos, são indicativos que retratam um crescimento acentuado nos períodos respectivos.

**FIGURA7:** Mapa de Uso e Ocupação do Solo no Bairro de Cacupé-Forianópolis/SC - Fotointerpretação do ano de 1978



### LEGENDA:

- Edificações e estradas
- Vegetação nativa
- Espécies arbustivas de baixo porte
- Solo utilizado para plantio e criação
- Faixa Litorânea com profundidade de 0 a 200m
- Faixa Litorânea com profundidade de 200 a 500m
- Canais naturais de drenagem
- Limites de bairro

\* Número de Edificações: = 41 unidades

### FOTOINTERPRETAÇÃO

Escala = 1:25 000 (Foto Original)

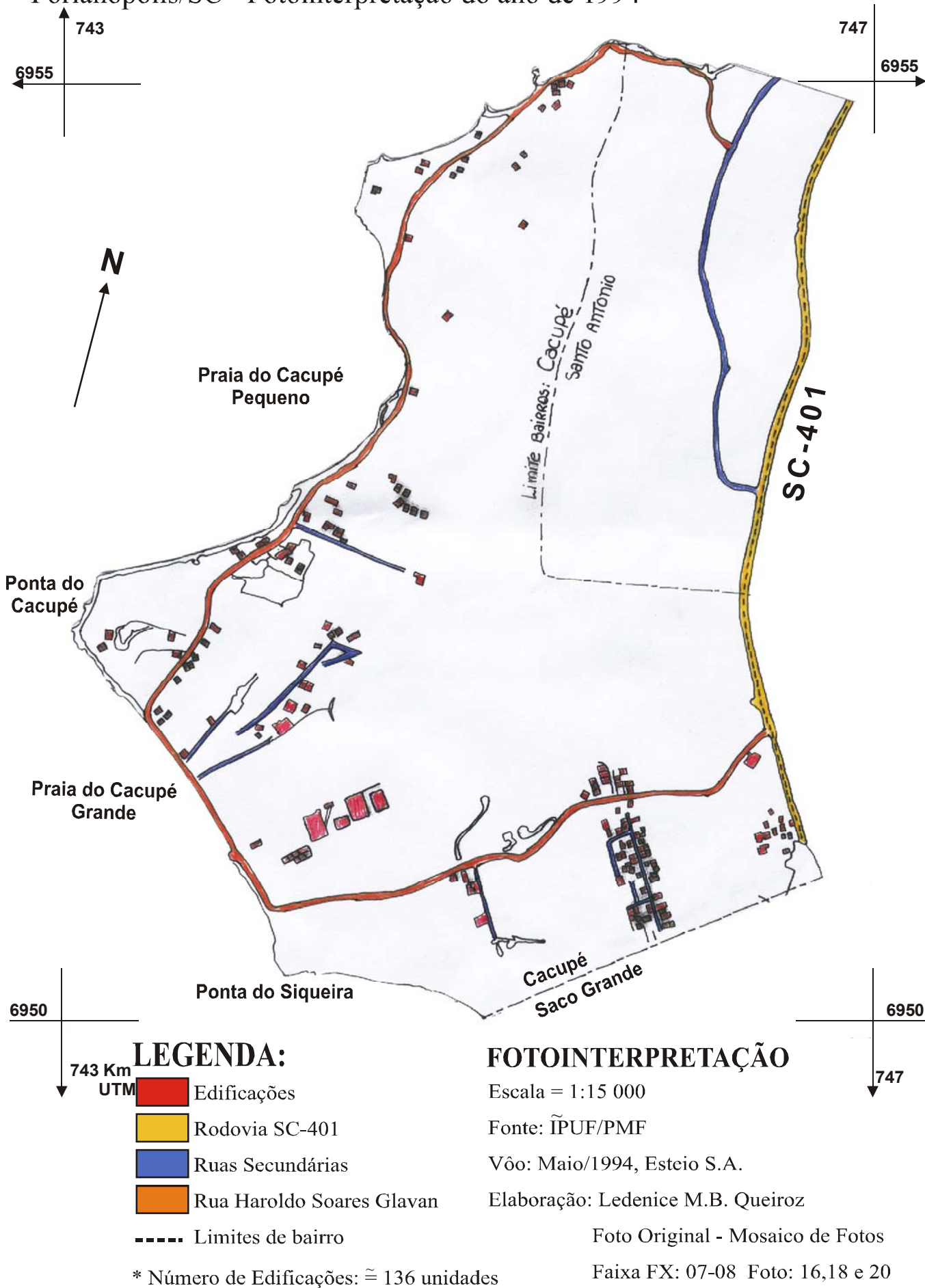
Fonte: Governo do Estado de Santa Catarina-Casa Civil - FATMA  
DNOS-DNPN-ELETROSUL  
INCRA-NUCLEBRAS

Vôo: Executado por Cruzeiro do Sul

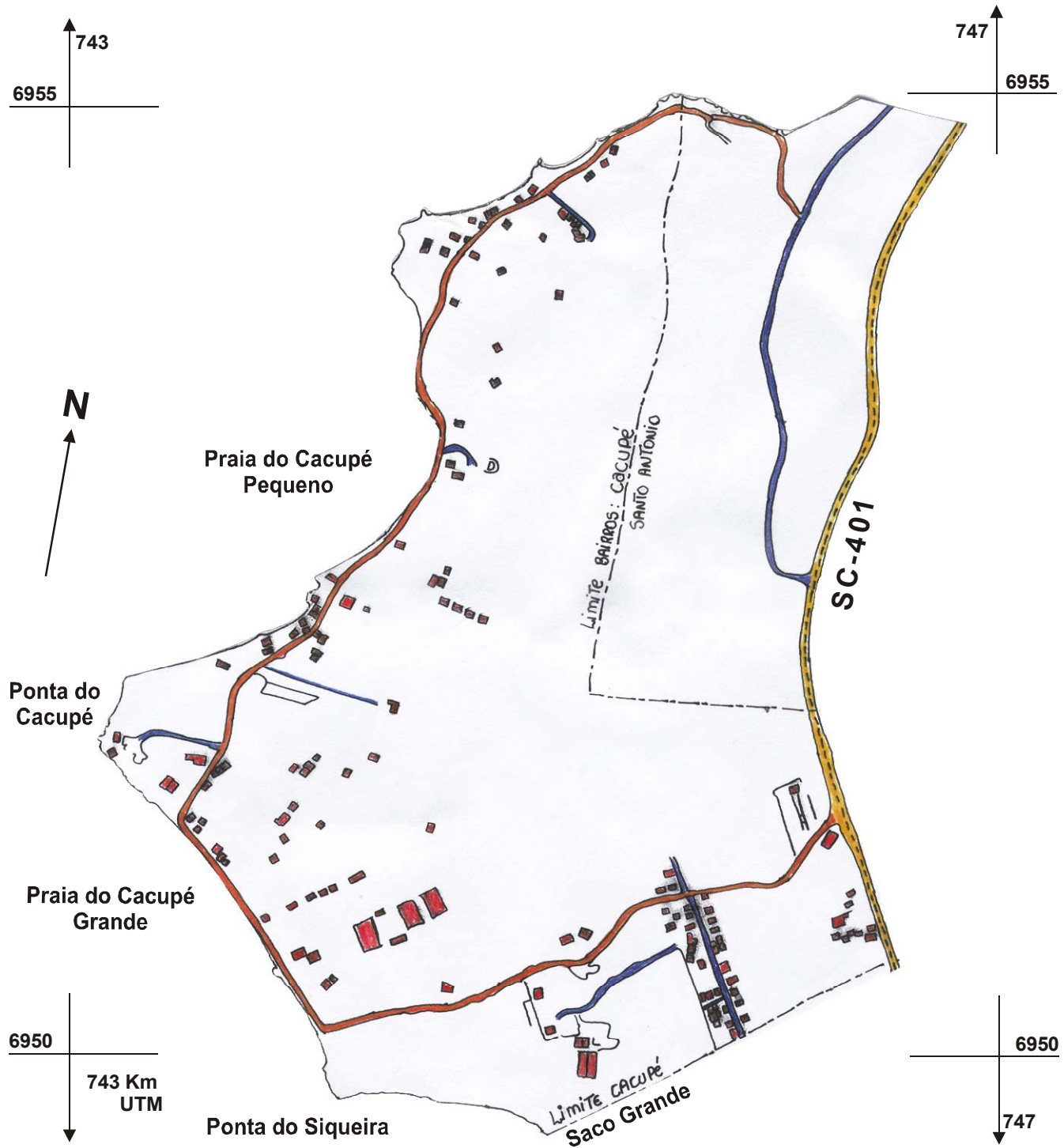
Elaboração: Ledenice M.B. Queiroz

**Obs:** Na década de 70 houve a construção da SC - 401 interligando os bairros de Saco Grande até as praias do Norte da Ilha.

**FIGURA 8:** Mapa do Uso e Ocupação do Solo no Bairro de Cacupé-Forianópolis/SC - Fotointerpretação do ano de 1994



**FIGURA 9:** Mapa de Uso e Ocupação do Solo no Bairro de Cacupé-Forianópolis/SC - Fotointerpretação do ano de 1998



**LEGENDA:**

- Edificações
- Rodovia SC-401
- Ruas Secundárias
- Rod. Haroldo Soares Glavan
- Limites de Bairro

\* Número de Edificações:  $\cong$  147 unidades

**FOTOINTERPRETAÇÃO**

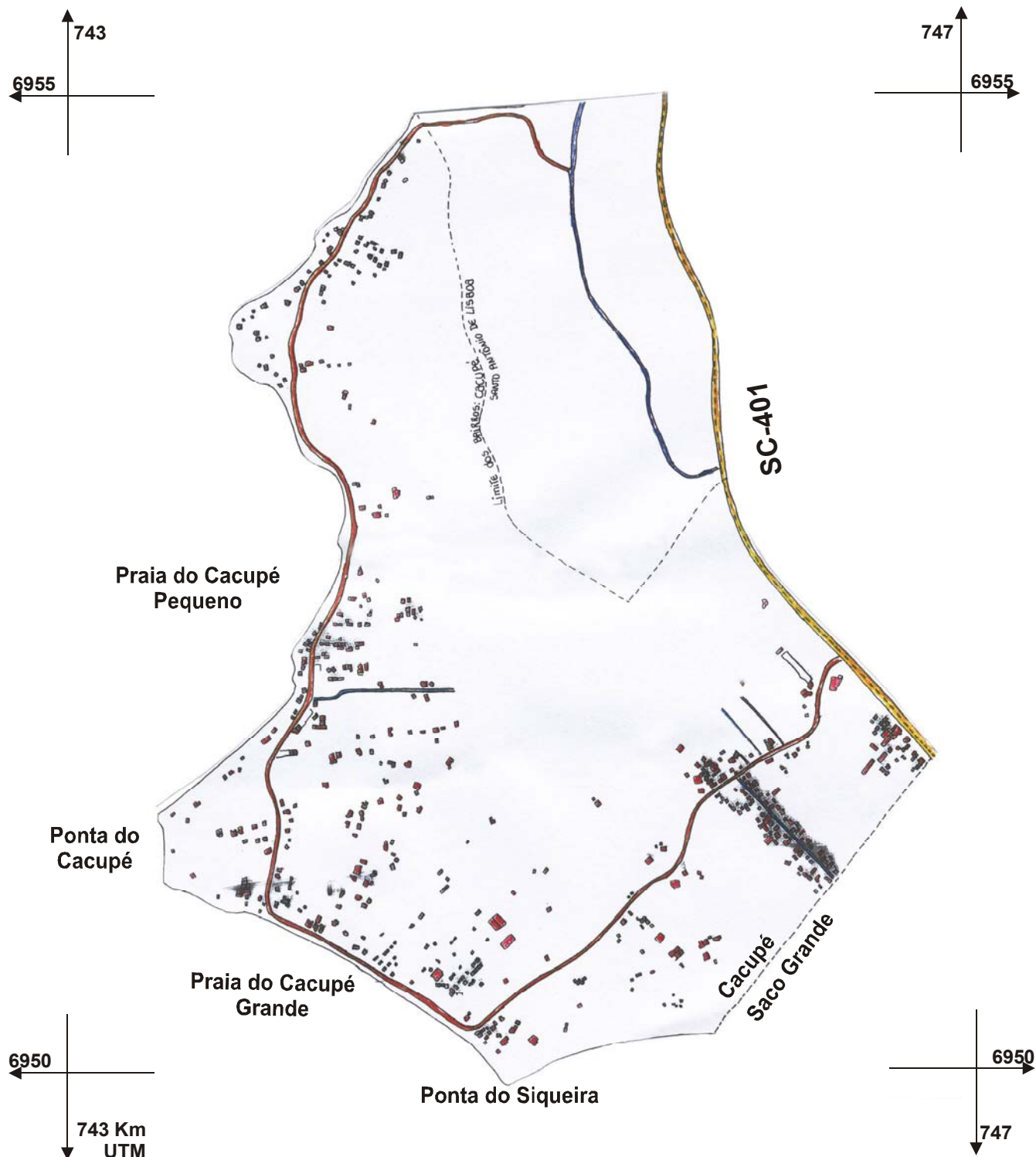
Escala: 1:15 000

Fonte: CELESC/SC

Vôo: Setembro/1998, Aeroconsult S.A.

Elaboração: Ledenice M.B. Queiroz

**FIGURA 10:** Mapa de Uso e Ocupação do Solo no Bairro de Cacupé-Forianópolis/SC - Fotointerpretação do ano de 2000



**LEGENDA:**

- Edificações
- Rodovia SC-401
- Ruas Secundárias
- Rod. Haroldo Soares Glavan
- Limites de bairro

\* Número de Edificações:  $\approx$  525 unidades

**FOTOINTERPRETAÇÃO**

Escala:  $\approx$  1:15 000

Fonte: IPUF/PMF

Vôo: Setembro/2000, Aeroconsult S.A.

Elaboração: Ledenice M.B. Queiroz

Mosaico: Fx: 09 Foto 09 e 11

De acordo com dados da CELESC/IPUF (setembro/2001), a população de residência fixa em Cacupé, é de 1.290 habitações, sendo que o número de casas de veraneio é de 19 habitações. Nas duas últimas décadas foram implantados 11 condomínios fechados em Cacupé.

Estes resultados deixam prever que as falhas bastante visíveis já existentes na configuração urbana, poderão se agravar ainda mais se a densificação continuar nas mesmas proporções que hoje ocorrem, sem uma urgente ordenação do uso e ocupação do solo

Temos dois tipos de população que caracterizam a formação sócio-espacial em alguns bairros específicos de Florianópolis. As primeiras populações chamadas nativas, são aquelas que nasceram ou cresceram na Ilha. Estes optaram por bairros mais afastados, por necessidade de adquirir um pedaço de terra a preços acessíveis, uma vez que a área central foi sempre mais valorizada.

O segundo grupo de populações que vem ocupando estes bairros, são mais seletivos, isto é, são pessoas que detêm um perfil cultural e econômico mais elevado, além dos fatores citados anteriormente.

Estas populações uma vez estabelecidas, vão reivindicando melhorias de infraestrutura para atender a demanda crescente. Muitas vezes os sistemas de gestão não conseguem acompanhar a expansão que ocorre em determinadas regiões e as irregularidades e deficiências acabam se evidenciando.

## **5.2 – Alterações de uso e ocupação do solo**

O ritmo acelerado de evolução no Bairro de Cacupé, ocorrido na última década, particularmente na década de 1990, demonstrou que o uso do solo sofreu alterações em função do crescimento populacional em toda a Ilha e especialmente naquela área. Os fatores determinantes foram: a proximidade com o centro da cidade; o visual paisagístico; os terrenos liberados pela população nativa de Cacupé que foram cedendo lugar aos condomínios horizontais e residências de média a alta classe. A mentalidade da população advinda de outros estados, tem contribuído para uma nova caracterização cultural e física do Bairro.

A ocupação mais recente se faz de pessoas oriundas principalmente de São Paulo e Porto Alegre, que trocaram os problemas sociais e o agito dos grandes centros, atraídos pela tranquilidade e beleza natural do lugar.

Percebe-se com isso, num primeiro momento, por mais que os centros urbanos sejam

um símbolo de desenvolvimento, é a segurança e a qualidade de vida que ganham prioridade na escolha dos indivíduos, mesmo que nem todos tenham acesso a esta escolha.

Existem alguns parâmetros dentro das Leis Urbanísticas que contemplam uma melhor estruturação do espaço urbano, entretanto, alguns bairros da Ilha, como é o caso do Cacupé, ao terem sido ocupados sem um prévio ordenamento, apresenta problemas que se intensificam com o adensamento.

Seja por inexistência das leis na época da ocupação ou até por desconhecê-las, a população que ali se instalou não tinha perspectiva para prever o futuro.

Muitas das deficiências herdadas pela formação sócio-espacial podem até ser reparadas, mas sobretudo, devem ser previstas.

### **5.3 – Problemas de controle do uso e ocupação do solo**

Como foi analisado no decorrer dessa pesquisa, cabe salientar que as evidências mostram que em vários bairros da Ilha não são seguidas as diretrizes e normas existentes para organizar o espaço urbano, isto é, as Leis existem, mas de uma certa maneira, acabam não sendo cumpridas.

O resultado, é que o espaço urbano acaba sendo moldado à estrutura concebida pelo Plano Diretor através de sucessivos zoneamentos, que estabelecem áreas onde o adensamento populacional é mais desejado e conveniente, assim como a capacidade do poder público de oferecer os serviços urbanos necessários.

Nas áreas onde ocorrem a ocupação clandestina, aqui em Florianópolis essa modalidade de ocupação é bastante notória, inclusive no Cacupé, essas mesmas áreas são parcialmente desprovidas de equipamentos urbanos.



**Foto 4**

Este é um dos exemplos dos aspectos negativos que ocorrem em Cacupé, bem como em outros bairros da Ilha, ou seja, processo de ocupação ilegal, através de aberturas de ruas sem considerar as normas urbanísticas existentes.

**Foto: A autora**

**Cacupé: 27/04/02**

**Foto 5**

Pequena servidão aberta em relevo acidentado com sulcos de erosão pela ausência de Sistema de drenagem das águas pluviais.

**Foto: A autora**

**Cacupé: 10/10/01**

Contraditoriamente, alguns órgãos públicos tendem a facilitar a clandestinidade ao beneficiarem alguns loteadores com a concessão de energia elétrica, fornecimento de água, calçamento e cobrança de impostos, mas por outro lado, impedem a regularização da área, ou mesmo sua desapropriação.

Um dos fatores importantes, é a super valorização da terra, através da especulação imobiliária que acaba discriminando algumas áreas.

O Estatuto da Cidade avalia esta questão da seguinte maneira

*“Em uma cidade dividida entre a porção legal, rica e com infra-estrutura e a ilegal, pobre e precária, a população que está em situação desfavorável acaba tendo pouco acesso às oportunidades de trabalho, cultura ou lazer. É impossível para a maioria das pessoas o pagamento, de uma vez só, pelo acesso a infra-estrutura que já está instalada”.*

O que resta a essa população excludente, é a possibilidade de ocupar áreas ambientalmente frágeis, que só poderiam ser urbanizadas sob condições rigorosas e com soluções dispendiosas.

A questão fundamental que ocorre com os instrumentos de controle diz respeito à fiscalização. Grande parte do uso e ocupação inadequados e fora da Lei, seriam resolvidos se houvesse maior rigor na fiscalização, seja por meio de divulgação e conhecimento dos principais benefícios para o cidadão, seja por meio da aplicação da Lei unânime para todos.

### **5.3.1 - Nas formas de controle do uso e ocupação do solo**

O **Plano Diretor dos Balneários**, aprovado em 1985, é um importante documento de que a cidade dispõe, sendo o resultado da pesquisa de estudiosos e técnicos que apresentam um diagnóstico, diretrizes e propostas para melhorar o controle do uso e ocupação do solo nos Balneários da Ilha de Santa Catarina.

Pode-se constatar que há pouco mais de duas décadas, a cidade de Florianópolis vem sendo analisada e avaliada com mais detalhamento. O documento existe e é indiscutível que foi feito pensando na melhoria da qualidade de vida da população. Infelizmente, os problemas crescem mais rápido que as soluções, e muitas vezes os bons projetos acabam não saindo do papel.

Para o CECCA, **A Agenda 21** de Florianópolis datada de 1997, foi mais um dos

espaços que só serviram para criar uma aparência de participação, mas sem conseqüências concretas na definição do futuro da cidade. O Fórum foi criado pelo decreto nº 246/97, formado por um conjunto de pessoas da cidade que, a partir de muitas reuniões, elaborou a Agenda 21 do Município de Florianópolis. Este documento não tem poder de Lei. Os órgãos do governo municipal, através dos meios de comunicação, procuram incutir a idéia de que este documento "norteará" o crescimento e o desenvolvimento da cidade nos próximos 30 anos. Mas há opiniões de que a função maior deste documento está em servir como peça de *marketing* político e ecológico em eleições e negociações de financiamentos nacionais e internacionais, do que em impulsionar o desenvolvimento sustentável de Florianópolis.

Ainda, conforme a avaliação do CECCA (2001), esta convicção pouco otimista com relação a Agenda 21 Local evidenciou-se quando a prefeitura negou ao Fórum da Agenda 21 a competência para discutir previamente o **Plano Diretor da região do Campeche** e o **Plano Diretor de Ingleses Sul e Santinho** antes de enviá-los à Câmara, onde detinha a maioria dos votos. O Fórum poderia produzir documentos, entretanto, não deveria influenciar nos rumos do crescimento e do desenvolvimento de Florianópolis desenhados pelos Planos Diretores, os quais seguem modelos urbanísticos incompatíveis com a Agenda 21. Além do que, os Planos Diretores tornam-se leis municipais e a Agenda 21 é somente um documento cercado de pompa. Florianópolis poderia ser a primeira cidade do Brasil a apresentar um Plano Diretor realizado de forma participativa e integrado com os princípios da Agenda 21. Mas ao invés disso o executivo municipal preferiu desprezar o esforço de centenas de pessoas das mais diversas organizações sociais que dispuseram-se a participar da elaboração deste documento.

A partir da Constituição Federal de 1988, o Plano Diretor passa a ser um dos instrumentos básicos do desenvolvimento municipal das cidades com mais de 20 mil habitantes. Na perspectiva do (CECCA - Centro de Estudos Cultura e Cidadania, 2001, p.199), o Plano Diretor deveria servir para organizar a atividade dos agentes que atuam sobre a transformação da cidade e dos cidadãos garantindo a função social da cidade e da propriedade. Na prática, os Planos Diretores até agora elaborados para Florianópolis não passam de definições de zoneamento, uso e ocupação do solo.

No modelo de ocupação dos balneários, os centros insular e continental de Florianópolis configuram um centro urbano primário de grande polarização regional e um centro urbano secundário na zona continental.

Contudo, sobre O Plano Diretor dos Balneários, CAMPOS (1990, p.172) relata que

*“... quando trata dos balneários como área especial de interesse turístico, o referido Projeto deixa um tanto vago o que isto significa. A interpretação poderá se feita segundo os interesses em jogo, e dessa forma, as zonas balneárias tornar-se-ão verdadeiras áreas de especulação a apropriação crescente. (...) Este surto, no crescimento urbano, favoreceu a expansão do setor imobiliário e especulativo, promovendo a valorização das áreas periféricas, levando à extinção das chácaras, áreas de lavoura, terras de marinha e terras de uso comum”.*

Fazem parte do modelo proposto uma série de normas especiais detalhando uso e a ocupação, com vistas a garantir a perfeita adequação do plano não só às diretrizes propostas, bem como à legislação federal e estadual já incidentes sobre a área de abrangência.

Segundo reportagem do Diário Catarinense de 2/02/2003, feita por Rafael Leiras, a definição sobre a forma de ocupação dos balneários é feita de maneira lenta e, as vezes conflituosa.

Para todas as praias, exceto a Brava e Jurerê Internacional, que possuem Planos específicos, ainda vigora o Plano Diretor dos Balneários de 1985, conforme já comentado no terceiro capítulo.

Outro problema está nas modificações dos planos originais feitas por meio de projetos de lei aprovados na Câmara. Para o professor Lino Peres, chefe do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSC, “na Ilha, o Plano Diretor não dirige, mas é dirigido”. Segundo ele, os interesses imobiliários sempre estiveram representados nesse tipo de lei, incluindo o Plano dos Balneários.

Há casos em que o zoneamento das praias é modificado em áreas que compreendem um ou poucos imóveis, passando a ser permitido um gabarito maior ou tipos de edificações diferentes das que foram inicialmente previstas. Para atender algum empreendimento, começam a criar exceções que descaracterizam o plano original, afirma o presidente do IPUF, Carlos Alberto Riederer.

De acordo com o IPUF, o Plano Diretor do Distrito de Santo Antonio de Lisboa, ainda em estudos, tem como objetivo, atualizar a legislação de uso e ocupação do solo definido

anteriormente pela Lei nº 2.193/85 às necessidades do desenvolvimento econômico e social do Distrito, compatível com a preservação ambiental, cultural e histórica características daquela localidade. Aos objetivos específicos cabe: revisar os limites de Áreas de Preservação Permanente (APP) e Áreas de Preservação com Uso Limitado (APL); definir as faixas de Reservas Ecológicas relativas aos cursos d'água existentes; analisar a situação das Áreas Verdes de Lazer (AVL); redefinir Áreas Comunitárias Institucionais (ACI) para a implantação de equipamentos urbanos, considerando as potencialidades dos imóveis e a viabilidade de implantação, entre outros.

#### **Foto 6**



Afloramento de água subterrânea próximo ao final da Servidão Avelino de Souza  
Local onde está projetado a Barreira 1 do Centro de Cultura e Lazer em Cacupé

**Foto: A autora**

**Cacupé: 10/10/2001**

No caso específico do Cacupé, a ocupação ilegal em algumas áreas já é bastante visível.

O futuro Plano Diretor do Distrito de Santo Antônio de Lisboa propõe para solucionar a questão dos loteamentos e condomínios, o embargo de loteamentos implantados

clandestinamente, liberando-os apenas se atendidas as normas legais e quando implantado um sistema de esgoto aprovado pelos órgãos competentes.

Deverão ser melhor definidas áreas e tipos de condomínios permitidos.

Quanto às áreas de exploração de Barro na entrada do Bairro, sendo um local acidentado e com forte degradação ambiental, a solução proposta sugere a não renovação da exploração, fazendo o responsável cumprir a determinação de reconstituição, destinando a área para lazer comunitário.

### **5.3.2 – Nos instrumentos de controle (normas urbanísticas)**

Desde que entrou em vigor a Lei nº 2.193 de 1985 (Florianópolis), a ocupação e o uso do solo dos balneários da Ilha de Santa Catarina é regulada por esta Lei até os dias de hoje. Os distritos abrangidos são: Santo Antônio de Lisboa, Ratonos, Canasvieiras, Cachoeira do bom Jesus, Ingleses do Rio Vermelho, São João do Rio Vermelho, Lagoa da Conceição, Ribeirão da Ilha e Pântano do Sul. A Lei estabelece que esses balneários são considerados área de interesse turístico.

A Lei de Zoneamento determina que as zonas mais próximas ao mar são classificadas como áreas turísticas residenciais (ATR's). As áreas residenciais exclusivas (ARE's) ou residenciais predominantes (ARP's) localizam-se normalmente mais afastadas do mar, e o comércio e os serviços nas principais vias de acesso de cada localidade, hierarquizados conforme sua modalidade. As áreas verdes (AV's) destinam-se ao lazer e preservação da cobertura vegetal, e as Áreas de Preservação Permanente ou Limitada (APP's e APL's) à proteção de morros, promontórios, praias, manguezais, dunas, mananciais, etc.

O Plano Diretor dos Balneários projetou o mesmo tipo de ocupação para toda a Ilha, descuidando das peculiaridades históricas e morfológicas de cada área, pois não leva em consideração as diversas formas de relevo e vegetação existentes. Um dos problemas endêmicos que ocorre na Ilha e, principalmente nas regiões balneárias é a questão das construções clandestinas, que proliferam rapidamente, pois a prefeitura não está apta a desenvolver uma fiscalização mais radical. Muitas dessas construções localizam-se em áreas de preservação ambiental e sem um sistema adequado de saneamento.

Para solucionar este problema, seria necessário um mapeamento aerofotogramétrico mais freqüente, além de investir na fiscalização periódica, pois, é a única solução viável e eficaz. É importante comentar que investir na fiscalização, significa disponibilizar veículos e

técnicos capacitados. O fato de tratar-se de fiscalização, é fundamental que estes profissionais sejam éticos, caso contrário, é um campo suscetível à corrupção, comprometendo a eficácia da lei. Num primeiro momento pode parecer oneroso, mas os benefícios serão sentidos no futuro.

Outra proposta, diz respeito ao esclarecimento que a comunidade tem direito, através de cartilhas divulgando os Códigos de Obras e Edificações, e o Código de Postura, facilitando assim àqueles que pretendem comprar seus terrenos e construir. Esse sistema de informação, aliado à fiscalização rigorosa, tende a coibir os possíveis infratores e reduzir a ocupação ilegal.

Por outro lado, não basta que esse procedimento ocorra sem que depois os responsáveis não sejam punidos. A falta de fiscalização reduz a lei a um mapeamento sem efeito prático, que acaba sofrendo alterações para poder adaptar-se à situação real. Com isso, o zoneamento previsto no Plano Diretor também não é respeitado, tendo sido modificado diversas vezes com o objetivo de beneficiar proprietários fundiários com influência política. ROCHA (2001).

A má distribuição das terras até poucas décadas atrás, é uma herança que os antigos açorianos nos deixaram, e que agora temos de ajustar à lei para corrigir, ou pelo menos, amenizar os problemas causados.

Por tudo o que foi analisado, conclui-se que, a falta de terras destinadas para bens e uso comum, não só desapareceram do poder público, como estão à espera de valorização imobiliária.

Por ser o espaço urbano a área de atuação privilegiada da legislação municipal mais próxima do cidadão, cabe refletir qual é o modelo de cidade que desejamos viver nos próximos anos.

Dá para sentir que o planejamento municipal começa a superar sua posição normativa e passa a trabalhar com a cidade e os cidadãos reais, podendo se tornar um instrumento de gestão de uma cidade para todos. O que ainda falta para a implantação eficaz dos Planos Diretores, é criarem vínculos mais estreitos com a comunidade, a qual será alvo de suas propostas. SILVA (2002).



#### 5.4 – Espaços públicos

Para evitar o caos e a desorganização do espaço urbano, o Estado e Município devem intervir no mercado imobiliário, desapropriando áreas em locais degradados e realizando aí programas de renovação urbana, embora nada impeça que capitais particulares tomem iniciativas desta espécie em conjunto com o poder público. Por um lado, é provável que ambos venham a ganhar, pois com isso, podem compor usos que beneficiarão a sociedade como um todo. Por outro lado, MARICATO (1982) destaca que os programas de renovação urbana podem resultar na recuperação das áreas em deterioração para o uso das camadas média ou rica e das empresas que acabam lhe prestando serviços, em detrimento aos antigos moradores destas áreas que nada ganham com a renovação.

Entretanto, o que se conclui com isso, é que não se pode generalizar, com um programa de renovação urbana bem conduzido e direcionado para a população em geral, todos tem a ganhar.

Em Curitiba, existe um Centro de Referência em Gestão Ambiental para Assentamentos Humanos, sendo uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente e da UNILIVRE – Universidade Livre do Meio Ambiente, que tem por objetivo o intercâmbio de boas práticas de Gestão Ambiental.

Exemplos como esse, deveriam ser aproveitados, ou quem sabe, remodelados para o nosso contexto.

Dentre os objetivos específicos, cabe ressaltar alguns que estão relacionados com os espaços públicos que abrangem particularmente a região do Cacupé, como: disponibilizar áreas públicas para a prática de esportes, lazer, e integração comunitária compatíveis com os índices recomendados pela OMS; gerar atrativos que estimulem o jovem para a prática desportiva em modalidades compatíveis com o ambiente natural existente no Distrito (ex. montanhas, praia, etc.); estudar possibilidade de utilização das áreas recreativas e esportivas de algumas associações existentes, disponibilizando sua infra-estrutura para a comunidade residente; aparelhar com adequada infra-estrutura aquelas áreas alvo de promoções desportivas e de lazer (ex. estacionamento, sanitários, sinalização, etc.).

**Foto 7**

Estacionamento frente ao SESC. Único local destinado atualmente às Paradas de automóveis e ônibus de excursão.

**Foto: A autora**

**Cacupé: 10/10/01**

**Foto 8**

Quiosque frente ao SESC, junto ao estacionamento, caracterizando a falta de espaços públicos e de lazer.

**Foto: A autora**

**Cacupé: 10/10/01**

É necessário para isso, fazer levantamento de disponibilidade de áreas para encontros, reuniões e eventos relacionados a promoção do bem estar comunitário; elaboração de projetos de revitalização das edificações públicas (postos de saúde, escolas, etc.) e, por fim, a elaboração de equipamentos de apoio em praças (sanitários, mobiliário urbano).

Por tudo o que já foi considerado no capítulo 3, conclui-se que a falta de espaços públicos disponíveis para o uso comum, é reflexo do processo de apropriação de terras ocorrido desde o século XVIII, que aprofundou-se no século passado, principalmente a partir das décadas de 30-40, conforme afirma CAMPOS (1990).

Para compreender melhor essa questão, esse mesmo autor esclarece que, essas terras sem dono, que inicialmente eram inviáveis à utilização econômica, passam com o tempo, a serem alvo de interesses, devido ao crescimento urbano e conseqüente valorização imobiliária e, mais recentemente, de interesse do setor turístico nos diversos pontos da Ilha. Este surto no crescimento urbano, favoreceu a expansão do setor imobiliário e especulativo, levando à extinção das chácaras, áreas de lavoura, terras de marinha e terras de uso comum.

Atualmente, as áreas consideradas públicas, como dunas, mangues, costões, morros, etc., passaram nas duas últimas décadas a ser progressivamente ocupadas e apropriadas.

Diante de tal situação, constata-se que o único meio de coibir a ocupação indevida e desordenada, é através da aplicação das normas urbanísticas com maior rigor e de maneira coerente, isto é, com menor interferência do poder econômico e político que favorecem interesses particulares da sociedade.

#### **5.4.1 – Atividade comunitária**

Em Cacupé, segundo a Lei de Zoneamento, foi destinado aos equipamentos comunitários e aos usos institucionais como clubes, escolas, bancos, mercados públicos, postos de saúde, etc., uma área específica para esses fins, denominada ACI (Área Comunitária Institucional). Nesta área, pretende-se viabilizar um trabalho integrado, pressupondo o desenvolvimento econômico, social e ambiental.

De acordo com o IPUF, o Programa “Participação Comunitária” tem como objetivo principal, envolver as associações de moradores do Distrito de Santo Antônio no compromisso de parceria e busca de soluções para os problemas sociais, infra-estruturais e ambientais existentes. Alguns dos objetivos específicos tratam de: divulgar o conteúdo do trabalho em suas diversas etapas, junto a comunidade local, através de contratação de serviços de

*marketing*; despertar interesse e participação dos moradores na busca da melhoria da infraestrutura urbana e comunitária; buscar aliados junto a comunidade no processo de fiscalização e denúncia às agressões ambientais; despertar interesse e participação dos moradores na busca da melhoria da infra-estrutura urbana e comunitária, dentre outros.

Devido a carência de espaços públicos de usos múltiplos, constatado em Cacupé, e, aliados a isso, verificou-se algumas áreas já em processo avançado de degradação ambiental, bem como sua urgente necessidade de recuperação e alteração de uso para essas áreas desativadas e expostas a processos de erosão, foi sugerido como trabalho complementar, algumas idéias para a implantação de um Centro de Cultura e Lazer em uma dessas áreas, localizada próximo ao trevo de acesso a Cacupé..

O principal objetivo dessa proposta é ser uma alternativa de um local público para todos, não só moradores, mas visitantes e turistas, que possibilite o acesso à cultura (música, folclore, teatro); a informações (mini-cursos em variados campos, salas de reuniões); ao lazer (bares, restaurantes, pequenos comércios e exposição da arte local).

Utilizando-se dos componentes naturais da paisagem, desenvolver atividades esportivas como trilhas ecológicas, caminhadas a pé, ciclismo, rappel, passeios de charrete, etc.

Temos as belezas naturais da Ilha de Santa Catarina, que são sua extensão de 42 praias, alguns hotéis com cabanas, danceterias, restaurantes, um Centro de Convenções (destinado para eventos), dois teatros, um parque aquático em Jurerê Internacional, o passeio típico de barco até a Costa da Lagoa e agora bem recente inaugurado, um iate de propriedade particular, para passeios em torno da Ilha. Considerando que essas modalidades de lazer são mais viáveis na temporada de verão, sendo que nos demais meses do ano, a diversão fica por conta das festas típicas.

Foi pensando no período fora da temporada de verão, que surgiu a idéia da implantação de um Centro de Cultura e Lazer. Poderia ser em qualquer outro local, mas Cacupé sustenta todas as peculiaridades necessárias para um empreendimento desse tipo.

Outros detalhes serão discorridos em anexo dessa dissertação, bem como o mapa explicativo.

#### **5.4.2 – Condições de circulação**

No planejamento urbano, a circulação das pessoas e coisas é de fundamental importância para o estabelecimento do zoneamento. São as vias principais de circulação e os elementos geográficos (rios, lagos, montanhas, etc.) que delimitam as unidades de vizinhança. Cada uso do espaço, seja comercial, residencial, industrial, institucional ou misto, tem uma capacidade diferente de gerar ou atrair o deslocamento das pessoas. Assim, no planejamento do zoneamento, os múltiplos usos do espaço urbano serão determinados pelo estabelecimento de um sistema viário adequado. Em qualquer cidade de médio porte, sabe-se que as residências têm capacidade, maior ou menor, de gerar trânsito. Essa capacidade varia com o tamanho da família, número de veículos por residência, distância da residência à zona central, etc. (FERRARI, 1984).

Na Ilha como um todo, são vários os problemas em relação às vias públicas. Particularmente no caso do Cacupé, as questões como: congestionamentos ocorridos durante todo o ano, que tornam-se mais críticos no período de verão.

Outro problema visível, não apenas em Cacupé, mas em vários outros bairros da Ilha, diz respeito aos passeios para pedestres (Fotos 7 e 8). Observa-se que em vários trechos das calçadas não existe espaço suficiente nem para circular uma pessoa obrigando o pedestre a fazer uma espécie de zigue-zague, tendo com frequência que circular na pista de rolamento.

#### **Foto 9**



Rodovia Haroldo Soares Glavan: em alguns pontos como esse observa-se a inexistência de passeios para pedestres.

**Foto: A autora**

**Cacupé: 10/10/01**

**Foto 10**

Outro trecho da Rodovia Haroldo S. Glavan sem o espaço devido para passeios de pedestres, caracterizando a inadequação das condições de circulação.

**Foto: A autora**

**Cacupé: 10/10/01**

Antes de qualquer proposta técnica, é necessário a discussão com a comunidade sobre as alternativas possíveis para o seu próprio benefício. Uma vez a comunidade consciente dos problemas, ajuda a evitar de que estes tomem proporções ainda maiores. Num segundo momento, cabe buscar soluções aos problemas junto aos Órgãos Municipais (IPUF, PMF, SUSP, FLORAM). Sem a participação da comunidade, fica difícil gerenciar uma cidade, onde a liberdade de fazer ou não fazer é quase ilimitada. Não se pode desejar que os planejadores da cidade dêem conta de observar tudo e achar propostas que agradem a todos. A população deve ser co-responsável por sua rua, seu bairro, sua cidade.

## **CAPÍTULO Nº 6 – PROPOSTA DE SUGESTÕES**

As propostas deixadas nesta dissertação são sugestões a serem discutidas pela administração e comunidade local. São idéias construídas como exercício acadêmico durante o processo de pesquisa, principalmente nas visitas de campo e participação nas atividades comunitárias.

### **6.1 – Controle do uso e ocupação do solo**

Um dos problemas crônicos constatados é a falta de obediência às normas estipuladas no Plano Diretor. Essa obediência só será efetiva quando a comunidade local conhecer e concordar com essas normas, tornando-se executora e fiscalizadora de sua aplicação.

Para solucionar este problema, seria necessário um mapeamento aerofotogramétrico mais freqüente, além de investir na fiscalização periódica, pois, é a única solução viável e eficaz, pois a falta de fiscalização e uma certa conivência dos órgãos públicos são talvez os maiores problemas que afetam a urbanização da cidade. É importante comentar que investir na fiscalização, significa disponibilizar veículos e técnicos capacitados. O fato de tratar-se de fiscalização, é fundamental que estes profissionais sejam éticos, caso contrário, é um campo suscetível à corrupção, comprometendo a eficácia da lei. Num primeiro momento pode parecer oneroso, mas os benefícios serão sentidos no futuro.

Sugere-se então, que o processo de atualização do Plano Diretor do Distrito de Santo Antônio de Lisboa, ora em andamento, seja efetivamente participativo e que sejam adotadas estratégias específicas para divulgar as decisões tomadas e a razão das mesmas. Uma comunidade defende aquilo que lhe interessa.

Outra proposta, diz respeito ao esclarecimento que a comunidade tem direito, através de cartilhas divulgando os Códigos de Obras e Edificações, e o Código de Postura, facilitando assim àqueles que pretendem comprar seus terrenos e construir. Esse sistema de informação, aliado à fiscalização rigorosa, tendem a coibir os possíveis infratores e reduzir a ocupação ilegal.

Por outro lado, não basta que esse procedimento ocorra sem que depois os responsáveis não sejam punidos. A falta de fiscalização reduz a lei a um mapeamento sem

efeito prático, que acaba sofrendo alterações para poder adaptar-se à situação real. Com isso, o zoneamento previsto no Plano Diretor também não é respeitado, tendo sido modificado diversas vezes com o objetivo de beneficiar proprietários fundiários com influência política. ROCHA (2001).

## **6.2 – Senso de Comunidade**

O que é uma Comunidade? A população de Cacupé não tem uma imagem própria, nem uma função específica. Ainda se configura como uma localidade “dormitório”, quando muito um local de passagem para ver as belezas locais.

Sugere-se que sejam criados espaços e atividades que socializem a população local e a integrem com as populações da Ilha.

Devem ser definidos espaços públicos para parada - estacionamentos, praças, miradores e para passeios – trilhas no alto dos morros, passeios ao longo das praias, calçadas ao longo das vias, ciclovias.

Pode também ser definido um espaço para um Centro de Cultura e Lazer que atenda à população de toda a Ilha, inclusive turistas. Maiores detalhes dessa proposta estão no **Anexo de nº 4**.

## **6.3 – Medidas Pontuais**

Como complemento, e visando reforçar as sugestões anteriores, propõem-se:

- a) rever o Código de Obras no que tange a altura dos muros. A altura, normatizada em 1,80 m, impede a visualização do mar a partir da via pública em todos os trajetos onde existem ocupações prediais na beira do mar. Essa altura, se mantida, deveria ser transparente , isto é, com tela ou grades.
- b) Rever no que tange as calçadas ao longo da via pública. Essas calçadas devem facilitar a circulação dos pedestres com conforto e segurança, permitindo a circulação a pé pelos moradores locais, assim como os visitantes.
- c) Melhorar a prestação de serviços públicos já existentes como: o abastecimento de água e energia elétrica, telefonia, transporte público, e implantar com urgência um sistema de esgoto e drenagem.

A população do Cacupé por ser em maioria de classe sócio-econômica média e alta, poderia contribuir e muito na busca de soluções para sua comunidade, desde que essa



população se sentisse realmente uma comunidade. Dessa forma, as sugestões apresentadas acima, são totalmente factíveis se encaradas como integrantes de um processo progressivo de cidadania e desenvolvimento humano.

## CAPÍTULO Nº 7 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Este trabalho teve como objetivo a análise da evolução urbana no Bairro do Cacupé através de levantamento dos principais problemas que atingem aquela comunidade.

Ao longo da pesquisa, foi possível obter informações dos órgãos como o IPUF, o qual tem trabalhado para a elaboração e aprovação de um Plano Diretor para a região de Santo Antônio de Lisboa, a qual pertence Cacupé.

Desta forma, pôde-se acompanhar contemporaneamente a este trabalho, uma preocupação mais efetiva diante dos evidentes problemas em relação à ocupação inadequada do solo, não apenas do Bairro do Cacupé, mas como de outros tantos bairros de Florianópolis, que tiveram seu crescimento um tanto aleatório à aplicação dos instrumentos de controle.

Foi constatado que, apesar da rápida evolução urbana nos últimos anos, como mostra a análise feita através de fotointerpretação, a densidade populacional ainda pode ser considerada relativamente baixa. Contudo, a infra-estrutura existente não atende satisfatoriamente as necessidades do bairro.

Como já foi destacado, as Leis que compõem um Plano Diretor são de grande importância para a projeção da estrutura urbana, pois são os meios que o poder público possui para orientar a evolução urbana.

Outros fatores que incorrem na inadequação do uso e ocupação do solo, dizem respeito à falta de fiscalização, principalmente em casos nos quais se comprometem mais as áreas de fragilidade ambiental, e também à necessidade de uma proposta de educação ambiental para conscientizar as comunidades a viverem numa sociedade ecologicamente urbanizada.

Como foi analisado no decorrer dessa dissertação, os instrumentos existem, mas acabam na contradição de um processo político que envolve a sua aplicabilidade ou não.

A intenção, quando da escolha do tema, foi tentar compreender a forma como ocorre a distribuição espacial da população, uma vez que, o uso do solo é a expressão mais concreta da produção do espaço. Num primeiro momento, pareceu intrigante conhecer melhor os motivos que contribuem para delinear uma cidade. Foi possível perceber e sentir que a realidade é bem mais complexa do que se imagina.

Trabalhar essa questão é um grande desafio, pois de um lado, existem leis e práticas de ordenamento que envolvem toda a malha urbana, mas por outro lado o que se apresenta é

uma realidade concreta que acaba sendo o motivo da situação caótica em que se encontram alguns bairros e cidades.

Solucionar tais problemas requer urgência, de sorte que, para qualquer pesquisador sobre a questão urbana, é notório observar, que atualmente existe uma espécie de consciência coletiva, onde todos sentem necessidade de cooperar. Este fato reverte positivamente para a sociedade, mesmo que a longo prazo.

## **SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS**

É interessante que a partir desse estudo (análise), este tema tivesse continuidade, já que, pouco se tem estudado a respeito da evolução urbana, e/ou, uso e ocupação do solo de maneira mais abrangente. Quando aparece em outros trabalhos, é apenas como um componente de um outro tema.

As análises e estudos devem avançar, talvez com outro enfoque, por ser considerado um assunto de importante relevância, uma vez que envolve toda a sociedade, pois a função de morar (ocupação) é uma condição inerente ao ser humano. De uma forma ou de outra, o homem necessita ocupar um espaço em um determinado lugar.

Finalmente, sugiro que a pesquisa iniciada, pudesse acompanhar a evolução urbana através do uso e ocupação do solo no Bairro do Cacupé, a partir da efetivação do Plano Diretor do Distrito de Santo Antônio de Lisboa.

Após o primeiro momento das análises e evolução histórica, seria pertinente um segundo momento, que partiria da constatação da nova realidade ali proposta.

A viabilização do Plano Diretor naquela região vai servir de modelo para outras comunidades da Ilha.

É uma oportunidade ímpar de observar e detectar os resultados obtidos, comprovando que a comunidade em parceria com o poder público está preparada para conquistar e preservar o seu desenvolvimento com qualidade de vida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**AGENDA 21** para a Construção Sustentável. Tradução do Relatório CIB - Publicação 237, nov. 2000

\_\_\_\_\_ **A.N. CAPITAL. MARTINS, Celso.** Estatuto disciplina uso de áreas urbanas - 15/07/2001.

**ANDERSON, Paul S., RIBEIRO, Antonio Jorge.** Introdução à Fotointerpretação. Rio de Janeiro, 1982

**ANDRADE, Manuel Correia de.** A Questão do Território no Brasil, Ed. Hucitec, São Paulo-Recife, 1995

**ARENDT, Hannah.** A Condição Humana, 4ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Forense Universitária, 1989

**BENEVOLO, Leonardo.** História da Cidade, Ed. Perspectiva, 3ª ed., São Paulo, 1997.

**BOURSCHEID, José Antônio.** O Cadastro Técnico Multifinalitário aplicado ao Planejamento Urbano (Estudo da expansão urbana na cidade de Joinville – SC), Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil, UFSC, 1993, Florianópolis

**CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS.** Código de Obras e Edificações - Lei Complementar nº 060/2000

**CAMPOS, José Nazareno de.** Terras Comuns na Ilha de Santa Catarina. IV. Uma constante entre a pequena produção Açoriana da Ilha de Santa Catarina Dissertação de Mestrado em Geografia, UFSC, 1990, Florianópolis

**CARLOS, Ana Fani A.** A cidade . Ed. Contexto, 1997, São Paulo

**CARUSO, Mariléia .** O Desmatamento na Ilha de Santa Catarina, Florianópolis, Editora da UFSC, 1991

**CASTELUCCI, Amilton Higino.** Análise da distribuição espacial de equipamentos de educação na Ilha de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção, UFSC, 2003, Florianópolis.

\_\_\_\_\_ **CECCA.** Qualidade de vida e cidadania, Florianópolis, 2001

**CECCA.** Uma cidade numa Ilha: relatório sobre problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina . Centro de Estudos de Cultura e Cidadania. Florianópolis, Insular, 1997.

**CHIAPETTI, Rita Jaqueline Nogueira.** Evolução da ocupação urbana da Cidade Industrial de Curitiba-CIC, Dissertação de Mestrado em Geografia, Florianópolis, 1994.

- CODESUL** – Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul, 1970.
- CONSTITUIÇÃO 1988.** República Federativa do Brasil, Brasília
- DIEGUES**, Antonio Carlos Santana. Ecologia Humana e Planejamento em áreas Costeiras, São Paulo, 1995
- DIAGNÓSTICO DO PLANO DIRETOR DOS BALNEÁRIOS**, Junho de 1984, IPUF
- \_\_\_\_\_ **DIÁRIO CATARINENSE.** Diário de Verão. Tradição Raízes da Ilha, Florianópolis, 10/01/1999.
- \_\_\_\_\_ **DIÁRIO CATARINENSE. LEIRAS**, Rafael. O futuro das praias está ameaçado. pg. 32, Florianópolis, 02/02/2003.
- DUARTE**, Paulo Araújo. Fundamentos de Cartografia, EDUFSC, 1994, Florianópolis.
- \_\_\_\_\_ **ENEPEA.** Tendências Contemporâneas da paisagem. InfoARQ, 2001, Florianópolis
- ESCOLA DE TURISMO E HOTELARIA.** Uma Proposta de Desenvolvimento Turístico com qualidade ambiental - Cacupé - Distrito de Santo Antônio de Lisboa.
- FARIAS**, Bernadete Ferreira. Código de Posturas de Florianópolis, 1974, Sumário Índice Remissivo, Consultoria Acadêmica, 1998
- FEDELE**, Marcelo. As Administrações Públicas. Ed. Unijuí, Rio Grande do Sul, 1999.
- FERRARI, Célson.** Curso de Planejamento municipal integrado. Urbanismo, 4ª ed., Pioneira, São Paulo, 1984.
- FERRAZ, Hermes.** Cidade e Vida, 1ª ed., Ed. João Scortecci, São Paulo, 1996.
- FERRAZ, Hermes.** Filosofia Urbana. Tomo III, Ed. João Scortecci, São Paulo, 1998.
- FERREIRA, Sérgio Luiz.** O Banho de Mar na Ilha de Santa Catarina (1900-1970), Florianópolis, 1994, Dissertação de Mestrado em História.
- FREYESLEBEN**, Luiz Eduardo R. A Usucapião Especial Urbana, 2ª ed. Ed. Obra Jurídica
- GEDDES**, Patrick. Cidades em Evolução, Ed. Papyrus, 1994
- GONDIM**, Linda M., **SANTOS**, Alexandre Carlos de A., **BARATTA**, Tereza Cristina. IBAM - Plano Diretor e o Município: novos tempos, novas práticas, 1ª ed, 1991, Rio de Janeiro
- GRANDO**, Sérgio. Organizador. Florianópolis de Todos, 2000
- IPUCC** – Instituto de Planejamento Urbano da Cidade de Curitiba – Gestão Urbana. Construindo a Cidadania, novembro de 1996.

\_\_\_\_\_ **IPUF. Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis -Guia - Ruas de Florianópolis, 2000**

\_\_\_\_\_ **GRUPO GESTÃO DO ESPAÇO. IMAGEM LANDSAT TM - Data 07/05/2000. Composição Bandas 2,3 e 4 – Arquivo TIFF p/windows.**

**JUNIOR**, Francisco Caruso. Mapa Geológico da Ilha de Santa Catarina, Notas Técnicas, 1993.

**LADWIG**, Nilzo Ivo. As unidades de Conservação Ambiental e o Cadastro Técnico Multifinalitário - Estudo de Caso: UCAD/UFSC ( Unidade de Conservação Ambiental Desterro). Florianópolis/SC, 1998. Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil - Curso de Pós-Graduação em Engenharia Civil , Universidade Federal de Santa Catarina.

**LOPES**, Luiz Henrique Antunes. Estudo dos Efeitos das Ocupações em áreas de solo criado. Preenchimento de vazios e renovação urbana. Dissertação de Mestrado, Florianópolis, 1996.

**MARICATO**, Ermínia (organizadora). A produção capitallista da casa ( e da cidade ) no Brasil Industrial. Ed. Alfa-Omega, São Paulo, 1982

**MELO**, Oswaldo Ferreira de. (coordenador), **FOSSARI**, Teresa Domitila. História Sócio-Cultural de Florianópolis, Ed. Lunardelli, Florianópolis: Clube Doze de Agosto, 1991

**MENESES**, Bezerra de , U.T. Identidade Cultural e Arqueologia. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1984.

**MENEZES**, Claudino Luiz. Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. A experiência de Curitiba, Ed. Papirus, Campinas/SP, 1996

**MOTA**, Suetônio. Planejamento Urbano e Preservação Ambiental, 1981, UFSC

**PAULI**, Evaldo. A Fundação de Florianópolis. Ed. Lunardeli, 1973

**PLANO BÁSICO DE DESENVOLVIMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO.** Associação dos Municípios da GRANFPOLIS, junho, 1996, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS.** Lei nº 2.193 - o zoneamento, o uso e a ocupação do solo nos Balneários da Ilha de Santa Catarina.

**OLIVEIRA**, Cêurio de. Curso de Cartografia Moderna, 1988.

**OLIVEIRA**, Laurici de Senna. Planejamento Municipal, Textos de Administração Municipal. IBAM, 3ª ed., Rio de Janeiro, 1991.

- OLIVEIRA**, Sérgio Domingos de. Análises espaciais como apoio à gestão turística da Ilha de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção, UFSC, 2001, Florianópolis.
- OURIQUES**, Helton Ricardo. Turismo em Florianópolis, Ed. UFSC, 1998, Florianópolis
- ORTH**, Dora, NOTAS DE AULA. Cadastro Técnico Multifinalitário - III Trimestre. Origem e Evolução das Cidades Brasileiras, 1994.
- ORTH**, Dora. Catálogo de Mapas do Projeto Integrado CNPq, Florianópolis, maio de 2000. Trabalho não publicado.
- PAMPLONA**, Maurício. Mapeamento da ocupação do solo na porção insular do Distrito Sede de Florianópolis (SC) como base para o estudo do clima urbano. Florianópolis, 1999, Mestrado em Geografia, UFSC.
- ROCCA**, Beatriz M<sup>a</sup> Cambraia. Contribuição para a Gestão de unidades de Conservação. Estudo de Caso: Ilha de Santa Catarina – Brasil. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção, UFSC, 2002, Florianópolis.
- ROCHA**, Luciana Sandrini. Florianópolis: Turismo e Produção do Espaço Urbano. Dissertação de Mestrado em Geografia, UFSC, 2001, Florianópolis.
- ROCHA**, Cezar Henrique Barra. Geoprocessamento, Ed. do Autor, Juiz de Fora, 2000.
- SENADO FEDERAL** - Lei nº 10.257 - Estatuto da Cidade, 10/07/2001.
- SILVA**, José Afonso da. Direito Urbanístico Brasileiro, 2<sup>a</sup> ed., Ed. Malheiros Editores
- SILVA**, Jussara Maria. Plano Diretor. Critérios para elaboração. Região Metropolitana de Curitiba, novembro/2002.
- SILVEIRA**, Ricardo de Jesus. Planejamento Urbano Participativo: a experiência de Cambé. Local-Editora, 1989
- SIQUEIRA**, Dalvina de Jesus ( e outros ). Um passeio pela grande Florianópolis. Homenagem aos 500 anos do Brasil, Ed. Papa-Livro, Florianópolis, 1999.
- SORRE**, Max. **MEGALE**, **Januário Francisco (org.)**, Ed. Ática, 1984, São Paulo.
- SCHUMACHER** , Delamar Heleno. Metodologia de Produção de mapas para o Cadastro Técnico Multifinalitário a partir de Câmeras de pequeno formato. Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil, UFSC, 1995, Florianópolis.
- VÁRZEA**, Vergílio. Santa Catarina – A Ilha, Ed. Lunardeli, 1985.
- VAZ**, Nelson Popini. Reorganização da Área Central de Florianópolis: O Espaço Público do Ritual. Dissertação de Mestrado em Geografia, 1990, UFSC, Florianópolis.

**VEIGA**, Eliane Veras da. Florianópolis: Memória Urbana. Ed.da UFSC e Fundação Franklin Cascaes, 1993, Florianópolis.

**ZIMMERMANN**, Cláudio César. Análise da Ocupação Predial em Terrenos da Marinha utilizando técnicas de Sensoriamento Remoto. Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil, UFSC, 1993, Florianópolis

\_\_\_\_\_ [www.pmf.sc.gov.br](http://www.pmf.sc.gov.br) ( 15/05/2001)

\_\_\_\_\_ [www.casan.com.br](http://www.casan.com.br) (18/02/2003)



**ANEXO 1:****Leis municipais nº 2.193/85 e 001/95 – Planos Diretores Urbanos de Florianópolis.**

**O Art. 1º** - afirma que - Esta Lei regula o uso e a ocupação do solo, especialmente quanto à localização, o acesso, a implantação das edificações e aos outros limites do direito de construir, excetuada a utilização das terras para produção agrícola.

**Do Zoneamento - Das zonas urbanas**

Os Artigos 5º e 7º definem as zonas urbanizadas e de expansão urbana, como é o caso de Bairro do Cacupé.

**Art. 5º** - As zonas urbanas subdividem-se em Zonas Urbanizadas e Zonas de Expansão Urbana.

Parágrafo 1º - Zonas Urbanizadas são as áreas caracterizadas pela contiguidade das edificações e pela existência de equipamentos públicos, urbanos e comunitários, destinados às funções de habitação, trabalho, recreação e circulação.

Parágrafo 2º - Zonas de Expansão Urbana são os espaços adjacentes às zonas urbanizadas, constituídos por áreas livres ou ocupadas com baixa densidade habitacional, e destinados à expansão dos núcleos urbanos atuais nos próximos vinte anos.

**Art. 7º** - Nas zonas de expansão urbana, satisfeitas as exigências da legislação específica, o loteamento e a utilização do solo sob a forma de condomínios residenciais unifamiliares somente serão licenciados para os terrenos adjacentes às áreas urbanizadas.

Parágrafo 2º - Em áreas isoladas os loteamentos poderão ser licenciados para projetos que abranjam área mínima de cinco hectares (5 há), obrigando-se os proprietários da área a ser parcelada a realizar obras de infra-estrutura e equipamentos comunitários que compreendam:

- a) pavimentação e arborização das vias;
- b) execução da rede de energia elétrica;

- c) execução da rede de esgoto pluvial;
- d) execução da rede de abastecimento de água;
- e) implantação das áreas verdes de lazer;
- f) implantação da rede geral de esgoto sanitário e sistema adequado de tratamento final.

### **Das áreas de usos urbanos**

Os Artigos 12º ao 16º, caracterizam as diferentes áreas dos usos urbanos listados no Artigo 11º.

**Art. 11º** - As áreas dos usos urbanos são as seguintes:

- I - Áreas Residenciais (AR);
- II - Áreas Mistas (AM);
- III - Áreas Turísticas (AT);
- IV - Áreas Verdes (AV);
- V - Áreas Comunitárias Institucionais (ACI)

**Art. 12º** - Áreas Residenciais (AR) são aquelas destinadas à função habitacional complementadas ou não por atividades de comércio e serviços vicinais de pequeno porte, subdividindo-se em:

- I - Áreas Residenciais Exclusivas (ARE)
- II - Áreas Residenciais Predominantes (ARP)

**Art. 13º** - Áreas Mistas são aquelas que concentram atividades complementares à função residencial, subdividindo-se conforme os usos permitidos.

**Art. 14º** - Áreas Comunitárias Institucionais (ACI) são aquelas destinadas a todos os equipamentos comunitários ou aos usos institucionais necessários à garantia e ao bem estar da população.

**Art. 15º** - Áreas Turísticas são aquelas que se destinam a concentrar equipamentos, edificações e empreendimentos que sirvam ao turismo, subdividindo-se, conforme os usos permitidos em:

- I - Áreas Turísticas Exclusivas (ATE)
- II - Áreas Turísticas Residenciais (ATR)

**Art. 16º** - Áreas Verdes são os espaços urbanos ao ar livre, de uso público ou privado, que se destinam à criação ou à preservação da

cobertura vegetal, à prática de atividades de lazer e recreação, e à proteção ou ornamentação de obras viárias, subdividindo-se em:

- I - Áreas Verdes de Lazer (AVL)
- II - Áreas Verdes do Sistema Viário (AVV)
- III - Áreas Verdes de Uso Privado (AVP)

**Das áreas de usos não urbanos**

**Art. 20º** - As áreas de usos não urbanos compreendem as seguintes áreas:

- I - Áreas de Preservação Permanente (APP)
- II - Áreas de Preservação com uso Limitado (APL)
- III - Áreas de Exploração Rural (AER)
- IV - Áreas dos Elementos Hídricos (AEH)

**Art. 21º** - Áreas de Preservação Permanente (APP) são aquelas necessárias À preservação dos recursos e das paisagens naturais, à salvaguarda do equilíbrio ecológico, compreendendo:

- I - Topos de morro e encostas com declividade igual ou superior a 46,6%;
- II - Mangues e suas áreas de estabilização;
- III - Dunas móveis, fixas e semi-fixas;
- IV - Mananciais, desde as nascentes até as áreas de captação d'água para abastecimento;
- V - Praias, costões, promontórios, tómbulos, restingas e ilhas;
- VI - Áreas dos parques florestais e das reservas biológicas.

Parágrafo Único: São consideradas áreas de preservação permanente (APP) as florestas e bosques de propriedade particular quando indivisos com parques e reservas florestais, ou com quaisquer áreas de vegetação considerada de preservação permanente.

**Art. 22º** - Áreas de Preservação com uso Limitado (APL) são aquelas que pelas características de declividade do solo, do tipo de vegetação ou da vulnerabilidade aos fenômenos naturais, não apresentam condições adequadas para suportar determinadas formas de uso do solo sem

prejuízo para o equilíbrio ecológico ou da paisagem natural.

Parágrafo Único: São incluídas nas Áreas de Preservação com uso limitado (APL) as áreas onde predominam as declividades entre 30% e 46,6%, bem como as áreas situadas acima da “cota 100” que já não estejam abrangidas pelas Áreas de Preservação Permanente (APP).

**Art. 23º** - As Áreas de Exploração Rural (ERA) são aquelas destinadas à produção agrícola, pecuária ou florestal.

**Art. 24º** - As Áreas dos Elementos Hídricos (AEH) são aquelas áreas naturais ou artificiais, permanente ou temporariamente recobertas por água, como o mar, os lagos e lagoas, as represas e açudes, os rios, córregos e canais.

### **Do Uso e da Ocupação do Solo**

Da adequação dos Usos às Áreas

**Art. 37º** - As diferentes formas de uso são classificadas segundo a espécie, o porte e a periculosidade.

**Art. 38º** - A adequação dos usos às áreas é determinada pela avaliação simultânea da sua espécie, do seu porte e periculosidade, podendo os usos ser adequados (A), Toleráveis (T) ou Proibidos (P).

**Art. 40º** - Quanto à periculosidade, os usos são classificados em:

I - Perigosos - atividades que possam originar explosões, incêndios, emissões de gases com prejuízo à saúde das pessoas.

II - Nocivos - atividades que implicam na utilização de ingredientes, matérias-primas e processos que produzem ruídos, vibrações, vapores e resíduos prejudiciais à saúde.

III - Incômodos - atividades que produzem ruídos, trepidações, poeiras, exalações, odores ou fumaças incômodas à vizinhança.

### **Dos Limites de Ocupação do Solo**

**Art. 42º** - Os limites de ocupação do solo são determinados pela aplicação simultânea do índice de aproveitamento, da taxa de ocupação, da altura máxima das edificações, do afastamento obrigatório e do número mínimo de vagas para estacionamento.

**Art. 43º** - Índice de aproveitamento é o quociente entre o total das áreas

construídas e a área do terreno em que se implanta a edificação, segundo a seguinte fórmula:

$$\text{IA (índice de aproveitamento)} = \frac{\text{AC (soma das áreas construídas)}}{\text{AT (área do terreno)}}$$

**Art. 45°** - Taxa de Ocupação é a relação percentual entre a projeção horizontal da área construída e a área do terreno em que se implanta a edificação, segundo a seguinte fórmula:

$$\text{TO (taxa de ocupação)} = \frac{\text{PAC (projeção da área construída)} \times 100}{\text{AT (área do terreno)}}$$

**ANEXO 2:**

De acordo com a classificação feita pelo Plano Diretor em sua versão preliminar (Decreto nº 1045 de julho de 2001), considerando o levantamento de problemas realizados pelas **Associações Comunitárias** que fazem parte do Distrito de Santo Antônio, serão citados alguns que envolvem mais diretamente o bairro de Cacupé:

- ➔ Legislação de Uso e Ocupação do Solo (realidade não condizente com loteamentos irregulares, ocupação de encostas);
- ➔ Ineficiência da fiscalização da legislação urbanística (Código de Obras e Plano Diretor)
- ➔ Divisão da região em dois Bairros (Bairro de Cacupé e Santo Antônio de Lisboa) e pertencente a dois Distritos (Distrito Sede e Distrito de Santo Antônio).
- ➔ Muros altos que impedem a visualização da orla;
- ➔ Necessidade de definir limites e áreas de preservação;
- ➔ Carência de Áreas Públicas de Lazer ;
- ➔ Carência de Áreas Públicas Comunitárias;
- ➔ Sistema Viário precário (ruas estreitas, sem pavimentações, sem calçadas, sem ciclovias);
- ➔ Deficiência de acesso a Cacupé;
- ➔ Existência de poucos acessos à orla da praia;
- ➔ Problemas de estacionamento quando ocorrem eventos no SESC.
- ➔ Transporte coletivo precário (poucos horários, falta de abrigos);
- ➔ Áreas degradadas (Barreiras)
- ➔ Abastecimento de água e energia elétrica precário;
- ➔ Problemas com esgoto (inexistência da rede pública) e poluição;
- ➔ Problemas de erosão e drenagem (inundações).

**ANEXO 3:****Acompanhamento de reuniões comunitárias (IPUF)****REUNIÃO 04/11/2001** - IPUF e Comunidades

1º Assunto: Plano Diretor (zoneamento do bairro define diretrizes para o que se quer para a região de Santo Antônio, Sambaqui e Cacupé.

1º Tema: Meio Ambiente

2º Tema: Taxa construção

3º Tema: Sistema viário

**PAUTA:**

No dia 04 de novembro, alguns membros da Comunidade pertencentes à Associação de Moradores de Cacupé (AMOCAPÉ) reuniram-se para discutir assuntos pertinentes ao bairro. Dentre estes, foi proposto para a Comunidade ali representada pelos membros da Associação, uma parceria entre a Associação e Instituições como IBAMA – FATMA – FLORAN e SECRETARIA DA SAÚDE PÚBLICA, a fim de fazer uma avaliação detalhada dos problemas detectados como:

- Fossas sépticas em estados irregulares
- Desmatamento ilegal
- Casas construídas em cima do rio e próximo ao mangue
- Aberturas de ruas ilegais
- Questão do estacionamento do SESC

Houve um consenso para que haja uma parceria entre entidades governamentais e Associação de Moradores. É bom lembrar que a finalidade das entidades é mais no sentido *educativo* que *punitivo*.

**REUNIÃO - 13/12/2001 – IPUF**

1. Aspectos Ambientais
2. Uso e ocupação do solo
3. Sistema viário
  - Mostrar a idéia dos aspectos ambientais num primeiro momento

➤ Em relação aos aspectos gerais, terão destaque na reunião de hoje, os aspectos ambientais como as APP e APL. A primeira proposta colocada foi, que a partir dos 30 metros dos córregos, mananciais e declives, mudaria para APP. 25% ou 46%= Município, tendo 2/3 de altura em relação à base para calcular o topo do morro (talvegue).

- Base cartográfica
- Legislação
- IPUF

Foi comentado também, que a Reserva de Carijós, pretende fazer trilhas ecológicas aproveitando o curso d'água. O Plano de Manejo inicia pela Reserva de Carijós.

- Situação das encostas

Situação onde já existe ocupação. Segundo o técnico da FLORAN, deve-se tentar ajustar cada caso de ocupação para se aplicar a Lei de forma diferenciada, por exemplo: (8m, 10m, 30m). A Lei Federal estabelece 30 metros a partir dos cursos de água e a Lei Municipal estabelecia 10 metros (em 1986), passando para 15 metros (em 1989). O IPUF acredita que a Lei deve ser igualada para todos. O Código Florestal atenta para que a vegetação seja preservada em primeiro lugar. Membros da Associação questionam: *1) O que o Órgão poderá fazer para sustar o processo de ocupação? 2) É possível sustar o crescimento nesse momento de incertezas?* De acordo com o IPUF, a idéia é parar o processo de ocupação daqui para frente, pensou-se talvez, em 180 dias.

Foi avaliado também que segundo o Plano de reestruturação fundiária menos de 5 mil metros não se pode parcelar.

Para a FLORAN, um dos meios de coibir a ocupação ilegal, ou desordenada é através de denúncias por parte da comunidade.

Foram colocadas algumas propostas por parte de alguns representantes das Comunidades presentes, e que vale a pena registrar.

Segundo um dos membros da AMOCAPÉ, presente, comentou que tanto as propostas quanto as negociações para resolver as questões de melhoria para a comunidade devem ser bem alinhavadas. As Leis necessitam de uma interpretação coerente, trabalhando em três esferas:

- Agentes privados
- Agentes institucionais
- Agentes comunitários



Para outro morador e membro da AMOCAPÉ, é fundamental o envolvimento do corpo técnico para dar sustentação teórica à comunidade leiga. Foi observado também, que em torno de 70% das construções são irregulares. Parece que não existem regras iguais para o uso do solo. As comunidades sentem necessidade de que as regras sejam mais claras.

Houve a sugestão de maior divulgação dos Códigos de Postura, Obras e Edificações de maneira que, a população possa ter estes esclarecimentos, levando-a a cumprir. A proposta é, tudo deve ser feito em conjunto com o planejamento participativo. A fiscalização deve ser rigorosa. Sustar e fiscalizar o uso e ocupação por determinado tempo. Sair do discurso e dar o retorno para a comunidade, isto é, “feedback” entre os órgãos fiscalizadores, na certeza do retorno através de sistema informatizado, por exemplo, para que se possa acessar.

## **ANEXO 4:**

### **PROPOSTA PRELIMINAR PARA A IMPLANTAÇÃO DE UM CENTRO DE CULTURA E LAZER EM CACUPÉ – FLORIANÓPOLIS/SC**

Este documento apresenta idéias para uma Proposta Preliminar de um Centro de Cultura e Lazer (CCL) a ser implantado no Bairro de Cacupé, na Ilha de Santa Catarina – Florianópolis/SC. A apresentação da proposta será feita por uma sucessão de etapas que serão colocadas em pauta.

Iniciaremos apresentando a área para implantação do CCL – Cacupé. A segunda etapa será fazer uma prévia caracterização da realidade local, seguido da definição dos objetivos do CCL. Na 3ª etapa, delimitaremos o programa de necessidades para o projeto arquitetônico. No fim, apresentaremos nossas conclusões.

#### **1ª ETAPA: Localização e delimitação da área:**

- A área localiza-se próximo ao trevo de acesso do Bairro de Cacupé, junto ao eixo viário norte-sul (SC-401).

Numa avaliação feita sobre as condições, fatores físicos e sociais existentes no Bairro de Cacupé - Florianópolis, detectamos diversos aspectos positivos para a implantação de um CCL..O Bairro possui uma área territorial suficientemente ampla e apropriada para o uso a ser proposto; tem facilidade de acesso; tem predisposição para se integrar as atividades turísticas. A área considerada para a implantação do CCL – Cacupé compõem-se de três terrenos - propriedades localizadas próximas entre si: a Barreira 1; a Barreira 2; o Terreno do PMF (ver mapa).

#### **2ª ETAPA: Caracterização da realidade e objetivos**

**a) Fatores físicos:** A parte sul de Cacupé é caracterizado pelo solo Podzólico vermelho-amarelo, cuja denominação local é solo "ILHA", os quais eram originariamente cobertos pela floresta Pluvial da Encosta Atlântica.

Este tipo de solo chega a alcançar em determinados lugares profundidades superiores a um metro, com textura argilosa e cor que varia de amarelo na superfície, ao vermelho à medida que aumenta a profundidade. A textura desse solo vai de friáveis a firmes, com a camada superficial bastante solta, facilitando a erosão, quando desprotegidos da cobertura vegetal.

Devido às características topográficas acidentadas do relevo, o solo "Ilha" é de um lado bem drenado e de outro suscetível à erosão, uma vez retirado o manto vegetal protetor.

Quimicamente apresenta baixa fertilidade natural devido aos baixos teores de fósforo e potássio, bem como de matéria-orgânica. Devido a essas características, este tipo de solo não é apropriado para culturas anuais. O cultivo de plantas perenes é o mais indicado, visando protegê-lo da erosão. Tecnicamente, o referido local também é apropriado pelas condições do solo, para a implantação de um CCL.

#### **b) Fatores sócio-econômicos**

Com o incremento do turismo interno, Florianópolis tem um bom potencial para associar a riqueza paisagística com projetos sustentavelmente planejados que atenderão não só os moradores como também aos turistas.

A idéia de um CCL para Cacupé surgiu a partir de discussões feitas entre o IPUF\* e a Comunidade, para a proposta de um Novo Plano Diretor Urbano. Nessa ocasião foi levantado junto aos moradores as carências locais de infra-estrutura tanto física quanto social. Nesse levantamento, foi constatado a necessidade urgente de recuperação e definição de novo uso para as duas Barreiras desativadas existentes no Bairro. Essas Barreiras sofrem fortes erosões causando assoreamentos e inundações.

#### **c) Definição dos objetivos do C.C.L.:**

A principal meta do CCL – Cacupé é dar mais uma alternativa para a população do bairro e de Florianópolis e para os turistas que recebemos durante o ano inteiro, de um local público que possibilite o acesso à cultura (música, folclore, teatro); à informações (mini-cursos em variados campos, salas de reuniões); e ao lazer (bares, restaurantes, pequenos comércios e exposição da arte local) Deve-se buscar recursos que viabilizem a obra junto aos órgãos públicos e privados através de parcerias. Esta obra iria mobilizar diversos setores da sociedade, assim como criar novas opções de atividades de lazer e de atividades profissionais (empregos).

Os **objetivos** do CCL - Cacupé apresentados a seguir, estão agrupados em culturais, de informações e de lazer. No momento, esses objetivos se restringem apenas as atividades que devem ser disponibilizadas, sem definição das conseqüências/benefícios que essas atividades podem gerar.

#### **1) Culturais:**

**1.1) Música** – criar oportunidade para que os músicos locais explorem seus talentos artísticos ao mesmo tempo proporcionem entretenimento para os visitantes.

**1.1) Folclore** - exposição e apresentação em datas festivas do Folclore local e da Ilha.

**1.3) Representações Teatrais** - promover a expressão artística local. A idéia é aproveitar os jovens talentos que estudam na nossa Universidade do Estado (UDESC - Curso de Artes Cênicas). Associar a formação profissional ao entretenimento da população, que se beneficiará das diversas modalidades de expressão cultural ensinadas na UDESC.

## **2) Informações:**

**2.1) Mini-cursos** - Aproveitar os vários tipos de profissionais locais (UDESC, UFSC, IBAMA, PMF, etc.), para promover mini-cursos, por exemplo: "Conhecendo a Ilha", "Educação Ambiental", " Propostas de Novos Paradigmas" ; "Ecologia", "Cidadania", "Dicas para curtir a natureza ...", "Sustentabilidade para um Novo Milênio" , etc.

**2.2) Oficinas de Arte:** cursos de arte (pintura, esculturas, gravuras, etc.), de artesanato (plantas ornamentais, cerâmica, etc.), de representação teatral, de música, etc.

**2.4) Acervo bibliográfico / Documental / Mapas** - Uma biblioteca contendo acervo (livros, documentos, mapas, fotos e vídeos) sobre a Ilha, material educativo sobre ecologia, cidadania, novos paradigmas, enfim tudo o que diz respeito ao homem e ao seu ambiente.

## **3) Lazer:**

**3.1) Bares** - uns dois bares com prestação de serviços diferenciados, isto é, atrelados ao ambiente ecológico, como:

- **Bar-café**, para um bate-papo tipo happy-hour.
- **Bar** com espaço para música, dança, bem como para reuniões informais e comemorações diversas.

**3.2) Restaurantes** - um restaurante com comidas alternativas e culinária típica da Ilha.

**3.3) Pequenos Comércio** - para venda de jornais, revistas e lembranças da Ilha (artigos diversos).

**3.4) Exposição Arte Local:** não só o artesanato propriamente dito, como também, para comercialização e divulgação da produção artística do CCL Cacupé.

### **3ª ETAPA - Programa de necessidades para o projeto arquitetônico**

#### **3.1) Diretrizes básicas**

Para atender aos objetivos do CCL Cacupé, propõe-se a construção de diferentes espaços abertos, fechados e de ligação, formando um conjunto integrado e complementar em relação ao seu entorno, com um estilo fortemente adaptado às características do Distrito de Santo Antônio de Lisboa do qual faz parte.

Quanto ao entorno, deve ser salientada a presença do SESC (colônia de férias do Cacupé) e a unidade de conservação UCAD desterro. Ambas oferecem atividades para a população tanto local como de turistas. A colônia de férias do SESC atende comerciantes da capital e do interior do estado, assim como associados do país inteiro. Na colônia, os associados têm apartamentos equipados, piscinas, sauna, campo de futebol, quadras de tênis, biblioteca, parquinho infantil e recreacionistas que fazem programações especiais para as crianças e os adultos. Dessa forma, a proposta do CCL conta reforçar as atividades já oferecidas, prevendo o funcionamento na forma de parcerias entre os três empreendimentos.

Quanto às características do Distrito de Santo Antônio, devem ser salientados os seguintes aspectos: zona litorânea com morros; ocupação antiga (histórica); função predominantemente residencial do tipo “cidade pequena”; edificações isoladas em meio a muito verde; belezas cênicas. Essas características garantem belas caminhadas sobre os morros, ao longo da praia, pelas trilhas existentes da UCAD ou passeios motorizados pela Estrada Geral. Considerando que o “sistema viário” do Cacupé como de todo o Distrito compõem-se de apenas uma estrada principal acompanhando a faixa litorânea, a circulação é a principal limitação para a intensificação de atividades. Essa estrada já se encontra saturada e seu alargamento ou duplicação é dificultado principalmente pelas condições acidentadas do relevo local.

Considerando a limitação da circulação, deve ser prevista alguma alternativa apropriada para atender durante os meses de alta temporada turística (navetes, jardineiras, ...), que possam permitir aos turistas e visitantes em geral, dar uma volta por Cacupé e até, pelas outras localidades do distrito (Santo Antônio e Sambaqui) sem utilizar veículos particulares. Para viabilizar essa proposta deve ser previsto um estacionamento que permita guardar esses veículos. O complexo CCL, como se localiza próximo a entrada principal do Cacupé, pode ser o local para esse estacionamento e a saída das navetes. A navete pode ser também a solução para fazer as ligações entre os diferentes espaços do complexo.

### 3.2) Distribuição das funções

O CCL propriamente dito, pode ser implantado em três áreas territoriais distintas (Terreno PMF, Barreira 1 e Barreira 2), interligados entre si, formando um complexo funcional. Uma proposta preliminar de distribuição das funções vem apresentada a seguir, de maneira mais detalhada.

**a) No Terreno PMF** = setor de informações turísticas, principalmente sobre possibilidades no Distrito de Santo Antônio; espaço para exposição temporária de arte e/ou artesanato local; bar/café com espaço para leitura de jornais e revistas; venda de jornais, revistas e livros sobre temas relacionados com realidade do Distrito (ambiente natural, turismo, história, Ilha de Florianópolis). A estrutura mínima necessária seria um prédio comercial e um estacionamento para paradas de curta duração (até duas horas). Na construção dessa estrutura, deve ser previsto a adaptação e melhoria do trevo de acesso ao Bairro de Cacupé, assim como da infra-estrutura de drenagem pluvial.

**b) Barreira 1** = recepção a visitantes e turistas que queiram conhecer o local e/ou praticar atividades; mirante para apreciar a região de mangue; café-concerto para apresentações culturais diversas (música, teatro, folclore); bar-restaurante para atendimento dos usuários do complexo; administração. A estrutura necessária seria um prédio de dois andares no mínimo, visando fazer a transposição do nível da barreira 1 para o nível da barreira 2. Esse local, pela sua dimensão e facilidade de acesso, é o mais apropriado para ser o centro de recepção para todo o complexo. Dessa forma, o estacionamento deve ter capacidade para atender a todo o complexo, inclusive os usuários das navetes.... As paradas nesse estacionamento são de média e longa duração (de duas a dez horas). Na construção dessa estrutura, deve ser previsto a adaptação e complementação dos acessos, assim como da infra-estrutura de drenagem pluvial, aporte de água, tratamento de esgoto, ... A infra-estrutura urbana existente na região é precária.

**c) Barreira 2** = espaços para oferecer mini-cursos (história local, tradições e lendas; educação ambiental; relato de viagens; cidadania; ...); oficinas de arte (artesanato local; representação teatral; música e canto; ...); biblioteca (livros, documentos, fotografias, imagens, mapas, sobre o Distrito e a Ilha); quadras fechadas de esportes; recreio infantil e recreio para idosos (para entretenimento alternativo para crianças e idosos que não possam acompanhar

certas atividades de adultos). O acesso a Barreira 2 é dificultado pelo relevo local, devendo ser feitas obras especiais.

A Barreira 2 pode ser o elo de ligação entre duas importantes áreas de preservação ambiental, por serem áreas acima da cota altimétrica de 100m (Morro .... e UCAD ....). São dois maciços rochosos, parcialmente com vegetação e fauna nativa. Esse elo deveria ser construído na forma de uma elevada sobre a SC-401, para travessia de pedestres e animais selvagens. Assim, os usuários da UCAD poderiam acessar diretamente o complexo e vice-versa. A conveniência de construir acesso para veículos e estacionamento na Barreira 2 deve ser melhor estudada. Talvez bastem acessos facilitados para pedestres, viabilizando o acesso apenas para veículos de serviço e talvez para as navetes.

### **3.3) Unidade de Conservação – UCAD**

As pessoas responsáveis pelo gerenciamento da UCAD devem promover: uma educação ambiental com a população mais próxima, pois nem todos são conservacionistas, neste sentido, deve aliar a conservação com a melhoria das condições de vida das populações locais. Quanto aos direitos de propriedade e cidadania destes proprietários adjacentes, a discussão gira em torno do Decreto 750/1993 art. 7º, Código Florestal Lei 4.771/1965, Resolução do CONAMA nº 13/1990 que limitam os direitos à propriedade nas áreas adjacentes as Unidades de Conservação. Estas questões devem ser levadas em conta, porque observa-se em torno da UCAD a presença de pequenos sítios, além de locais semi-urbanizados com construções de aspectos semelhantes ao processo de favelização.

### **3.4) Viabilização Financeira e Econômica**

A viabilidade financeira pode ser conseguida através da parceria de órgãos públicos com a iniciativa privada ligada ao ramo de turismo, lazer e cultura. O órgão público garante a finalidade social do empreendimento enquanto que a iniciativa privada garante a construção e operacionalização do empreendimento mediante cobrança aos usuários pelos serviços prestados. A política de preços deve visar a manutenção do empreendimento ao longo do tempo e o alcance de um grande número de usuários.

A viabilidade econômica pode ser conseguida se o empreendimento visar o uso constante ao longo do ano e por um expressivo número de usuários. Como conseguir isso em uma cidade cujos habitantes não tem hábito de atividades culturais e/ou de lazer (com exceção da praia).

Considerando que a cidade está crescendo, que as necessidades vão aumentando e que os hábitos podem ser ensinados, pode-se acreditar na viabilidade do CCL Cacupé. No entanto, o projeto deve prever originalidade, baixo custo, multi-uso, tarifas de grupo, promoções educativas, convênios com escolas (arte, turismo, administração) e envolvimento com a comunidade local através da AMOCAPÈ – Associação de Moradores do Cacupé.

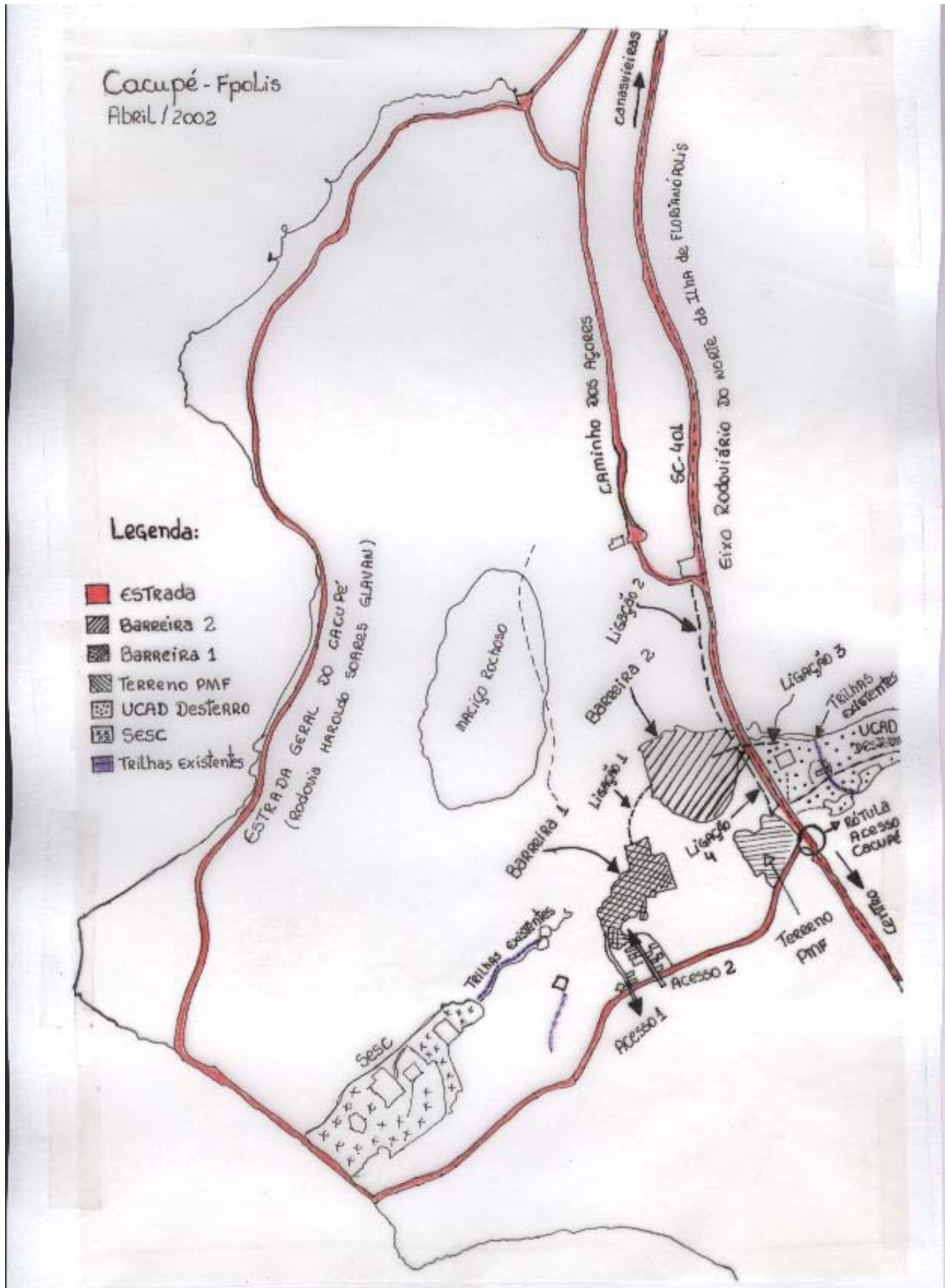
### **Considerações Finais**

Ainda que uma pequena semente a ser gestada, este projeto tem o intuito de contribuir para o desenvolvimento e bem estar social da população, que cada vez mais tende a se isolar em seus apartamentos ou mesmo em suas belas casas providas de todos os recursos, tecnologias e infra-estrutura, mas que, em ambos os casos, não conseguem preencher o vazio existencial que só a convivência em sociedade pode proporcionar.

É dever social e humanístico criar condições para que a população independente da classe sócio-econômica a qual pertença, possa usufruir de um espaço recriado ambientalmente correto, podendo assim, exercitar a sociabilidade e cidadania.



FIGURA 11: Localização das Barreiras próximo ao trevo de acesso à Cacupé



Escala aproximada 1:10 000

Data: Abril/2002

Elaboração: Ledenice M.B. Queiroz

